

RAFAEL ROSA HAGEMEYER

**MOVIMENTO ESTUDANTIL 68:
IMAGENS DA PAIXÃO**

Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre - Curso de Pós-Graduação do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná.

CURITIBA

1997

Agradecimentos

A tarefa de agradecer é sempre difícil, pois corre-se o risco de esquecer alguém importante. Ainda mais num trabalho cujo interesse pelo tema é praticamente a história de uma vida - já se vão pelo menos dez anos que, adolescente, iniciei minhas primeiras leituras sobre os movimentos de protesto nos anos 60.

Muitos foram aqueles que contribuíram direta ou indiretamente na consecução deste trabalho. Creio que a maneira mais fácil de agradecer, então, é ser o mais genérico possível, destacando apenas os nomes daqueles que me acompanharam mais de perto o desenvolvimento deste trabalho.

Assim sendo, devo agradecer aos meus pais, pelo apoio em que eu continuasse meus estudos. A todos os meus professores do Departamento de História da UFPR. Em especial à professora Marionilde Brepohl de Magalhães, que me deu a oportunidade de trabalhar no projeto do arquivo do DOPS-PR e orientou-me muito atenciosamente no meu trabalho de mestrado. À professora Denise e o professor Napolitano, que ministrou a disciplina especial de História Política. E à professora Ana Paula Vosne Martins, que foi a primeira a me incentivar a estudar a questão estudantil.

A todos os meus amigos e amigas que, com interesse, ouviam as minhas conversas sobre este tema. Aos colegas do curso de graduação e pós-graduação, que muito me ajudaram com livros, debates, inspiração, dicas, e mesmo força moral nos momentos de desânimo, especialmente, Aníbal Costa, Emilio Boschilia e Marcos Dias Araújo e Semi Cavalcanti.

Quero também agradecer a todos os meus amigos do antigo núcleo pró-COB de Curitiba, pois foi lá que li meus primeiros livros de História, tive meus primeiros debates e publiquei meus primeiros textos, antes mesmo de entrar para a faculdade. E ainda creio que a militância política é de importância fundamental na formação intelectual da juventude.

Agradeço também a todos aqueles que, por alguma razão, acabei criando algum desafeto ou inimizade, pois honestamente, de uma maneira ou de outra, contribuíram para o resultado desse trabalho.

Finalmente, agradeço ao CNPq, que financiou minha Bolsa de Iniciação Científica onde comecei a pesquisar o tema, à CAPES que financiou por dois anos minha Bolsa de Mestrado. Todos estes foram incentivos fundamentais para a consecução deste trabalho.

Índice

| | |
|--|-----|
| 1. INTRODUÇÃO | 03 |
| 1.1. Marxismo-leninismo: a linguagem do movimento estudantil | 13 |
| 1.2. A “Imprensa Burguesa”: entre os interesses do mercado e da política | 19 |
| 1.3. A imprensa como foco de proliferação de “idéias subversivas” | 22 |
| 2. ÉDSON LUÍS: O BATISMO DE SANGUE DO MOVIMENTO ESTUDANTIL | 26 |
| 2.1. Restaurante Central dos Estudantes, ou simplesmente “Calabouço” | 28 |
| 2.2. A aura de santo | 34 |
| 2.3. A noite dos archotes | 38 |
| 2.4. A Igreja na fabricação do mártir | 40 |
| 2.5. O “Povo” e a “Vanguarda”: duas línguas diferentes | 43 |
| 3. UM ROSTO PARA O MOVIMENTO ESTUDANTIL: VLADIMIR PALMEIRA | 46 |
| 3.1. O líder dos estudantes cariocas | 46 |
| 3.2. O herói dos cem mil | 52 |
| 3.3. Os louros da fama | 57 |
| 3.4. Uma personalidade política | 60 |
| 4. MARIA ANTÔNIA: O CENÁRIO DA UTOPIA | 66 |
| 4.1. Rua sem saída | 68 |
| 4.2. A Universidade Crítica | 72 |
| 4.3. Paixão e morte de Maria Antônia | 76 |
| 5. CAMINHANDO E CANTANDO: UM HINO REVOLUCIONÁRIO | 82 |
| 5.1. A Marselhesa: paradigma do hino revolucionário | 83 |
| 5.2. A Canção de protesto no Brasil: cantando o dia que virá | 84 |
| 5.3. A provocação estética de “É Proibido Proibir!” | 89 |
| 5.4. As flores de Vandré | 96 |
| 6. CONGRESSO DE IBIÚNA: O CONCLAVE PROIBIDO | 111 |
| 6.1. A disputa ideológica: “esquerdismo infantil” contra “revisonismo” | 111 |
| 6.2. A luta continua? | 117 |
| 6.3. A UNE somos nós | 120 |
| 7. CONCLUSÃO | 126 |
| 8. ANEXOS | 133 |

| | |
|----------------------------------|-----|
| 9. BIBLIOGRAFIA | 138 |
| 9.1. Obras de referência teórica | 138 |
| 9.2. Obras de referência geral | 139 |
| 9.3. Fontes: livros | 141 |
| 9.4. Fontes: revistas | 142 |
| 9.5. Fontes: documentos | 143 |

1. Introdução

Esta dissertação de mestrado trata do processo de implantação da ditadura militar contemporâneo. Sendo mais específico, trata-se de uma análise do fechamento político da ditadura militar implantada no Brasil em 1964. Busca-se entender como esse processo foi apreendido, no tocante ao imaginário construído em torno dos fatos relativos aos movimentos de protesto estudantil de 1968.

Nesse caso, trata-se também de uma parte importante na história da União Nacional dos Estudantes, a UNE. Fundada no governo de Getúlio Vargas em 1935, pode-se dizer que sob sua bandeira azul se abrigaram muitas outras bandeiras políticas ao longo da História do Brasil Moderno. A UNE foi às ruas para lutar pela Campanha “O Petróleo é nosso”. Da mesma maneira, defendeu a entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial, ao lado dos aliados e contra as Forças do Eixo nazi-fascista. E também já havia participado nas mobilizações pelo retorno da democracia no Brasil com a queda de Vargas.

No final dos anos 50, a União Nacional dos Estudantes vinha se posicionando cada vez mais à esquerda. É quando inicia-se na UNE a hegemonia da Ação Popular (AP) - tendência da esquerda católica fundada pelo sociólogo Herbert “Betinho” de Souza. Esta tendência conquistou a hegemonia da entidade em aliança com o Partido Comunista Brasileiro, velho PCB, mais conhecido na época como o “Partidão”. Dentro da entidade, o PCB foi responsável pela organização dos Centros Populares de Cultura da UNE, os CPC’s, ainda no início dos anos 60. No governo João Goulart, a UNE luta na defesa da legalidade de sua posse. Adere à rede da legalidade, e durante o presidencialismo de Jango, apoiava as chamadas reformas de base, entre elas a “reforma universitária”.

Neste contexto, o golpe militar de 1964 depôs João Goulart, e levou à ascensão do general Castelo Branco à presidência da República. Logo em seguida, através do primeiro Ato Institucional, o presidente da UNE foi cassado pelo novo regime. Tratava-se de José Serra, naquela época um jovem estudante de Economia. A sede da UNE no Rio de Janeiro foi incendiada pelos militares “revolucionários”, como se auto-definiam as forças

reacionárias que depuseram o presidente João Goulart. Destruíram aquela mesma sede da praia do Flamengo, onde antes funcionava um clube nazista alemão, e que a UNE recebeu de Getúlio Vargas depois da entrada do Brasil na 2^a Guerra mundial.

Com o golpe de 1964, a UNE passava a ser considerada uma organização clandestina, de acordo com a Lei do novo ministro da Educação, Sr. Flávio Suplicy de Lacerda. A “famigerada” Lei Suplicy foi rechaçada pelo plebiscito que a UNE organizou nas faculdades. Aos poucos, o movimento estudantil volta a se organizar em torno da bandeira da UNE, sendo realizado em São Paulo o seu primeiro congresso clandestino, já no ano seguinte ao golpe.

1966 também é um marco importante desse “ressurgimento” estudantil na clandestinidade. O movimento passa a ganhar as ruas protestando contra os acordos MEC-USAID (firmados entre o Ministério da Educação e a agência norte-americana de “ajuda” aos países “em desenvolvimento”). Inicia-se também uma grande repressão policial nas ruas e a invasão da Universidade de Brasília, mas, apesar disso, realiza-se o 28^o congresso dos estudantes em Belo Horizonte, num convento dominicano.

Em 1967, a sociedade brasileira assistia à aprovação de uma nova constituição. Tudo indicava que os militares vinham para ficar. Mesmo assim realiza-se com sucesso o 29^o Congresso da UNE numa casa de retiros em Valinhos, interior de São Paulo. O PCB, o Partidão cansado e vencido pelo golpe, vinha perdendo cada vez mais espaço no movimento estudantil, boa parte devido a sua pregação moderada. É dado que o PCB já não tinha mais poder algum na correlação de forças em disputa na diretoria da UNE. Dessa vez, ficara definitivamente desalojado da diretoria. Tal dado nos parece fundamental no desencadeamento dos acontecimentos relativos ao movimento estudantil ao longo daquele ano de 1968.

A esquerda católica da AP mantinha ainda naqueles anos a presidência e a maioria da direção. Porém, uma nova força emergia: os dissidentes comunistas estudantis que, descontentes com o “Partidão”, organizavam-se em diferentes estados, aliados com a pequena Organização Revolucionária Marxista, mais conhecida pelo nome de seu jornal “Política Operária” (POLOP). Com a renúncia de dois membros da diretoria, somada à

prisão de um de seus membros, a AP ficou em situação minoritária, e conseqüentemente perdeu sua hegemonia no movimento estudantil no correr do ano de 1968¹.

Aliás, naquele ano, o impacto da ação política dos movimentos estudantis deixou uma marca no mundo inteiro. No Brasil, o movimento estudantil tornava-se o único sobrevivente ao golpe, a única organização clandestina de oposição ao regime, atuando fora dos partidos oficiais. Conseguiu em dado momento, reunir a simpatia de amplos setores da sociedade que passavam a expressar cada vez mais seu descontentamento com o rumo político do país e a hipotecar solidariedade aos estudantes em protesto nas ruas.

Pode-se perguntar se ainda há algo de novo sobre este tema: o protesto estudantil contra a ditadura militar. Vários memorialistas que buscaram manter viva a lembrança do período têm usado a célebre frase de Milan Kundera: “A luta do homem contra o Poder é a luta da memória contra o esquecimento”. Resgatar aquilo que já fugiu da memória dos participantes, que desapareceu das retrospectivas da grande imprensa. Ou seja, vamos mais uma vez recontar esta história. E por que não nos cansamos de contá-la? Ou ainda, por que as novas gerações não se cansam de ouvi-la? Talvez, como afirma Mircea Eliade, o mito se remete à origem, a uma tradição, e penso que todos aqueles que se reputam à ideologia de esquerda hoje devem necessariamente se reportar a 1968 como um ano em que a esquerda apropriou-se simbolicamente do debate político e cultural do período.

Esta hipótese exposta por Roberto Schwarz ainda em 1969 durante o seu exílio com o artigo “Cultura e Política: 1964-1969” até hoje não foi refutada². Para ele, após o golpe militar de 1964, contraditoriamente, à medida em que os militares conquistavam o controle político do país, a esquerda galgava espaços no meio cultural, chegando à hegemonia deste processo. A batalha discursiva pela conquista da opinião pública, a carga simbólica investida nos acontecimentos e a forma como ela interferia no processo político são questões que permanecem em aberto.

De lá para cá, muitas obras reafirmaram esta hipótese de maneira periférica, visto que procuravam explorar outros aspectos do tema. De início, o resgate do período se deu

¹ MARTINS F^o, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar*. Campinas: Papirus, 1988.

² SCHWARZ, Roberto. *O Pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

através da publicação de memórias, ensaios literários, coletâneas de entrevistas, passando por um processo de resgate de documentação.

Desta produção memorialística, é necessário citar, pelo sucesso editorial que até hoje permanece, o livro “O que é isso, companheiro?”, do jornalista Fernando Gabeira, transformado em filme pelo cineasta Bruno Barreto em 1996. Um livro irônico em que o autor busca demonstrar dez anos depois, à luz das reflexões sobre a sua própria experiência, como eram irrealistas os sonhos da esquerda brasileira em 1968. Da mesma maneira, Alfredo Sirkis, com a obra “Os Carbonários”, buscava explicar como um adolescente, vindo da classe média carioca lacerdistas, se converte em guerrilheiro da revolução socialista. Essa foi uma das obras utilizadas pela Rede Globo na produção do seriado “Anos Rebeldes”, em 1992.

Estes dois livros serviram para a produção de uma narrativa mitológica sobre o tema: estabeleceram pontos de referência da memória coletiva, contaram o desenrolar do processo político, e, ainda que contestados sob diferentes pontos de vista, jamais foram retocados naquilo que poderíamos chamar de “roteiro” da história. A partir deles, podemos perceber como alguns fatos daquele ano despertaram a indignação de uma parcela importante da opinião pública. O avanço das mobilizações estudantis a partir do início do ano com a morte do estudante Edson Luís, o maior apoio explícito ao seu protesto com a “Passeata dos Cem Mil” como o ápice deste processo, a prisão de todos os integrantes do congresso da UNE em Ibiúna como o fim de um tipo de contestação da ordem vigente, todos estes são marcos representativos que, pelo próprio fato de não terem sido contestados, ganharam um certo estatuto de objetividade.

Da mesma forma, poderíamos dizer que o fio condutor subjacente deste roteiro tem sido o processo de radicalização violenta das manifestações, cuja conclusão geral é a de que este levou a um isolamento progressivo do movimento estudantil em relação à população. Quanto a esta conclusão há divergências em relação ao ponto de origem da violência³. Sem entrar nesta discussão de quem foram os “culpados” pelo fim do movimento - se foram aqueles que pregavam a radicalização nas ruas ou o retorno às

³ Uma boa discussão sobre isso está em MARTINS F^o, João Roberto. *Movimento Estudantil e Ditadura Militar*, p. 138.

faculdades - o fato é o movimento estudantil conquistou as vitórias mais significativas da batalha discursiva daquele ano, atraindo outros setores da opinião pública e rompendo a base de consenso político do regime militar, obrigando-o ao uso da força para sufocar o descontentamento e a revolta política.

Além destas obras de cunho memorialístico, há ainda a produção crítica promovida principalmente pela professora Heloísa Buarque de Hollanda. Sem contestar o centro da tese de Schwarz, ela procurou revalorizar em “Impressões de Viagem” a postura do “desbunde”, a revalorização do tropicalismo (criticado pela sua precária capacidade de comunicações e contradições intrínsecas no seu conteúdo), associando a postura tropicalista de crítica comportamental em oposição ao discurso político estudantil, este ainda marcadamente influenciado pelo realismo socialista dos Centros Populares de Cultura do início dos anos 60. Sob este mesmo prisma está também o resgate das memórias dos intelectuais e artistas do período sob o tema “Patrulhas Ideológicas”, que buscam mostrar o aspecto totalitário da hegemonia cultural de esquerda ao cobrar um engajamento explícito do artista na construção de uma arte social e conscientizadora.

Sobre esse aspecto é necessário frisar que há uma consonância nas obras deste período (final dos anos 70 e início dos anos 80) em valorizar os aspectos de contestação comportamental dos anos 60, principalmente a contracultura nos Estados Unidos e o movimento de maio de 68 na França. Sob este ponto de vista, qual a corrente que representava maior radicalismo estético e comportamental no Brasil? Sem dúvida não era o movimento estudantil, ainda apegado à uma visão tradicional da revolução, refém de uma moral de abnegação e de sacrifício próprias do discurso marxista-leninista. Além disso, conservador do ponto de vista artístico e estético. Esse vácuo foi preenchido pelo movimento musical tropicalista de Caetano Veloso e Gilberto Gil, que na verdade possuía expressões similares no cinema, no teatro e nas artes plásticas, ainda que houvesse divergências em relação ao caráter da arte e seu papel social.

Esses são alguns equívocos claramente evidenciados na produção intelectual realizada ao final dos anos 70⁴. Esta primeira onda se deu após o impacto da Anistia no

⁴ Referimo-nos aqui ao conjunto de obras produzidas na época, como HOLLANDA, Heloísa Buarque de & PEREIRA, Carlos Alberto M. *Patrulhas ideológicas*. São Paulo. Brasiliense, 1980; GABEIRA, F. *O que é*

ambiente cultural, com o retorno de intelectuais e artistas exilados, acompanhado do próprio processo de reorganização partidária e fim da censura. Podemos considerar essa primeira onda como um período de rejeição radical da idéia de engajamento abnegado. Ao contrário, procurava-se afirmar o caráter comportamental da política, bem como a rejeição da idéia de vanguarda política, esta tida como negação da democracia. Ao ritmo da ascensão dos novos movimentos sociais, da ampliação das liberdades, da redescoberta da democracia, a geração 68 ia exorcizando determinados fantasmas.

Passados vinte anos, torna-se consenso no mundo inteiro praticamente que, se os movimentos de protesto juvenil dos anos 60 foram derrotados politicamente, conseguiram importantes vitórias na transformação dos costumes. Das primeiras obras sociológicas que surgem sobre o tema no Brasil, há o destaque para o cientista político João Roberto Martins Filho, que através do seu livro “Movimento estudantil e ditadura militar”, coloca a questão do movimento estudantil entre sua capacidade de elaborar uma política voltada para os problemas universitários, a expansão das classes médias e sua radicalização política em virtude do próprio fechamento do Estado às demandas das novas classes médias. Assim, conseguiu desmistificar toda uma mitologia criada a partir da reconstrução da UNE em 78, observando que foram as comportamento da juventude das modernas classes médias que influenciaram na adesão às ideologias políticas revolucionárias por parte do movimento estudantil na década de 60, num momento de crise da expansão universitária.

Ainda neste segundo movimento, surge o clássico do jornalista Zuenir Ventura: “1968, o ano que não terminou”. Procurando romancear a narrativa de 68, munido de muito mais informações do que eram disponíveis até então, Ventura procurou resgatar os aspectos positivos e éticos da revolta cultural do período, enriquecendo as descrições dos eventos. Porém, o roteiro geral da mobilização estudantil e as conclusões às quais chega sobre o seu declínio são em linhas gerais as mesmas das primeiras narrativas memorialísticas.

Ambas as obras reafirmam que no desenrolar dos acontecimentos de 1968 o movimento estudantil apresentou-se como o principal foco de contestação do regime militar e que, em dado momento, conseguiu sensibilizar amplos setores chamados formadores de opinião. Na obra “A Revolução faltou ao encontro”, Daniel Aarão Reis Filho aproxima-se da formulação de uma hipótese sobre a relação do movimento estudantil com a opinião pública:

A força relativa do movimento estudantil foi inegável. Enfrentou a lei e a polícia e soube estruturar-se como movimento social autônomo, com suas entidades representativas enraizadas nas universidades e nas faculdades, independentes do Estado e dos partidos políticos legais. Foi para as ruas, lutou, formou lideranças novas. Mas suas limitações eram muitas vezes ignoradas, talvez pela repercussão superdimensionada com que a imprensa noticiava as manifestações e protestos. Tratou-se de um cálculo de setores descontentes de nossas elites sociais pretendendo fazer do protesto estudantil um fator de pressão sobre o regime? O fato é que muitas jovens lideranças, e mesmo políticos mais experimentados, não souberam, freqüentemente, avaliar com frieza a força real do movimento. Daí para a retórica triunfalista foi quase sempre um passo que não poucos deram sem vacilar.⁵

Acusa-se com freqüência que os movimentos estudantis superestimavam sua capacidade política. Mais do que isso, Martins Filho identifica nisso a tese de alguns sociólogos, entre eles Fernando Henrique Cardoso, de que o fechamento do regime se deu em virtude da radicalização do protesto em direção à guerrilha urbana, ou seja, utilização de táticas inadequadas e carregadas de equívocos por parte da esquerda. Para Martins Filho, a extrema direita militar se antecipara a estas ações, provocando ações repressivas que obrigassem um fechamento do regime. Ou seja, os militares teriam dado o primeiro passo.

Para responder a esta questão é necessário analisar como o movimento estudantil jogava com a opinião pública em 1968. Qual a carga simbólica investida sobre os acontecimentos politicamente traumáticos daquele ano sobre o panorama político da esquerda brasileira? Como se traduziram esses eventos ao nível emocional, e o que os dotava de significado? Como os diferentes atores em conflito procuraram canalizar sentimentos a partir da produção de determinadas imagens veiculadas ao movimento estudantil?

Essas são outras questões, no entanto, que o próprio tempo se encarregou de colocar. O processo do *impeachment* do presidente Collor levou os intelectuais a se debruçarem sobre a relação entre os movimentos de protesto e a mídia. Por quê motivo a rede Globo produziu a série *Anos Rebeldes*, sobre os protestos estudantis dos anos 60? Por que a música escolhida para a abertura da série foi a canção *Alegria, Alegria* de Caetano Veloso? Qual a ligação imaginária que se estabeleceu entre a geração dos jovens dos anos 90, que saíram às ruas pedindo a queda do presidente, com aquela de seus pais, que saía gritando “Abaixo a Ditadura!” em 1968?

Por uma estranha reconstrução da memória, há duas vertentes de resgate de 68 no Brasil, como identifica Daniel Aarão. Há aqueles que consideraram suas esperanças um erro, como foi um erro o caminho que tomaram. Há outros que buscam a legitimidade da resistência. Trinta anos depois, com o retorno do mito, iniciado com os acontecimentos do *impeachment* do presidente Collor, a democracia teria finalmente feito as pazes com a sociedade brasileira, afastando definitivamente o Brasil dos caminhos da ditadura.

Essa misteriosa operação nos obriga a rever as relações discursivas, a hegemonia cultural de esquerda nos anos 60 e a veiculação do protesto estudantil na imprensa. Teria a imprensa tentado canalizar a revolta estudantil como uma pressão para a abertura do regime? Estava o movimento estudantil organizado e consciente desta tentativa? Teria sido esta a razão do endurecimento da censura por parte dos militares?

Estas são questões provocativas que decorrem de uma visão maquiavélica, em que a “mídia”, como manipuladora de consciências, torna-se apenas uma nova expressão para definir aquilo que os militantes comunistas chamavam de “imprensa burguesa”. Neste caso, a mídia teria conseguido com o *impeachment* do presidente Collor um êxito que não logrou em 68: aproveitar-se do descontentamento da sociedade para retirar do poder um governo que já não satisfazia mais aos seus próprios interesses.

No entanto, ao buscar as razões desta crise, com a radicalização da violência nas ruas, devemos atentar para a construção imagética do evento. Não cabe apenas procurar pistas que nos levem à certeza do que realmente aconteceu, mas sim observar como diferentes versões de um mesmo fato, dadas pelos estudantes, pelos militares ou noticiadas

⁵ REIS F °, Daniel Aarão. *A Revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1989. P.65

friamente como “informação” pela imprensa refletiam imagens de conteúdo ideológico, que procuravam atingir a consciência das pessoas, provocando uma dinâmica de paixões políticas que ora eram canalizadas para a indignação e revolta contra uns, ora contra outros, na dança que se chama opinião pública.

As informações que dispomos até agora sobre os principais eventos que marcaram o movimento estudantil em 1968 são extremamente conflitantes. Tomemos como exemplo algumas controvérsias existentes sobre o tema: o primeiro estudante morto pela polícia, Édson Luiz, morreu nas ruas ou jantando no restaurante Calabouço? Vladimir Palmeira foi à passeata dos 100 mil de terno e gravata para agradar à classe média ou este era o seu disfarce? A Faculdade de Filosofia da USP chegou a viver uma experiência de universidade utópica, ou tudo não passou de uma festa dos estudantes? Caetano Veloso foi vaiado por que não foi compreendido esteticamente ou por que pretendia usar sua performance como golpe publicitário? O Congresso de Ibiúna conseguiu eleger a nova diretoria, ou caiu nas mãos da Polícia quando mal iniciava seus trabalhos?

Estas e outras perguntas podem não encontrar resposta, ou podem encontrar várias. No entanto, mesmo procurando uma resposta objetiva para estas questões a partir de procedimentos de investigação através dos documentos pesquisados, não nos cabe apenas descartar as interpretações falsas. Pois como afirmou Hans Magnus Enzensberger, ao defender a História enquanto “Ficção coletiva”⁶, a própria mentira contém seu momento de verdade - verdade admitida por um grupo, ora por uma sociedade inteira, e que engendra um determinado tipo de comportamento coletivo diante da realidade. A mentira histórica revela os desejos secretos dos agentes envolvidos com a realidade, transformando-se numa “verdade conveniente” para os objetivos políticos a que se propõe. Mais do que isso, ao serem divulgadas em trabalhos escritos, essas versões ganham ares de verdade científica, reproduzida por vários autores:

Estas esquematizações permitem verificar como um obscuro panfleto de propaganda política é citado num trabalho meio científico e ganha com isso certa respeitabilidade. A partir daí ele continua a perambular pelas interpretações sérias, obras de consulta e

⁶ ENZENSBERGER, H. M. A História como Ficção Coletiva. In: *O Curto verão da anarquia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

léxicos. A crença cega na palavra escrita é muito difundida: algo que é citado com bastante frequência passa a valer como fato.⁷

Para melhor observar esta relação entre o movimento estudantil, a ditadura militar e a mediação da imprensa é necessário fazer algumas observações de caráter teórico que permitam apreender esta complicada trama discursiva de 68, a forma como se opera a circulação e apreensão de imagens, cujo significado simbólico se transforma em capital político de setores influentes na opinião pública.

É sob esse aspecto que a obra de Pierre Ansart⁸ emerge como valiosa contribuição teórica no campo da encruzilhada entre a cultura e a política. Como um jogo de paixões, a atividade política envolve símbolos, cuja leitura depende de um conjunto de valores compartilhados, capazes de provocar reações diversas, canalizar energias para um determinado fim, provocar fissuras no tecido social. Cumpre observar como estas paixões são administradas, qual sua dinâmica, para além das generalizações que buscam reduzir a política - e portanto, a ideologia - a uma mera analogia entre o misticismo e o sentimento religioso.

O objetivo do presente trabalho é expor como se deu a dinâmica dos paixões políticas em 1968, a partir da análise construção imagética referente à “sociedade revoltosa” em que se constituiu o movimento estudantil (para utilizar a expressão de Ansart).

⁷ ENZENSBERGER, H. M. *O Curto verão da anarquia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. P. 278.

⁸ ANSART, Pierre. *Ideologias, conflitos e poder*. Rio de Janeiro. Zahar. 1978. Também ANSART, Pierre. *La gestion des passions politiques*. Lausanne, Suisse. Editions L'age d'homme. 1983.

1.1. Marxismo-leninismo: a linguagem revolucionária do movimento estudantil

Sobre este prisma, vale algumas considerações de Marx, extraídas do primeiro parágrafo do Dezoito Brumário,

A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar-se nessa linguagem emprestada. Assim, Lutero adotou a máscara do apóstolo Paulo, a Revolução de 1789-1814 vestiu-se alternadamente como República romana e Império Romano, e a revolução de 1848 não soube fazer nada melhor do que parodiar ora 1789, ora a tradição revolucionária de 1793-1795. De maneira idêntica, o principiante que aprende um novo idioma traduz sempre as palavras desse idioma para sua língua natal; mas, só quando puder manejá-lo sem apelar para o passado e esquecer sua própria língua no emprego da nova, terá assimilado o espírito desta última e poderá produzir livremente nela.⁹

De maneira análoga, podemos dizer que no ano de 1968, o movimento estudantil politizou novos problemas como o racismo, o sexismo, a ecologia e a própria estética, problemas que não pareciam resolvidos nem no bloco capitalista, nem no mundo soviético, embora Cuba e China parecessem acenar com propostas verdadeiramente revolucionárias, dado que muitas vezes não passassem de mera propaganda ideológica. De qualquer forma, para problematizar estas questões, recorreu-se às velhas ideologias, tanto do anarquismo clássico e do marxismo heterodoxo de Rosa de Luxemburgo, Gramsci e Luckács como do marxismo-leninismo em suas variantes trotskista, guevarista e maoísta (esta última francamente estalinista). Tudo em nome de uma busca das origens do pensamento revolucionário, em busca da interpretação mais verdadeira contra a ortodoxia asfíxiante da burocracia soviética.

⁹ MARX, K. *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*. In: MARX & ENGELS. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1983. Vol. 1 p. 202.

Podemos admitir, como Marialice Foracchi, que “um radicalismo pequeno-burguês, a seu modo autêntico, faz as vezes de força revolucionária”¹⁰, ao contrário do que afirmava Marx em seu 18 Brumário, que, do ponto de vista da pequena-burguesia,

por mais que sejam enfeitadas com concepções mais ou menos revolucionárias, o conteúdo permanece o mesmo. Esse conteúdo é a transformação da sociedade por um processo democrático, porém uma transformação dentro dos limites da pequena-burguesia. Só que não se deve formar a concepção estreita de que a pequena burguesia, por princípio, visa impor um interesse de classe egoísta. Ela acredita, pelo contrário, que as condições *especiais* para sua emancipação são condições gerais sem as quais a sociedade moderna não pode ser salva nem evitada a luta de classe.¹¹

No caso do presente trabalho, não podemos considerar os estudantes universitários da década de 60 como classe revolucionária, ou como categoria auxiliar no processo da revolução socialista, mas sim como principal “sujeito revolucionário”. Ou seja, uma concepção de Revolução calcada na subjetividade, na tradição de Marx do 18 Brumário, de Marcuse e de Ansart, permite-nos afirmar que a paixão revolucionária é um elemento fundamental no desencadeamento dos processos de mudança política. A sua ausência inviabiliza o desencadeamento de rupturas revolucionárias, independentemente de haverem as chamadas “condições objetivas” para tais rupturas em dada sociedade.

A proliferação de manifestos estéticos e políticos denota a eferescência da vontade revolucionária na imaginação social, ocorrendo uma inflação das utopias. Momentos revolucionários provocam a amplificação das emoções no universo coletivo, abrem brechas para os ecos de outros tempos heróicos, pois os heróis se miram na História quando pretendem se projetar no futuro, enquanto que nos tempos de paz os homens se movem num presente que busca eternizar a si próprio.

De nossa parte, cabe averiguar o significado das paixões revolucionárias dos estudantes de 1968 a partir do conteúdo simbólico de suas ações, da forma como elas são apreendidas dentro de uma linguagem revolucionária, bem como a forma como conseguiu de início atrair a simpatia de outros setores das classes médias urbanas.

¹⁰ FORACCHI, Marialice. *O Estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo. Companhia Editora Nacional. 1977. P239.

¹¹ MARX, K. *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*. In: MARX & ENGELS. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1983. Vol. 1 p. 226-227.

O sentimento de engajamento dos estudantes pode ser entendido na tentativa de construção de uma nova esfera pública, a partir daquilo que Ansart chama de “sociedade revoltosa”. Isso depende da criação e desenvolvimento de uma nova sociabilidade, gerada no momento da experiência da revolta, a partir da destruição simbólica da antiga ordem. Disso resulta a formação de uma nova identidade, calcada na unidade e na solidariedade. O papel profético de pensar a utopia e divulgá-la cabe aos intelectuais, bem como o movimento deve criar novos meios de circulação (em caso clandestino, tem seu valor simbólico ampliado, como documentos mimeografados, panfletos, pichações de muro, etc.). A inflação dos discursos, por sua vez, gera o fortalecimento do emprego da retórica e da cultura participativa¹².

O despertar dessas energias depende da produção de sentido, que leva a uma maior intensidade passional no engajamento. O indivíduo a ser interpelado como sujeito e a participar do momento histórico; esta, por sua vez, está condicionada à criação da utopia, liberando a imaginação política, a partir de uma representação catastrófica do presente; elabora-se uma visão totalizadora e unificadora de uma ordem imposta (o regime militar), a partir da identificação do inimigo (o latifúndio, a burguesia e o imperialismo articulados), contraposta ao significado das aspirações do movimento (a libertação nacional ou a imediata construção do socialismo). Estas são, de acordo com documentos estudantis de diferentes tendências os pontos que definem as discussões.

Segundo Ansart, a linguagem política pode ser entendida ora como um empreendimento de contestação, ora de conservação. A revolta ideológica é um conjunto de práticas simbólicas que se constituem direta ou indiretamente em oposição ao poder estabelecido. Segundo Ansart:

Em certos momentos característicos (os clubes parisienses em 1848, o movimento estudantil de maio de 1968, na França, a revolução cultural chinesa), a produção e a consumação de intercâmbios simbólicos parecem constituir uma finalidade suficiente e se transformam numa festa da linguagem.¹³

¹² ANSART, Pierre. *Ideologias, conflito e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

¹³ ANSART, Pierre. *Ideologias, conflito e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. P. 103.

Ou seja, que no processo de formação dos sujeitos revolucionários, na construção da identidade dos agentes da utopia, o inflacionamento dos discursos não é reflexo da luta de classes, e sim elemento indispensável na elaboração dessa luta. Nesses períodos de efervescência simbólica é que se revela a criatividade política, onde o campo simbólico é socialmente maximizado. No entanto, Ansart previne que isso nem sempre se revela da mesma forma, mas que está submetido ao sistema político vigente.

Cumprir às instituições que pretendem dirigir o movimento procurar coordenar suas energias. No caso da União Nacional dos Estudantes (UNE), cabe enfatizar a sua clandestinidade, o que lhe dotava da aura de “principal organização de resistência contra a ditadura”. A clandestinidade é uma situação que afeta a própria produção simbólica do movimento. À medida em que urge explicitar seus reais compromissos, as atividades como a pichação de muros, a impressão de panfletos, mesmo as reuniões tornam-se em si mesmas atividades revolucionárias, uma contestação à ordem vigente. Por outro lado, o significado social destas atividades é sobrevalorizado, crescendo a demanda por informações “proibidas”, não divulgadas pelos órgãos oficiais e pela própria imprensa, gerando contraditoriamente aos fins procurados pela censura, uma inflação discursiva.

A criação coletiva deve desenvolver no indivíduo a paixão necessária para a renúncia, o engajamento, calcado na fé da construção da utopia. Dessa forma, além do clima intelectual, é necessário o desenvolvimento e a manutenção de vínculos afetivos, uma vez que a resistência coletiva contra os mecanismos de repressão depende da energia individual investida na revolta, deslocando-o da cadeia do cotidiano e promovendo a auto-marginalização.

Com o sucesso desse empreendimento, emerge uma rede universal de sentidos a todos os protagonistas, calcada na experiência comum compartilhada. Porém, a violência simbólica muitas vezes pode ser uma compensação psicológica da fraqueza e servir de consolo à humilhação, revelando de antemão a frustração da utopia (o importante é resistir - e não vencer).

A linguagem revoltosa realiza a ressacralização do mundo, estabelecendo uma nova relação imaginária entre o sujeito e a realidade em que vive. A exaltação discursiva pode ser entendida como uma experiência mística de transcender limites, a partir desse

consumo coletivo de significados. Ou seja, objetiva-se que a fé na construção do novo impulse à ação, cujos efeitos podem alimentar novas esperanças utópicas, num encadeamento crescente.

A força e a fraqueza de um movimento estão intrinsecamente ligadas às suas potencialidades de vitória e sua capacidade de superar as contradições internas. Nos movimentos utópicos, isso se revela a partir da rejeição da realidade existente, e da intensidade das promessas do futuro. Em meio a isso, surgem as análises da sociedade em jogo e a elaboração de estratégias de conquista de poder, o pomo da discórdia. O aprendizado da experiência não é linear, uma vez que o fracasso questiona a autoridade da vanguarda hegemônica. A luta pelo poder se reveste de significado ideológico.

No caso dos documentos e panfletos do movimento estudantil no Brasil, são os jargões marxistas-leninistas como o pensamento etapista do processo histórico, a caracterização da divisão da UNE entre “revisionistas” e “esquerdistas”, são as expressões que caracterizam como os personagens em conflito se auto-representam, ou seja, criam sua própria imagem à luz de uma leitura do processo histórico. O emprego de jargões leninistas como linguagem corrente das lideranças estudantis, umas contra as outras, é calcado em diferentes interpretações e fases históricas da produção teórica de Lênin.

Existem manifestações recalcadas no movimento utópico, através da frustração, dos traumas, dos desencantos, que se revelam em alguns casos isolados num “autismo social”, ou seja, dimensão onde o movimento torna-se uma terapia de conflitos pessoais, marcados pela cegueira ideológica diante das derrotas do movimento, oscilando entre o vanguardismo, o messianismo e o imobilismo. A crença na luta armada revela a dimensão heróica, romântica, de entregar a vida pela grande causa da humanidade - sentimento que, por mais que escamoteie uma vontade de poder, não pode ser visto simplesmente como “ambicioso”, ou “insincero”. Afinal, tal opção implicava num grau de renúncia e numa coragem para enfrentar um poder militar nada desprezível, diante do qual morreu quase a totalidade dos guerrilheiros. Da mesma forma, o messianismo - a crença no poder da mobilização das massas, na inevitabilidade da revolução - trazia consigo a frustração com a própria realidade, quando não com o próprio “povo”.

Concluindo, Ansart afirma justamente que o imaginário da resistência, da revolta, do engajamento, está fundado sobre o sentimento de “honra aviltada”, *status* aviltado - porque não? Ocorre em períodos de grandes crises, de grandes transformações sociais, possibilitando o surgimento de chefes carismáticos. Leva à construção de lugares de poder, a partir da sacralização dos espaços de poder, objetos simbólicos, rituais, enfim, práticas que se traduzem num sistema de crenças.

Se o poder político se constrói, como afirma Ansart, a partir da introjeção do sentimento de culpabilidade nos subordinados, podemos afirmar que este sentimento estava fraco em 1968, que durante um certo período o movimento estudantil conseguiu legitimidade junto à opinião pública, a ponto do regime apelar para a violência brutal, culminado com o Ato Institucional n° 5.

O movimento estudantil continua na memória coletiva como vencedor moral, heróis da resistência à ditadura militar, na melhor das hipóteses. Às vezes, como carrascos estalinistas portadores de uma moral comportamental retrógrada. Mas não devemos esquecer que o único desejo daqueles que lutam é o de continuarem vivos como um exemplo a ser seguido, na esperança daqueles que continuarão a sua luta, e que no dia da vitória se lembrarão dele como um dos responsáveis por sua conquista. E nesse sentido, lembrá-los, debatê-los, mesmo que com a objetividade científica de quem procura se distanciar das emoções, continua sendo uma forma de prestar-lhes este tipo de tributo.

Porém, há que frisar aqui que não só os panfletos, as reuniões ou as pichações de muros eram responsáveis pela circulação destas imagens. A grande imprensa, chamada de imprensa burguesa pelos líderes estudantis, também foi agente não só da divulgação como também da própria construção de imagens vinculadas ao protesto estudantil. Estes jornalistas, cronistas, fotógrafos e intelectuais de maneira geral podem ser considerados como os artífices do imaginário, que colocam as imagens produzidas na criatividade das ruas no plano da circulação junto ao grande público, retroalimentando as energias utópicas¹⁴.

¹⁴ ANSART, Pierre. *La gestion des passions politiques*. Lausanne, Suisse. Editions L'age d'homme. 1983.

1.2. A “Imprensa Burguesa”: entre os interesses do mercado e da política

O que está em jogo dentro da política cultural “alternativa” dos anos 60 é o surgimento de uma esfera pública não-oficial, como nos mostrou Dieter Prokop, que, aos poucos, foi sendo dragada pelo mercado cultural dos *mass media*, integrando-se a ele¹⁵.

Com a ditadura militar e o fim dos CPCs, a música de protesto ganharia nova conotação. Já não havia mais possibilidade de atuar dentro daquela esfera pública não estatal. A cultura de protesto voltava-se cada vez mais para dentro das tradicionais casas de espetáculo e nos próprios meios de comunicação de massa, a partir do grande impulso dado pela televisão. O que não significa que interessava à televisão inicialmente protestar contra a ditadura militar, mas sim que a “contestação” em todos os níveis, inclusive o político, era mercadoria de grande aceitação no mercado cultural do final dos anos 60, e lhe garantia lucros. É dessa maneira que procuramos compreender a grande imprensa, chamada “imprensa burguesa” pelos estudantes. A imprensa surgiu lutando, a princípio, pela sua própria liberdade, o que poderíamos chamar de luta pelo livre mercado de circulação de idéias.

A riqueza da politização da cultura é descrita por Roberto Schwarz, onde contraditoriamente começa a haver no país uma crescente hegemonia de esquerda dentro do mercado cultural, embora este não o seja:

É de esquerda somente a matéria que o grupo - numeroso a ponto de formar um bom mercado - produz para consumo próprio. Cortadas naquela ocasião as pontes entre o movimento cultural e as massas, o governo Castello Branco não impediu a circulação teórica ou artística do ideário esquerdista, que embora em restrita área floresceu extraordinariamente. Com altos e baixos, esta solução de habilidade durou até 68, quando nova massa havia surgido, capaz de dar força material à ideologia: os estudantes, organizados em semi-clandestinidade.¹⁶

¹⁵ PROKOP, Dieter. A esfera pública não institucionalizada. In: *Coleção Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo: Ática, 1988.

¹⁶ SCHWARZ, Roberto. *O Pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. P. 62

Portanto, não se pode perder de vista o desenvolvimento da indústria cultural nacional nos anos 60, que buscava se fundamentar como empresa hegemônica da cultura nacional. A televisão tinha ainda uma estrutura precária e mal organizada, prevalecendo ainda a cultura de jornal, das revistas de gênero ensaístico no mercado editorial, ou seja, a cultura letrada tinha ainda maior peso. Eram empresas capitalistas, produzindo para um mercado cujo interesse passa a se deslocar cada vez mais para o produto vinculado à contestação social. Em 68, este poder sequer era cogitado, e a televisão era ainda vista por vezes como um aliado potencial em defesa da cultura nacional, contra o imperialismo cultural norte-americano. Mas era sobretudo para as bancas de jornais que os estudantes afluíam em busca de informações sobre a repercussão de suas manifestações e do que se passava no resto do mundo. O rádio, sem dúvida, jogou um importante papel, talvez não tão importante no Brasil como em Paris, onde os conflitos nas barricadas do Quartier Latin eram transmitidos ao vivo. Sua importância na cultura musical sobretudo é marcante, e é sob esse ponto de vista que a circulação de imagens merece ser observada, dentro das estruturas do mercado fonográfico, já sofrendo influências da programação televisiva, até mais tarde ser absorvido por ela.

Este é o mundo dos intelectuais, maiores consumidores da produção intelectual da época. A indústria do disco, do rádio e da televisão ainda não tinham se democratizado abaixo da classe média. Mesmo que estivesse produzindo para consumo interno, a intenção da intelectualidade pequeno-burguesa propunha-se a atingir as massas, e não só das grandes cidades.

Seguindo a tese de Schwarz, foi o fechamento progressivo da esfera pública que canalizou as energias utópicas para outro campo, ou seja, o debate político transferiu-se do núcleo do Estado para as assembleias, manifestações de rua, e principalmente para os “novos” meios de difusão de idéias.

Devido ao seu caráter, a grande imprensa buscou junto à opinião pública uma relativa objetividade na apresentação dos fatos, que lhe permitiu manter sua aura de oficialidade, uma certa autonomia diante daquilo que apresentava. É por esta razão que resulta difícil encontrar documentos internos que comprovem sua intenção explícita na intervenção simbólica que ela procurou operar. Cabe ao historiador, neste caso, fazer a

leitura crítica das representações nela presentes, as soluções que ela apresentou de maneira por vezes subliminar.

Não é raro que em períodos de grave crise a imprensa se apresente como mediadora dos conflitos sociais, posição dada em função da legitimidade que possui diante da opinião pública. Assim foi em São Paulo, quando desencadeou-se a greve geral de 1917¹⁷. Porém, ainda que por vezes consiga oferecer-se como espaço alternativo para estabelecer o diálogo político, não possui os mecanismos decisórios que garantam o cumprimento de acordos firmados, tal como se sucedeu mesmo em 1917 quando o Estado traiu seus compromissos e diante disso a grande imprensa se calou.

Ou seja, o poder da grande imprensa não pode ir além de uma pressão de natureza moral ou eleitoral, porém, não possui os instrumentos de intervenção que sempre foram e seguem sendo monopólio do Estado. É sobretudo nos governos democráticos onde estes mecanismos estão sob controle de mandatários eleitos que a pressão da imprensa surte maior efeito, uma vez que aqueles que ocupam os cargos de responsabilidade ficam muito mais expostos à mudança de humores da opinião pública. Num regime autoritário, a grande imprensa busca trabalhar com os interesses de um mercado que por vezes se sente mais atraído por notícias que fujam um pouco da oficialidade. Porém, seu limite permanece claro: não pode provocar uma subversão que desorganize sua produção e desestruture o mercado. Sob este ponto, ainda que os produtores da notícia (fotógrafos, jornalistas, publicitários, etc.) possuam uma autonomia relativa na execução de seu trabalho, prevalecem os objetivos da grande empresa capitalista, e sob este aspecto, estamos de acordo com as observações de Adorno e Horkheimer sobre a natureza da indústria cultural.

As mudanças de mentalidade se dão também por processos distintos, aos quais muitas vezes a grande imprensa é obrigada a se adequar, reoperando os significados dos eventos de maneira mais conveniente para os seus interesses e para o mercado que os consome, numa tensão constante, correndo o risco de perder sua legitimidade enquanto veículo informativo. Da mesma maneira, ainda que a maneira noticiosa através da qual se

narra os fatos esteja carregada de conteúdo ideológico, a leitura que se faz deles está sujeita a uma relativa autonomia crítica do público consumidor, assimilada através da associação com valores culturais que, não raro, surtem efeitos contrários aos pretendidos.

É necessário salientar que a censura tem um papel importante na produção da notícia. Até 1968, esta censura não atingia diretamente a redação dos jornais, revistas, senão através da apreensão dos periódicos nas bancas de revistas. Ou seja, de acordo com a Lei de Imprensa de 1967, esta atingia sobretudo no plano da circulação, embora isso já apresente seus efeitos na produção das notícias, uma vez que passa a ocorrer a internalização da censura. Mesmo porque o jornalista poderia ser enquadrado na Lei de Segurança Nacional (LSN), ficando neste caso sujeito à prisão. Donde podemos concluir que determinados cortes eram feitos ainda no processo de edição dos periódicos, quando não pelo próprio jornalista. Ainda que este último possa ter algum comprometimento com a subversão, sua atividade é cerceada pelo próprio medo de que a edição fosse apreendida, o que acarretaria em perdas financeiras significativas.

Da parte das lideranças estudantis, aparecia então uma brecha. Era preciso garantir a publicidade do movimento, permitir o acesso de jornalistas mesmo aos encontros clandestinos, para que provocassem repercussão na opinião pública. Fazia-se necessário precaver-se contra os desvios de interpretação cometidos por estes mesmos repórteres, obrigando as lideranças a redobram o cuidado com suas palavras. Ao mesmo tempo, procuravam denunciar através de panfletos as distorções cometidas pelos grandes meios de comunicação, quando estes noticiavam os confrontos entre policiais e militantes estudantis. E ainda era preciso frisar as verdadeiras intenções do movimento.

1.3. A imprensa como foco de proliferação de “idéias subversivas”

Na verdade, com um pequeno retrospecto do regime militar, observa-se que as dificuldades políticas foram aumentando. O golpe militar em 1964 era saudado pelos políticos civis de oposição ao presidente João Goulart como uma vitória política carregada

¹⁷ LOPREATO, Cristina Roquette. As jornadas de julho - São Paulo 1917 In: REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. *Jogos da Política*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero/FAPESP. 1992.

de otimismo. Otimismo este que foi se transformando em preocupação à medida em que a chamada “revolução” ia se perpetuando no poder, institucionalizando-se através de Atos Institucionais e de uma nova constituição promulgada às pressas. O descontentamento da oposição liberal levou políticos como o ex-governador da Guanabara Carlos Lacerda, a articularem a chamada Frente Ampla, destinada a devolver aos civis o controle do poder político, buscando aproximar-se do movimento estudantil. Não tardou, no entanto, que os militares colocassem a Frente na ilegalidade.

Como bem demonstrou João Roberto Martins Filho¹⁸, embora houvesse divergências entre os militares no encaminhamento das questões políticas (e as divergências entre as concepções da linha moderada e da linha dura não eram muitas vezes mais do que simples máscaras do oportunismo político), o que havia de fato era uma perfeita “unidade na crise”, relativa à convicção de que o poder não poderia, sob qualquer hipótese, ser devolvido aos civis, ou seja, nas palavras consagrados pelos atos institucionais, não poderia haver um retorno à “antiga ordem” das coisas.

Os artificios ideológicos para convencer a opinião pública desta necessidade tornaram-se cada vez mais precários. A auto-justificativa da “revolução” apegou-se à ordem, a qual depende do efetivo combate à “subversão”, onde se investe na imaginação do perigo vermelho. Para neutralizar o discurso da oposição, a alternativa autoritária residiu em procurar corporativizar o conflito por um lado, e demonizar os protestos contra a ordem vigente. Por outro lado, tratava-se de encarar a crise desencadeada pelo movimento estudantil como um problema de ordem estritamente educacional, explorado por lideranças subversivas infiltradas dentro das universidades com o objetivo de promover um “clima artificial de guerra revolucionária”.

Na imaginação anticomunista, a imprensa era vista como um potencial “foco de infiltração de idéias e valores alienígenas” à família brasileira, e como tal, necessitava de um constante saneamento para a saúde do corpo da nação. Tal ideologia era vendida pelos militares, que investiam na paranóia do perigo vermelho para justificarem sua permanência no poder. Por outro lado, os “pais da república” também procuravam neutralizar a

¹⁸ MARTINS F °, João Roberto. *O Palácio e a Caserna*. São Carlos: Editora da UFSCar, 1995.

atividade dos políticos civis, atacando sua “fraqueza” no trato de uma conjuntura em crise forçosamente caracterizada como “guerra revolucionária”. Tal caracterização tornava-se mais verossímil, na medida em que alguns atentados eram praticados pelas organizações de extrema-esquerda, ainda que não em quantidade suficiente para instalar no país um clima de guerra civil.

A imaginação anticomunista associava pornografia, drogas e mesmo o rock como forças auxiliares da corrosão moral que preparava o campo para a proliferação de idéias subversivas. Uma verdadeira “pérola” da imaginação anticomunista é a obra do general Ferdinando de Carvalho, “Os Sete matizes do vermelho”, editado pela Biblioteca do Exército com o seguinte adendo: “um verdadeiro e atraente “romance” - que a tradição da **Biblioteca do Exército - Editora** não prescreve editar, mas que a conjuntura o exige, sem rebuços.” O general alertava para os “recursos materiais ou ideativos” utilizados pelos comunistas para corromper à juventude:

(...) os tóxicos, que aniquilam a vontade e induzem o vício incontrolável; o erotismo, de efeitos semelhantes; a deturpação religiosa, que conduz ao misticismo e aos ritos extravagantes. A canção política, o teatro e o cinema políticos ou pornográficos são fatores de indução bastante eficazes.¹⁹

Através do incentivo destas práticas amorais, os comunistas preparariam o terreno para expandir seu domínio sem encontrar a resistência dos jovens. Nas palavras duras do dirigente comunista apresentado em seu romance:

Os jovens oportunistas pagarão o preço de seus prazeres e das suas liberdades. Os gozadores de hoje, veneradores das concessões do sexo, do amor livre, dos tóxicos, das bebidas, da música enlouquecida dos festivais de *rock and roll* serão os submissos que suportarão o peso de nossas imposições.²⁰

Por outro lado, até que ponto a paranóia do “perigo vermelho” alimentada pelos militares não gerou em muitos militantes estudantis o sentimento de que, de fato, estavam

¹⁹ CARVALHO, Ferdinando. *Os Sete matizes do vermelho*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977. P. 88

vivendo uma situação “pré-revolucionária” ? Se os estudantes não representavam um perigo de fato, porque a repressão aumentava cada vez mais sobre eles?

Aí se encontra a natureza dialética da dinâmica das paixões políticas que incide sobre a produção de imagens carregadas de significado simbólico, e que tem um peso extremamente significativo na definição dos humores.

Elegemos, para o presente estudo, cinco imagens de grande impacto emocional, vinculadas direta ou indiretamente ao movimento estudantil nacional. Um estudante desconhecido, morto num confronto, encarnou para o movimento estudantil seu primeiro mártir: “Édson Luís”, que trataremos no primeiro capítulo. Depois, um líder estudantil torna-se nacionalmente conhecido, após liderar a maior passeata contra o regime militar naquele ano: “Vladimir Palmeira”, respeitado pela imprensa, mas que não obtinha a mesma unanimidade dentro do movimento estudantil, é tratado no segundo capítulo. Segue-se a discussão do espaço universitário de maior efervescência utópica: a “Maria Antônia”, como era conhecida a faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. No quinto capítulo, a discussão do significado daquele que ficou para a história como o hino de uma época: “Pra não dizer que não falei das flores”. O fim de todo o movimento encontra-se no último capítulo, com o “Conclave Proibido”, o famoso Congresso de Ibiúna, que assinala o fim de uma era de protesto estudantil. Finalmente, na conclusão, procuramos entender como foi recebido pelas militância estudantil o Ato Institucional n ° 5, dentro de um panorama de estrangulamento da esfera pública, iniciando-se assim um novo período ditatorial no país, com o recrudescimento da repressão e censura, e enfim, o legado do movimento estudantil de 1968 na história da política brasileira.

²⁰ CARVALHO, Ferdinando. *Os Sete matizes do vermelho*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977. P. 89

2. Edson Luís: o batismo de sangue do movimento estudantil

*“Ainda fazem da flor seu mais forte refrão
e acreditam nas flores vencendo o canhão”*

A vingança se alimenta da revolta contra o derramamento do sangue puro dos inocentes. Ao condenar os sacrifícios humanos aos deuses como paganismo, o judaísmo inaugurou um novo princípio moral, que adquire formas diferenciadas no imaginário. A justiça divina caminha ao lado do bem, e os pecados contra a vontade de Deus seriam fatalmente castigados.

Sem dúvida, é o cristianismo que coloca o martírio como objeto de adoração. Cristo teria morrido para redimir a humanidade de todos os seus pecados - passados e futuros. O mártir aponta o caminho da salvação ao renunciar a vida terrena, tamanha é sua fé na eternidade da alma e na verdade divina.

É essa misteriosa imagem do martírio que compõe a substância do sentimento religioso cristão. O sofrimento elevado revela a santidade, e no desprendimento em relação ao egoísmo corporal revela-se a sublimação suprema em nome de um ideal maior: a purificação dos pecados. Os primeiros cristãos, perseguidos ainda pelo Império Romano, muitas vezes se tornaram vítimas das arenas sem sequer terem sido batizados. Para eles, a Igreja Cristã prometia o “batismo de sangue”: salva-se todo aquele que entrega sua vida pelo Senhor.

Talvez a dinâmica dos sentimentos políticos no Ocidente seja realmente a expressão de uma religião secularizada. A imagem do martírio de Cristo é reelaborada dentro de uma concepção iluminista, na qual o homem esclarecido sofre pela humanidade as injustiças decorrentes de um poder ilegítimo, tirânico, e porque não dizer, pecador. Em nome de princípios abstratos, como “Justiça”, “Liberdade”, “Razão”, o martírio alimenta com sangue a indignação, cuja expressão mais exaltada é o desejo de vingança.

Ao contrário do ideal de santidade do martírio medieval, na Idade Moderna, o mártir da reforma protestante não redime os demais de seus pecados, mas os inspira ao

mesmo desprendimento. A perseguição dos tiranos é o que autentica os “justos”, demonstrando que estes estão do lado da “Verdade”. Daí o sentimento de pureza, correção, retidão moral superior, base sobre a qual se assentou o sentimento evangélico.

O processo definitivo de secularização da política com as revoluções do século XVIII veio a autenticar a imagem do mártir como aquele que luta pela “Liberdade”, para que os homens sejam livres, para que toda a pátria se liberte das garras dos opressores.

O herói possui características mitológicas próprias, como a habilidade, força, destreza, inteligência e mesmo sorte sobrenaturais. Mas a força do herói se dá, sobretudo, pelas qualidades morais superiores que ele inspira. O herói só se torna mártir através da morte, que necessariamente deve ser consequência do ódio daqueles que o temem. Um herói, para permanecer enquanto mito, não pode ter uma morte ridícula, acidental. É sem dúvida o martírio que acentua suas características mitológicas²¹.

No entanto, a imagem do mártir dispensa tais características. O mártir é antes de tudo uma vítima da injustiça dos homens. O preço do martírio é o sofrimento em diferentes níveis, como a perseguição, prisão, tortura ou até mesmo na sua forma suprema: a morte. E isso não necessariamente implica que a imagem do martírio contra a tirania política, tal qual a Revolução Francesa nos legou, caminhe necessariamente fundida à imagem do herói. O mártir anônimo por vezes causa maior comoção do que o herói. É o caso do túmulo do “soldado desconhecido”. O desconhecimento de seu nome aumenta a nobreza de seus atos de bravura, sua generosidade e desprendimento. Ao contrário do herói, cuja fama pelas façanhas realizadas o dotam de fama ainda em vida, o mártir anônimo revela total desprendimento na seus gestos, sem esperar nada em troca. Nem mesmo o reconhecimento público.

Portanto, não é do martírio de líderes e intelectuais revolucionários famosos de que se trata esta análise. O foco de atenção aqui se desloca para aquelas vítimas de um poder cuja arbitrariedade se manifestou inquestionável, a partir da revolta que detonou no

²¹ Ver como as controvérsias de como foi divulgada a morte do herói anarquista Buenaventura Durruti durante a Guerra Civil Espanhola, versões de que teria sido atingido pelos fascistas, outros que disseram que foi uma traição dos comunistas, e versões que ainda diziam que foram os próprios anarquistas que liquidaram com ele. As testemunhas disseram que ele mesmo, ao sair do carro, disparou o fuzil contra o

seio das multidões, que transformou funerais em incríveis manifestações de protesto no Brasil.

2.1. Restaurante Central dos Estudantes, ou simplesmente “Calabouço”

Criado no segundo governo de Vargas, o Restaurante Central dos Estudantes foi uma medida de caráter assistencialista, visando oferecer aos estudantes mais pobres uma oportunidade de manterem seus estudos no Rio de Janeiro. Inicialmente, funcionava na sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), na praia do Flamengo. Posteriormente, foi transferido, próximo ao aeroporto Santos Dumont, na chamada Ponta do Calabouço, que tinha esse nome devido a uma antiga prisão que havia no local. A partir desse instante, o restaurante se desvincula da UNE e passa a ser gerido pela União Metropolitana dos Estudantes do Rio de Janeiro (UME)²².

Com a instalação de restaurantes universitários em diferentes faculdades, a clientela passou a ser formada principalmente por estudantes secundaristas. Junto com a comida, recebiam música brasileira e boletins informativos à moda da casa. Ao lado, um barato curso supletivo ministrado por colegas universitários, uma pequena biblioteca, tudo mantido por verbas estaduais e federais, e também uma Policlínica para assistência médico-dentária²³. A Casa do Estudante do Brasil ficava ao lado do Ministério da Aeronáutica, e formava juntamente com o Calabouço uma infra-estrutura que permitia uma vida barata àqueles que procuravam no Rio uma oportunidade de manterem seus estudos.

O restaurante representava uma possibilidade de ascensão social para os desfavorecidos ou, em termos menos arrivistas, uma possibilidade concreta de

peito, porém essa morte acidental não fazia sentido para um herói, e portanto não foi divulgada. ENZENSBERGER, H. M. *O Curto verão da anarquia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

²² Informações dadas por Elionor Brito em REIS F °, D. A. & MORAES, P. 68: *A Paixão de uma utopia*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. P. 155

²³ REIS F °, D. A. & MORAES, P. 68: *A Paixão de uma utopia*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. P. 155.

democratização do ensino. Sua estrutura era administrada por funcionários federais e estaduais com a participação dos estudantes. Com o golpe militar de 1964, a situação se modifica, objetivando o fim das medidas assistencialistas - tomadas simplesmente por “populistas”. O Calabouço foi fechado por alguns meses, depois reaberto e gerido diretamente pelas autoridades governamentais estaduais e federais. A Policlínica foi definitivamente fechada.

A articulação destes com outras entidades clandestinas como a UNE ou a União Metropolitana dos Estudantes poderia acarretar em privação dessas condições básicas de alimentação e moradia. Por isso, ainda que os estudantes que freqüentavam o “Calabouço” discutissem o aprofundamento do autoritarismo no país, e também dos movimentos de protesto, procuravam, apesar disto, manter sua autonomia em relação às outras entidades estudantis. No depoimento de Josué Diniz, praticamente ignorado até hoje, ele relembra:

Os comensais do Calabouço possuíam sua própria liderança que era exercida através de uma agremiação cujo presidente, cordial e sensato, jamais havia usado os estudantes para fins alheios aos seus objetivos. Só saíamos às ruas para reivindicar o que considerássemos nossos direitos. A agremiação que liderava os estudantes funcionava como uma espécie de sindicato altamente organizado. As decisões antes de serem tomadas eram levadas aos demais companheiros e decidíamos em assembléia se iríamos ou não sair em passeata e qual a composição da comissão que iria falar com o Ministro da Educação ou com o Governador. Discutida e aceita por todos, marcávamos a passeata, que geralmente percorria o centro da cidade, tendo como ponto final o Calabouço.²⁴

A “ditadura” aliada ao “imperialismo norte-americano”, e outros jargões da esquerda estudantil, eram recebidos através de panfletos, porém o autor afirmava que “a maioria dos nossos companheiros não conhecia as regras do socialismo, reagiam ao menor apelo emocional a uma manobra da ditadura que jogava habilmente suas primeiras cartadas em cima do estudante secundarista do Rio de Janeiro”²⁵. E sua primeira cartada foi a demolição do RCE, um velho prédio feio, para ser substituído por um trevo que embelezasse a fachada. O governo notificava que o restaurante seria demolido, mas que

²⁴ DINIZ, Josué. *O Cerco das trevas: Calabouço, 1968*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1988. P.21

no prazo de trinta dias, seria construído outro. Porém, não se tratava de um novo restaurante mais moderno, e sim do significado afetivo do restaurante, onde os estudantes recebiam, além da comida, o alimento do espírito crítico de que ficariam privados em outro local, dada a larga autonomia que possuíam ali.

De acordo com Zuenir Ventura, tal motivo nunca foi explicitado, porém coincidiu com a realização da reunião do Fundo Monetário Internacional no Museu de Arte Moderna ali perto²⁶. Essa relação é confirmada por Elionor Brito, presidente da Frente Unida dos Estudantes do Calabouço (FUEC)²⁷. E também estava presente na revista *Visão* em 1968, e que provavelmente serviu de fonte para Zuenir Ventura²⁸.

Para os estudantes do Calabouço fechava-se, assim, o elo da retórica da esquerda estudantil: a ditadura militar, vassala dos interesses do imperialismo americano representado pelo FMI, destruía a educação no Brasil, para alienar o povo, cortando seu acesso à universidade, este por sua vez simbolizado pelo Calabouço. Mais do que isso, declaravam que a construção do trevo rodoviário seria para “facilitar o acesso da burguesia às suas praias”²⁹

Surge a Frente Unida dos Estudantes do Calabouço (FUEC), proposta de um estudante desconhecido, que tampouco frequentava o restaurante, mas que no mesmo dia se tornou o presidente da organização, coincidindo curiosamente com o desaparecimento do antigo líder, conhecido como “Manga”. Tal é a versão presente nas memórias de Josué Diniz em seu livro “O Cerco das Trevas: Calabouço, 1968”.

Este livro pretende levantar sérias dúvidas sobre a autenticidade do presidente e líder da FUEC, Elionor Brito (tratado como “Hector” dentro do livro). Sua suspeita baseia-se na rapidez com que este chegara para assumir a liderança, a facilidade com que

²⁵ DINIZ, Josué. *O Cerco das trevas: Calabouço, 1968*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1988. P.29

²⁶ VENTURA, Z. *1968: O Ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988, p. 104

²⁷ Entrevista com Elionor Brito, P. 157

²⁸ VISÃO, n.º 8, Vol. 32 20/04/68

²⁹ DINIZ, Josué. *O Cerco das trevas: Calabouço, 1968*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1988. P. 31

permanecia em liberdade, uma vez que todos o conheciam, sua foto era publicada constantemente nos jornais e mesmo assim a Polícia o desconhecia.

O discurso radical de Brito, qualificado por Diniz como incoseqüente, teria levado os comensais do Calabouço a uma dura repressão. O governo teria assim os argumentos necessários para destruir o movimento e demolir o restaurante. Tal suspeita parecia estar difusa pelo que declara Zuenir Ventura:“(...) até o radical empenho de Brito serviu não poucas vezes para colocá-lo sob suspeição ideológica, uma acusação que é repelida pelos seus velhos companheiros.”³⁰ Quem colocava Brito sob “suspeição ideológica”? Quais os “velhos companheiros” que repeliam essa acusação? São questões que talvez não representem mais do que uma disputa política de um período conturbado, mas que não podem deixar de ser aqui registradas, uma vez que representam a própria dinâmica da imaginação deste período: a desconfiança. E não se pode ir além nesta discussão porque carece de provas substanciais.

O fato é que a FUEC estava criada. As primeiras eleições foram vencidas com facilidade sobre uma chapa composta por elementos do Movimento Anti-Comunista (MAC), segundo Brito. E aqui temos nova divergência, pois pelo depoimento de Diniz, Brito se fez presidente “num passe de mágica” e depois compôs a diretoria. Após algum tempo, teria expulsado os funcionários da administração em nome da “autonomia” dos estudantes em gerirem seu próprio restaurante. A partir daquele instante, a FUEC passaria a expedir as carteirinhas dos comensais.

O governo prometeu demolir o RCE somente depois de concluir as obras do novo restaurante, com o supletivo e a biblioteca em anexo. O restaurante foi inaugurado ainda inacabado pelo governador, agredido pelos estudantes em plena inauguração.

A revista *Visão* questionava: “O Calabouço: de quem é?”, declarando que em 1968, o Ministério da Educação fornecia alimentação, ainda que esta não fosse sua obrigação, e a Cobal administrava: “(...) um novo restaurante foi construído às pressas, sem instalações sanitárias e com o chão precariamente coberto de cimento”³¹. A falta de

³⁰ VENTURA, Zuenir. *1968: O Ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. P. 105

³¹ VISÃO, n.º 8, Vol. 32 20/04/68

higiene e de verbas, as más condições da comida, tudo isso obrigava os estudantes a mobilizarem-se de tempos em tempos. Os estudantes construíram uma pira para simbolizar o movimento de protesto. Esta pira, símbolo da vida, seria um novo marco de luta, a ser acesa com a passeata do dia 28 de março.

Édson Luís era um garoto que não havia participado ainda de nenhuma passeata, ao que parece. De acordo como o depoimento de Diniz,

Édson Luís talvez fosse o mais novo comensal do Calabouço; tinha apenas dezesseis anos de idade e era oriundo da região nordeste [na verdade, norte], não participava de nenhuma facção do movimento estudantil e nunca fora visto carregando uma faixa ou cartaz, numa passeata. A informação que se tinha dele é que sempre fora um bom estudante da escola supletiva que funcionava ali, mesmo no anexo do Calabouço. Como não pudesse pagar os estudos, concordava em fazer a limpeza da escola em troca de isenção de mensalidades.³²

Na realidade, Edson Luís era apenas mais um estudante se virando para sobreviver e estudar no Rio de Janeiro. Filho de uma empregada doméstica, passou sua infância pobre na periferia de Belém do Pará, e graças à ajuda de amigos de sua mãe, conseguiu uma vaga num colégio de padres maristas. Lá, ao que parece, adquiriu novos sonhos, mudando-se para Brasília e, posteriormente para o Rio. O rapaz não tinha onde dormir, e às vezes ele dormia no próprio Calabouço.

No dia 28 de março, Édson Luís varria a porta de entrada do curso supletivo. Estava de roupa nova, todo de branco. Não iria participar da passeata que saíria do Calabouço em direção à Assembléia Legislativa, onde os estudantes se aproveitariam de uma solenidade para exigir mais verbas e a conclusão do restaurante. Ao que parece, acabou aderindo ao ser provocado, sendo acusado de “dedo-duro” e, portanto, posto à prova³³.

A polícia abriu fogo, matando justamente aquele que seria o mais inocente dos manifestantes. Na verdade, foram dois estudantes que caíram ao solo ainda com vida. Os manifestantes revoltados enfrentaram a polícia carregando o cadáver - que por incrível que

³² DINIZ, Josué. *O Cerco das trevas: Calabouço, 1968*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1988. P. 93-94

³³ DINIZ, Josué. *O Cerco das trevas: Calabouço, 1968*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1988. P. 96-97

pareça, serviu como maior forma de intimidação do que um canhão, tal a disposição de ânimos que aquela morte ensejou nos manifestantes. Quebrando o cerco, os companheiros feridos foram levados à Santa Casa, próxima ao Calabouço. Segundo o testemunho de Josué Diniz, os médicos se recusaram a atendê-los, causando uma revolta ainda maior³⁴. Edson Luís estava morto, enquanto que o outro “cadáver” estava apenas desacordado, o que leva a crer que, de fato, nem na Santa Casa foi feita uma confirmação da morte.

Exibindo o corpo, os estudantes invadiram a Assembléia sem a resistência dos guardas civis que vigiavam o local. Lá, ele foi colocado sobre uma mesa. Os estudantes exibiam a camisa manchada de sangue, o sangue que deveria ser vingado: “Os assassinos pagarão caro por seus crimes, custe o que custar”, dizia um cartaz ao lado do cadáver. Enquanto isso, os policiais cercavam o prédio lançando bombas, exigiam que o cadáver fosse levado para o Instituto Médico Legal, idéia defendida por Sobral Pinto, o “advogado da liberdade”³⁵. Os argumentos utilizados eram de que sem a autópsia era impossível comprovar o assassinato tecnicamente, conseguir o atestado de óbito, inviabilizando o sepultamento do corpo. A massa presente rejeitou indignada essa proposta. O corpo não poderia sob nenhuma hipótese ser entregue às mesmas autoridades responsáveis por sua morte.

Enquanto isso, a denúncia corria as ruas como um rastilho de pólvora, difundindo-se através da boataria, o que gerou uma série de controvérsias. Onde morreu Édson Luís, afinal? Artur José Poener ainda afirma, numa recente reedição revisada de seu livro, que Edson Luiz estaria jantando dentro do Restaurante. O lugar teria sido invadido pela polícia durante seu expediente normal.

Porém, de acordo com os jornais e as testemunhas que participaram do inquérito, foi morto numa manifestação na rua, em frente ao “Calabouço”. O boato estimulou a imaginação, a descrição do evento ganhou uma riqueza de detalhes que o tornaram mais

³⁴ DINIZ, Josué. *O Cerco das trevas: Calabouço, 1968*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1988. P. 98. Aqui, uma contradição, pois Ventura declara que “Logo depois de baleado, provavelmente já morto, Édson Luís foi levado pelos colegas à Santa Casa de Misericórdia, vizinha do Calabouço, para evitar que a polícia seqüestrasse o corpo.” Lá teria sido confirmada a morte.

³⁵ VENTURA, Zuenir. *1968: O Ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. P. 99

interessante, gerando muitas vezes distorções ideológicas. De acordo com a revista *O Cruzeiro*, foram os estudantes que afirmaram esta versão³⁶. É evidente que a imagem de um estudante morrendo enquanto jantava causava maior dramaticidade e impacto emocional - e muitos preferiam acreditar nisso.

2.2. A aura de Santo

A tragédia ganhava dimensão social. O jovem assassinado representava de forma dramática a que ponto poderia chegar a política de elitização do ensino, o preço que pagariam os estudantes que lutassem para se opor a ela. Revolta e indignação tomam conta da opinião pública. Édson Luís não era um líder, um agitador comunista. Ao contrário, era um estudante pobre, batalhador, que veio para à cidade grande em busca de oportunidades melhores. Perfazia a imagem do “estudante-retirante”, aquele que vem para a capital, sem dinheiro, dormindo em pensões e almoçando em restaurantes acadêmicos. A forma como se sacrifica para se manter nos estudos é o que qualifica seu esforço, sua luta, seu caráter.

Se para os estudantes ele era um herói, para um pai de família, ele “poderia ser seu filho”. Esta foi com certeza a frase de maior impacto na opinião pública, pois como observava José Carlos de Oliveira, cronista do *Jornal do Brasil*, até mesmo os militares poderiam se sentir tocados por ela:

Os militares não podem evitar que seus filhos desapareçam na multidão, e em consequência a multidão e o garoto querido são a mesma coisa. Se o meu filho está entre trezentos ou quatrocentos meninos que enfrentam nas ruas os cassetetes e balas perdidas, são quatrocentos os filhos meus que correm perigo.³⁷

Antes de chegar o caixão, cobriram seu corpo com um cartaz: “Aqui o corpo de um estudante morto pela ditadura”. Tentando “desmascarar” a ditadura travestida de democracia desde 1964 com o golpe militar, os estudantes exibiam sua prova cabal: “Eis a democracia podre”. No caixão, as flores e um livro aberto - símbolo do estudo.

³⁶ *O CRUZEIRO*. N.º 15, Ano XL, 13/04/68

³⁷ OLIVEIRA, José Carlos. *Diário da Patetocracia*. Rio de Janeiro, Graphia: 1995. P.70

“O rosto de Édson Luís de Lima Souto estava sereno e descontraído”, de acordo com a reportagem da revista *O Cruzeiro*. Cobrindo seu corpo, a bandeira do restaurante Calabouço, ilustrada com talheres ao centro. Aos pés, bandejas com comida, que pareciam oferendas para um santo, aquelas que lembram o motivo de seu sacrifício - uma prática típica do catolicismo sincrético brasileiro, a mistura de oferendas dadas às divindades africanas ao culto dos santos. Um “inocente”, “quase um menino”, Édson Luís tornava-se o mártir, um verdadeiro santo do movimento estudantil. Descrevia o editorial da revista *O Cruzeiro*, parecendo uma oração de *Mea Culpa*, uma manifestação de consciência de um pecado:

Morreu um rapaz que podia ser nosso filho. Tinha 18 anos. Podia ser nosso filho. Nós temos uma parcela de culpa na sua morte. Surdos e intolerantes. Alheados. Esquerdistas e direitistas. Governo, oposição, trabalhadores, intelectuais. Ele podia ser nosso filho, como os outros todos que estiveram ameaçados e os que ainda estão. (...) Nós todos ajudamos a detonar aquela bala. Podia ser nosso filho, mas nós não o ouvimos. Não paramos. Não nos preocupamos em compreendê-lo, ampará-lo, ajudá-lo. Não nos desprendemos para dialogar com ele e com seus companheiros. Fingimos não entender o que eles dizem. Surdos, intolerantes, egoístas. (...) Eles não são transviados, nem desordeiros, nem vadios, nem subversivos. Eles são nossos filhos. Têm 18 anos. (...) Precisamos compreendê-los, ampará-los, amá-los. Entendê-los e atendê-los. Eles têm 18 anos, são nossos filhos e serão nossos sucessores. Lembremo-nos disto e façamos alguma coisa em nome disto, antes que outra bala atinja o coração de um rapaz de 18 anos. E seja demasiado tarde para aplacá-los.³⁸

O velório de Édson Luiz parecia assim como a adoração de um santo, com sua foto estampada em grandes publicações. Como disse Nelson Rodrigues, cronista de *O Globo*, as fotos de cadáveres há muito tempo não eram exibidas nas primeiras páginas, e Edson Luís abriu uma exceção por motivos bastante especiais: “Não foi uma promoção política, ideológica, ou a vontade mercenária de vender mais jornal. Não. A meu ver, o que fascinou foi a imagem linda”³⁹.

A própria polícia se viu obrigada a defender-se, declarando que o menino foi usado por agitadores, e que o tiro que o matou veio dos próprios manifestantes. Este parece ser

³⁸ *O CRUZEIRO*. N.º 15, Ano XL, 13/04/68

³⁹ RODRIGUES, Nelson. *O Óbvio ululante*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. P. 199

um traço característico do comportamento policial brasileiro: quando acuado pela opinião pública, nega a responsabilidade pelo crime e a transfere para os próprios manifestantes.

A morte de Edson Luís gerou comoção, revolta e indignação em intensidades diferentes. Conseguiu fazer a opinião pública pender vigorosamente para o lado dos estudantes e contra o governo, principalmente gerando na cidade do Rio de Janeiro o principal foco oposicionista ao regime militar. O seu principal efeito foi uma inflação discursiva, criativa em sua comunicação, conseguindo emocionar a opinião pública.

O corpo foi velado na própria Assembléia, recebendo a visita de uma série de pessoas, desconhecidas e famosas no cenário cultural. Na tarde seguinte, o féretro saiu da Cinelândia, levado pelos próprios manifestantes, cobertos com a bandeira nacional e a bandeira do Pará, seu Estado de origem. A bandeira da UNE esteve presente no funeral, porém Edson Luiz não foi enterrado com ela, e isso parece ser um dado interessante, à medida que o anonimato do estudante parecia dotar seu corpo de um significado social capaz de mobilizar setores mais amplos do que a estreita militância estudantil, como de fato foi o que aconteceu.

O caixão passou em frente aos cinemas cujos títulos eram incrivelmente sugestivos: “A Noite dos generais”, “À Queima-roupa”, “Coração de luto”. Não se sabe se estes filmes foram realmente exibidos, ou se os cartazes foram especialmente expostos pelos cinemas como uma maneira sutil de emprestar apoio aos estudantes - o que parece mais provável. As faixas e cartazes revelaram a construção simbólica criativa das massas, com frases de grande impacto emocional: “Bala mata a fome?”, perguntavam, ironizando a brutalidade do tratamento dado pela ditadura às reivindicações estudantis mais básicas, como a verba para alimentação nos restaurantes universitários. A mesma alegoria era usada em outros cartazes: “Verba usada para a sobremesa: balas”; “Preço de uma refeição: dois mortos”.

A vingança expressa nos estandartes negros como “Luto, Luta” lembram as manifestações da esquerda no dia Primeiro de Maio. A ironia contra a responsabilidade do governo é o tema de outros cartazes: “Já começaram as comemorações do 31 de março”, aniversário do golpe militar comemorado todos os anos. A morte do primeiro estudante nos conflitos de rua foi uma infeliz coincidência para o novo governo do General Costa e

Silva. O contraste dramático entre a ditadura militar e o movimento estudantil revelava-se nas palavras: “Os velhos no poder, os jovens no caixão”.

A culpa era da “ditadura militar assassina”. Os “gorilas”, como eram chamados os policiais, as forças repressivas ou a extrema direita em geral. Essa expressão aparecia na faixa de uma categoria extremamente importante na difusão de representações:

“Jornalistas contra gorilas”. Durante a manifestação chegaram a gritar “um, dois, três, gorila no xadrez” pedindo a punição dos culpados. Esta era a tônica dos discursos feitos pelas lideranças estudantis, ao ponto de uma criança presente, sem saber do que se tratava, perguntar: “- Mamãe, o que é ditadura?”⁴⁰.

Mas as conexões simbólicas com a morte do Edson Luís iam além, relacionando-a com o imperialismo norte-americano. A destruição do Calabouço, tendo sido causada para a tranqüilidade da reunião do FMI, dotava de sentido o protesto: “Abaixo o imperialismo assassino”. Da mesma forma, um estudante ateou fogo à Bandeira dos Estados Unidos, uma vingança simbólica à morte do colega, realizada do alto do túmulo do movimento estudantil: a antiga sede da UNE na praia do Flamengo, incendiada durante o golpe militar de 1964.

De todas estas, a que mais irritou Nelson Rodrigues foi aquela que trazia simplesmente a palavra espanhola “Muerte”. Como ele conclui, “deveria ser ‘muerte’ aos imperialistas ou aos gorilas, sei lá.” Mas por que, perguntava o cronista, morrer em castelhano? O fato é que as ditaduras militares como fenômeno geopolítico da América Latina do final dos anos 60 fez com que a esquerda brasileira começasse a cultivar um sentimento de *latinamericanidad*, acentuado com a morte de Che Guevara na Bolívia em 1967, e que começava a dar seus primeiros sinais de expressão simbólica em 1968.

Porém, a violência simbólica foi um pouco além dos cartazes. Foi descoberto pelos estudantes um fusca verde que guardava no seu interior um capote da PM e dois rifles de cano curto, sendo o automóvel virado e arrastado pelos estudantes em revolta. Ainda em frente à Assembléia Legislativa, foi trazido um quepe da polícia, sendo apresentado à

⁴⁰ O CRUZEIRO. N.º 15, Ano XL, 13/04/68. P. 25

massa como símbolo da autoridade, motivo pelo qual foi freneticamente vaiado. O manifestante quebrou o quepe e o atirou à multidão, que o destroçou violentamente⁴¹.

O cortejo era enorme. Fotos aéreas indicavam que milhares de pessoas permaneciam no caminho do cemitério São João Batista - a estimativa mais alta é de 50 mil. Jamais se viu algo parecido desde o suicídio de Getúlio Vargas, como comparava a imprensa. Milhares de pessoas assistiam à manifestação acenando com lenços brancos de despedida ou então jogando flores e papel picado, estendendo bandeiras negras de luto nas janelas.

2. 3. A noite dos archotes

A tarde ia caindo, e a iluminação pública não funcionou pelas ruas que atravessava o imenso cortejo. De repente, alguém improvisou um archote com um pedaço de jornal, ao mesmo tempo em que outras pessoas compravam ou recebiam velas, dando um aspecto único de uma verdadeira vigília contra a ditadura militar. A chama simboliza, na liturgia do batismo, a própria vida - e esta contradição entre vida e morte dotava a manifestação de uma bela composição.

O padre Vicente Adamo, responsável pela encomenda da alma de Édson Luís aos céus, declarava com pesar: “Depois desses acontecimentos, não há mais possibilidade de diálogo entre jovens e adultos. Será preciso encontrar uma fórmula para resolver este estado de coisas”⁴². Que outra fórmula seria possível? Sem dúvida, tal declaração deixava no ar um clima de suspense.

Em seguida, foi cantado o Hino Nacional do Brasil, em que no seio da liberdade “desafia o nosso peito à própria morte”, em que seu filho “não foge à luta”, nem mesmo teme “à própria morte”. Além deste hino, é preciso ressaltar que a melodia da Marselhesa também foi assobiada, denotando assim o desejo de um hino mais explicitamente revolucionário. Porém, o que marcou provavelmente as mães presentes foi o momento do

⁴¹ O *CRUZEIRO*. N.º 15, Ano XL, 13/04/68

⁴² O *CRUZEIRO*. N.º 15, Ano XL, 13/04/68

enterro, encerrando melancolicamente com a Valsa do Adeus: “no céu, na terra, onde for, viverá o nosso amor”⁴³.

Não houve acompanhamento policial ao cortejo, graças à intervenção do governador Negrão de Lima, embora a autoridade dos governadores estaduais sobre as polícias militares fosse pequena, uma vez que estas subordinavam-se diretamente ao controle do Ministério do Exército. Houve suspensão das aulas em sinal de luto em todas as escolas, abertura de Inquérito e afastamento do superintendente da Polícia, bem como a liberação de verbas para os restaurantes estudantis. Tudo na tentativa de amortecer o estado de ânimos, pois sendo da oposição legal, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o governador era rejeitado pelos manifestantes que gritavam: “Negrão no paredão!”. Evidentemente houve entre os manifestantes aqueles que defendiam que o cortejo deveria passar na frente do palácio do governo para exibir o corpo ao governador, porém tal medida não foi tomada para não provocar maior repressão.

O despreparo da polícia militar era apontado pela revista *Visão* como a causa da morte do estudante, que na verdade já tomava forma de uma crise política. Aquela foi a primeira manifestação em que os estudantes chegaram preparados para revidar de verdade. Sem saber o que fazer, diante desta situação inédita, a PM revidou com tiros, cujo resultado foi politicamente desfavorável para o governo militar. Esta foi a avaliação da revista *Visão*:

O grave erro cometido pela polícia da Guanabara deu ao movimento estudantil radical a bandeira de que necessitava - um corpo de estudante morto. Agora, o radicalismo estudantil vai exibi-lo ao máximo, com agitação forte, para atrair a classe estudantil à luta política.⁴⁴

Mais do que isso, a revista apontava a militarização da polícia como a causa da repressão descontrolada. Vinculadas ao Ministério do Exército, e não aos governos civis estaduais, as PMs passavam a representar uma estrutura repressiva do poder militar

⁴³MANCHETE. N ° 832, Rio de Janeiro: Bloch, 13/04/68

⁴⁴ VISÃO. São Paulo, n ° 7 vol. 32, 12/04/68. P. 21

federal, com o privilégio de que suas ações estariam submetidas não mais à Justiça comum, e sim à Justiça Militar.

Por outro lado, o movimento estudantil levava os políticos da oposição a reboque, não os reconhecia como representantes, sequer como interlocutores. Procuravam conseqüentemente extrair da morte de Édson Luís “resultados positivos”. E era previsível que, daí por diante, os estudantes não tolerariam mais “a violência policial pura e simples”⁴⁵. Uma prova disso era a proposta da construção de uma estátua de Edson Luís diante do Calabouço, feita em meio ao cortejo fúnebre. A estátua teria numa das mãos uma pedra e na outra um livro, demonstrando assim uma nova imagem do estudante que se popularizaria no mundo inteiro naquele ano de 1968⁴⁶.

Nos dias seguintes, quando se comemoraria o aniversário da golpe militar, auto-intitulado “Revolução de 1964”, programaram-se manifestações de protesto estudantil em todo o país, tendo o governo orientado todos os órgãos de repressão em nível nacional a intervirem no sentido de evitar a propagação do “clima de agitação artificial criado pelos comunistas”. De fato, não houve como impedir as manifestações de solidariedade ao estudante morto no Rio de Janeiro, e sem dúvida a mais dramática manifestação se daria novamente na Guanabara, quando foi realizada a missa pelo sétimo dia da morte de Édson Luís, na Igreja da Candelária.

2.4. A Igreja na fabricação do mártir

Cortejo fúnebre não é passeata - e quanto a isso, os manifestantes sentiam-se razoavelmente seguros. O cortejo, bem como a presença dos padres e das freiras, legitimavam moralmente a participação da classe média católica. Se velório não era passeata, uma missa também não poderia ser considerada uma assembléia. No entanto, devido à repressão a algumas manifestações de protesto no restante do país tornava aquela missa algo diferente - tanto para os manifestantes quanto para os militares. Sufocada a esfera pública nas ruas, a Igreja tornava-se palco de disputa política, um dos poucos

⁴⁵ *VISÃO*. São Paulo, n.º 8 vol. 32, 12/04/68. P. 23

⁴⁶ *O CRUZEIRO*. N.º 15, Ano XL, 13/04/68

ambientes cujo espaço, simbolicamente sacro, estaria resguardado da repressão. Mesmo assim, pairavam dúvidas no ar.

Na primeira missa, realizada pela manhã, a liturgia se desenvolveu sob um clima de tensão, onde o próprio sacerdote conduzia com cuidado as palavras. De nada, porém, adiantou. À saída, a cavalaria da PM avançou de sabre em punho sobre aqueles que estavam presentes na cerimônia, criando um clima de revolta na própria imprensa, ao agredir fotógrafos e retirar-lhes suas máquinas e seus filmes. À noite, os próprios padres radicalizaram. Foi citada a epístola de São Paulo aos romanos: “Não vos conformeis com as maldades deste mundo, mas transformai-o pela força dos vossos pensamentos”. A força do pensamento contra a força da violência aparecia mesclada a várias referências à Encíclica *Populorum Progressio* de João XXIII, o papa que deu ao Vaticano sua maior guinada progressista.

Para evitar maior violência, o vigário-geral e mais quinze párocos saem paramentados da Igreja de mãos dadas, formando um cordão de isolamento aos estudantes. O cavalarião da PM é forçado a recuar diante do sacerdote que lhe ergue a mão dizendo: “Pare, em nome de Deus!”. A autoridade religiosa impunha, através da batina, um limite à ação repressiva. Porém, bastou que os padres dessem as costas para que os PMs sentissem sua consciência livre para investir com maior crueldade sobre os estudantes, com gás lacrimogênio. O próprio padre Guy Ruffier foi espancado e preso apesar do uso da batina.

A “ditadura militar” perseguia agora os cristãos, tal qual o Império Romano fazia nos velhos tempos. O governo divorciava-se mais e mais da opinião pública permitindo a difusão de imagens nada simpáticas, num país onde a prisão e perseguição de membros do clero foi um dos erros políticos que permitiram a instauração da República. De pouco adiantava o discurso que padres comunistas estariam dando guarida a comunistas - “lobos sob pele de cordeiro” estariam invadindo os templos.

A Igreja revigorava seu papel político que há muito vinha sendo ofuscado na sociedade brasileira, como também observava a revista *Visão*:

A crise nacional deflagrada pelo assassinato do estudante Édson Luís de Lima Souto, na Guanabara, deu à Igreja a imprevista oportunidade de surgir como força capaz de influir poderosamente sobre o processo histórico brasileiro, quando já não eram poucos os que a

imaginavam enfraquecida e destinada ao papel de mera espectadora dos acontecimentos.⁴⁷

Mas se por um lado a Igreja voltava interferir na política, nem todos enxergavam isso de forma positiva - é o caso de Nelson Rodrigues e a forma como satiriza essa nova figura dos “padres de passeata”. Outros acusaram, como Zeunir Ventura, que a missa pelo 7º dia da morte de Édson Luís estava coalhada de ateus marxistas. A isto, José Carlos de Oliveira invocava Santa Teresa de Lisieux, padroeira dos ateus, marxistas e existencialistas, respondendo que a Igreja, como símbolo da aristocracia, sempre se comportara como escudo das injustiças sociais.

A Igreja voltou a si, em conseqüência os católicos de casta se voltam contra a Igreja, primeiramente com as armas da ironia, e discernindo entre dois sacerdotes, um verdadeiro e um falso. Mas ninguém se iluda, pois a ironia é apenas um passo inicial, o estudo do ânimo do poder do inimigo⁴⁸.

Em 1968 a Igreja Católica teve, na figura dos padres progressistas, um papel acolhedor aos estudantes. Carlinhos de Oliveira observa que o catolicismo era uma espécie de “imperativo da identidade brasileira”, e talvez por ironia, ao admitirem sua formação católica, os revolucionários brasileiros admitiam a participação na missa:

A missa de sétimo dia para os mártires da agitação revolucionária faz parte do nosso modo de ser nacional. Não havia necessidade da missa, bastava jogar pedras na polícia e gritar slogans contra a ditadura. Mas nós fizemos questão da missa⁴⁹.

Provavelmente nossos revolucionários acreditavam que a ditadura não iria interferir numa missa, que esta seria uma forma de manifestação pública segura. Para os militares, no entanto, a Igreja estaria abrigando comunistas dentro do seu templo, e também entre os seus próprios membros, uma suspeita que não precisou de provas para justificar a violência da repressão abatida sobre os participantes.

⁴⁷ *VISÃO*. São Paulo. N° 8. 20/04/68

⁴⁸ OLIVEIRA, José Carlos. *Diário da Patetocracia*. Rio de Janeiro, Graphia: 1995. P. 73

⁴⁹ OLIVEIRA, José Carlos. *Diário da Patetocracia*. Rio de Janeiro, Graphia: 1995. P. 73

2.5. O “Povo” e a “Vanguarda”: duas línguas diferentes

Ao que tudo indicava, a provocação estudantil conquistava aquilo que vinha procurando desde o golpe de 1964: a prova de que o país estava sendo governado por uma ditadura. Anunciava-se a possibilidade de estado de sítio, e o cronista Carlos Castelo Branco previa um maior fechamento do regime, à medida em que a situação era um campo fértil para forças extremistas de esquerda e de direita:

O estado de crise declarada em que ingressou o país desde a morte do estudante no Rio não parece próximo do fim. A tensão política cresce, ante a evidência de que os últimos episódios tornaram clara a existência de incompatibilidades insanáveis entre o governo e parcelas importantes da opinião pública. A simples ocupação militar dos centros urbanos será medida provisória, que não atende em substância o problema que está posto. Restabelecida pela força das armas a ordem nas ruas, restará o abismo da impopularidade que põe de um lado as classes armadas e de outro a grande maioria da população civil. O governo, forte militarmente, cada vez mais forte, perde seus últimos vínculos com a esperança civil, terreno em que corre o risco de tornar-se irremediavelmente fraco!⁵⁰

Se a morte foi obra da Polícia, a transformação do garoto em herói do movimento estudantil foi obra dos estudantes, que souberam como difundir o impacto emocional que ela lhes causara na forma como conduziram seus rituais fúnebres. Isso não significou que todos os manifestantes conseguiram tecer as mesmas correlações entre a morte, a ditadura militar e o imperialismo norte-americano. Como observou Fernando Gabeira,

Se tivéssemos o poder de voltar atrás e recolher todos os discursos da época, talvez pudéssemos perceber ali que estavam sendo faladas duas línguas distintas. Uma, a dos partidos que sabiam o que fazer, que tinha sua tática e sua estratégia e analisavam o episódio dentro da sua lógica mais geral. A outra das pessoas que iam passando, que não dispunham de nenhum programa global para salvar nenhum país, mas que se sentiam sufocadas por mil problemas cotidianos, pelo medo, pela pobreza.⁵¹

Como se pôde notar, aquela simbologia, que as lideranças estudantis criaram, carecia de referências para a massa de manifestantes, que não fazia a mesma leitura do

⁵⁰ CASTELLO BRANCO, Carlos. *Os Militares no poder Vol.II: O Ato 5*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978. p. 318

⁵¹ GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* Rio de Janeiro: Guanabara, 1988. P.53

acontecimento. Falavam-se duas linguagens distintas. Se para o movimento estudantil Édson Luiz era um herói, para a grande imprensa formadora de opinião ele era apenas um mártir, uma “criança”, um “inocente” sacrificado pelas forças policiais. Seu único traço de união era o de que, como há muito os estudantes afirmavam, o poder parecia estar totalmente fora do controle político civil. “Duas línguas se falando, nenhuma entendendo a outra, exceto num ponto: estavam todos contra o governo”⁵².

O impacto da imagem do mártir Édson Luís corresponde também ao anseio de torná-lo herói, o que demonstra uma carência afetiva de uma época em que desejava-se o heroísmo. Seu poder foi tamanho que a direita foi obrigada a copiar a estratégia, uma vez que as forças militares foram vitimadas em sua honra. A oportunidade foi dada com o atentado terrorista contra quartel geral do II Exército em São Paulo, quando um carro bomba chocou-se contra o muro e matou o soldado Mário Kosel Filho. No mesmo dia em que a “Folha de São Paulo” noticiava a realização da “Passeata dos Cem Mil” contra a violência policial no Rio de Janeiro, estampava logo abaixo o caixão do “soldado-estudante”. A estratégia utilizada foi análoga à dos estudantes, sendo decretada a dispensa das aulas para os estudantes acompanharem o cortejo, de acordo com o apelo da União Cívica feminina da cidade. O efeito, se houve, se deu principalmente entre os militares, que viriam justificar moralmente uma maior repressão às manifestações públicas em virtude de um chamado “estado de guerra revolucionária”.

A existência de um mártir, e mais ainda, de um mártir desconhecido, foi o que provocou o acirramento de ânimos no confronto, fazendo com que a opinião pública apoiasse aquela que parecia ser a oposição mais radical a um regime que se anunciava francamente ditatorial. O movimento estudantil sob o regime militar ganhava reconhecimento, apesar de articular-se clandestinamente, privado de cidadania, excluído de uma sociedade civil tutelada.

Na opinião de um tirano como Stálin, a morte de uma pessoa pode ser mais perigosa politicamente para o regime do que a de milhares, pois devido à carga simbólica

⁵² GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* Rio de Janeiro: Guanabara, 1988. P.53

da qual pode ser investida, promove sentimentos politicamente rebeldes indignados. Por seus componentes trágicos, torna-se capaz de detonar uma crise política.

Para Dona Maria Souto, mãe do garoto que ficou sabendo de sua morte pelos jornais, não interessava quem o matou, tampouco quais foram as circunstâncias, nem mesmo os problemas políticos. O fato de terem transformado seu filho em mártir ou em herói não trouxe seu filho de volta, e tampouco consolou sua tristeza. Para ela, a tragédia do seu filho tinha um significado único. Édson Luís era mais um rapaz pobre que morria no Rio de Janeiro tentando uma sorte melhor:

Tinha muitas idéias, fazia projetos, dizia que ia vencer e voltava para levar todo mundo com ele. Outras coisas que ele falava eu não entendia. Ele estava mais inteligente do que eu pensava. De noite, ele partiu.⁵³

⁵³ *O CRUZEIRO*, N.º 15. 13/04/68

3. Um rosto para o movimento estudantil: Vladimir Palmeira

“Somos todos iguais braços dados ou não”

Sob o olhar do cronista, revela-se o herói. Na lembrança do velho combatente, surge a imagem do líder. Sob estas duas visões forma-se o personagem, aquele que desempenha papel de protagonista nos eventos da História.

Vladimir Gracindo Soares Palmeira era em 1968 um rapaz alagoano de 23 anos, casado, estudante de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (antiga Universidade do Brasil), presidente da União Metropolitana dos Estudantes da Guanabara (UME), filho do senador arenista Rui Palmeira. Após o dia 26 de julho, depois de ter liderado pela Avenida Rio Branco a passeata dos 100 mil, tornou-se uma liderança política de maior renome nacional, “vedete” da mídia, representante do setor da sociedade mais engajado na luta contra a ditadura - os estudantes.

Como afirma Ansart, com o surgimento do líder, o movimento ganha em eficácia, mas perde a riqueza, ocorrendo a inversão da revolta em nova submissão, a partir do herói, o pai reencontrado, que realizará as promessas de felicidade. A revolta revela, assim, uma nova plenitude do indivíduo, que a partir da subversão, busca afirmar uma nova identidade, autenticada pela perseguição (real ou imaginária), movido pela busca de realização do desejo, contraposta à negação das origens, bem como dos vínculos com a autoridade paterna - e a juventude, já sabiam tanto os militares quanto a própria esquerda, era o grupo social mais vulnerável a esse tipo de apelo.

3.1. O líder dos estudantes cariocas

Quem era Vladimir Palmeira? Para uns, um agitador subversivo. Para outros, um autêntico líder. Para alguns outros, um traidor. Tais contrastes revelam as ambigüidades de uma época, na forma como se projetam esperanças e incertezas, na forma como as energias utópicas são geridas, na disputa política, na relação dos homens com o futuro, na

manutenção ou redistribuição do equilíbrio na tensão de forças, que movem o jogo político.

Todas as respostas acima constituem-se como verdadeiras, sob determinados pontos de vista. Sob cada um destes enfoques, são ressaltados determinados traços da personalidade pública. A relação entre a comunicação e o poder não é invenção da sociedade moderna, porém a forma como é mediada transforma radicalmente seu conteúdo. O advento dos meios de comunicação de massa no século XX, juntamente com a invenção das pesquisas de opinião pública a partir dos anos 30, transformou a forma como os sentimentos políticos eram gerados na sociedade moderna, em especial, a forma como os movimentos sociais passaram a gerir suas demandas junto à esfera pública⁵⁴. Desde o descobrimento de novas tecnologias de telecomunicação - inicialmente com o rádio - imaginava-se o poder que tal instrumental poderia concentrar. No entanto, somente a partir do momento em que formaram-se grandes corporações jornalísticas, conquistando a legitimidade por parte de uma massa de consumidores de informação, é que os vínculos entre a imprensa e o poder tornaram-se mais evidentes - e perigosos.

A projeção de Vladimir Palmeira como figura da destaque nas páginas políticas da imprensa brasileira representa, a partir da passeata dos 100 mil, o ápice de influência do movimento estudantil, segundo alguns autores. Chegam mais longe ao afirmar que, de forma não planejada, teria havido uma certa aliança informal entre a imprensa, as classes médias e os estudantes⁵⁵. Seria essa aliança inconsciente que teria dado força ao movimento estudantil de 1968 e, ao mesmo tempo, todos os seus limites de ação política?

⁵⁴ Ver HOBSBAWN, Eric. *A outra história - algumas reflexões*. In: KRANTZ, Frederic. *A outra História: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX*. Rio de Janeiro. Zahar. 1990

⁵⁵ Ver, por exemplo, MARTINS F.º. João Roberto. *A Rebelião Estudantil: 1968 - México, França e Brasil*. Campinas. Mercado das Letras. 1996. O autor afirma que “o mesmo junho do declínio francês foi o mês do apogeu do movimento no Brasil.(p.88)”, isso devido ao fato de que “no balanço da imprensa, a conta é desfavorável ao governo. Mesmo os jornais mais conservadores reconhecem que ‘com sua ação violenta, os policiais acabaram por levar o povo a se solidarizar com os estudantes’(...)Assim multiplicada pela cobertura dos jornais, a ação de mil soldados levaria às ruas dezenas de milhares de cidadãos.(p.90). Ver GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo. Ática. 1987. P. 147

Melhor averiguar, na medida do possível, quem era Vladimir Palmeira antes da Passeata dos 100 mil. A impressão que Sirkis nos passa de uma passeata de 67, assim descreve a expectativa de um estudante secundarista, carioca da zona sul:

- Vai falar o Vladimir - avisou alguém. Era Vladimir Palmeira, presidente da UME. Subiu na capota de um Ford Galaxie parado, com o chofer agarrado no volante, os olhos fechados de cagaço. A segurança da UME cercava o orador e tentava acalmar o chofer embaixo. Ninguém ia bater nele só por ter um Galaxie, o que interessava era a capota, palanque improvisado.⁵⁶

O hábito de tomar carros como palanque improvisado foi corriqueiro nos movimentos estudantis do Brasil, vinculado ao imaginário da rebeldia e da contestação, ao transformar um objeto de consumo - símbolo de *status* - em uma tribuna pública. Pensemos no filme “Outubro” de Eisenstein, quando milhares de operários e soldados esperam o líder dos bolcheviques na estação Finlândia. De início só vemos seus pés, pisando sobre o pára-lamas. É só depois da expectativa que surge Lênin sobre o capô, trazendo ao braço a bandeira vermelha e iluminado por holofotes.

Vladimir Palmeira, no entanto, não se parecia com Lênin. Segundo Sirkis, o líder era “meio barrigudo, ar desleixado, barba por fazer, sandálias e um capotão bege todo esquisito, desandou a falar mal da ditadura, da política educacional, dos ministros, da polícia, com seu sotaque nordestino”⁵⁷. Percebe-se que de identidade com Lênin apenas o capotão. O ar desleixado ficava por conta da contestação juvenil, contra “hábitos burgueses”, como o de prezar pela boa aparência. Em tempos de Che Guevara, ao qual Sirkis se refere logo acima, existiam preocupações mais importantes, e numa guerrilha, por exemplo, não há tempo nem razão fazer a barba. Tanto é que, após a descrição feita de Vladimir, Sirkis logo conclui: “Eu achava que esse era comunista com certeza e escutava a catilinária com certa desconfiança”, o que não o impede de “bater palmas

⁵⁶SIRKIS, Alfredo. *Os Carbonários*. Rio de Janeiro: Global, 1994. p.28

⁵⁷ SIRKIS, Alfredo. *Os Carbonários*. Rio de Janeiro: Global, 1994

quando ele concluiu, bem alagoano: - Mía genti, o negociu é u seguinti: se a pulícia vier e si tivé em minoria, PAU NELA!”⁵⁸

Para Sirkis, tal era a capacidade de liderança de Vladimir. Já no enterro do estudante Edson Luís, revela-nos um traço característico de Vladimir: era um “explicador nato. Numa linguagem muito simples e acessível, ia conduzindo a mobilização, explicando os por quês, dando as dicas”⁵⁹.

No entanto, um herói não se constrói apenas com palavras, mas com a sorte. É necessário escapar nos momentos exatos, uma vez que é obrigado a arriscar a própria vida, ou a própria liberdade, nome da luta por um ideal. Vladimir escapou o quanto pôde, reemergindo da vida clandestina de forma inusitada.

Com isso, seu mito cresceu junto com a onda de mobilizações em junho de 1968⁶⁰. Na quarta-feira, 19, “tomamos conta da cidade”. Na quinta, “ocupamos algumas faculdades ali na Praia Vermelha. Havia uma reunião do Conselho Universitário (...) demorou muito a reunião. Uma hora, eu subi com uma tropa e quebramos a porta da sala do Conselho na porrada. Entramos e eu disse: ‘agora, todo mundo descendo quietinho!’”. Este episódio foi, segundo Vladimir Palmeira o-mais espetacular, pois pela primeira vez, ocorreu um rompimento dos papéis tradicionais entre professores e estudantes. Ficaram sitiados no prédio da UFRJ. Segundo Ventura, “a assembléia, para ele, significou a quebra do autoritarismo e rompimento do domínio absoluto que os professores detinham na universidade até os anos 60. Na verdade, significou mais. Foi a subversão total da hierarquia dentro da universidade”.

No histórico Teatro de Arena, na Faculdade de Economia da UFRJ, os estudantes e professores estavam reunidos em assembléia, sitiados pela polícia. Ao receber a informação de que o esquema policial estava aumentando e que havia ordem de prender as lideranças na saída, Vladimir teria prometido, sob aplausos, que desta vez ninguém seria

⁵⁸ SIRKIS, Alfredo. *Os Carbonários*. Rio de Janeiro: Global, 1994

⁵⁹ SIRKIS, Alfredo. *Os Carbonários*. Rio de Janeiro: Global, 1994. P. 63

⁶⁰ TEORIA E DEBATE. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, n.º 20 Fev/Mar/Abr 1993. P. 16

preso, ao contrário, seriam os estudantes que exigiriam a libertação dos colegas presos. Mandou os estudantes saírem com violência para romper o cerco da polícia. Houve o boato de que o líder teria sido preso. Mas conseguira manter a promessa.

A passeata estava marcada para as oito horas da manhã. Naquela que ficaria conhecida como a “sexta-feira sangrenta”, Vladimir foi para a praça Tiradentes, no Rio. “Não sei se foi por excesso de segurança nossa”, declarou a Zeunir Ventura⁶¹, “ou porque eu tinha decidido que não dava para fazer mais nada escondido”. Ventura descreve que bastou Vladimir subir num poste para iniciar o comício, e as lojas ainda mal amanhecidas cerravam portas, inclusive bancas de jornal. Por precaução, aproveitaram a construção civil para se armarem de pedras e paus, prevendo um eventual confronto com a polícia. Direção: Ministério da Educação e Cultura (MEC). Até o próprio líder, ao encontrar o colega de direção na UME, emociona-se. Franklin Martins e Vladimir Palmeira - dois estudantes ainda desconhecidos da grande imprensa - são flagrados pelas fotos de jornal se abraçando, uma vez que cada um achava que o outro estava preso⁶².

Naquele mesmo pátio, Sirkis descreve o discurso de Palmeira. “- Tá certo, mia gente, mas ninguém pode quebrá, não! Vamô lá, marcá nosso protesto contra o imperialismo ianqui, mas nada de quebra-quebra, nada de provocação. Disciplina e muita calma, companheiros!”⁶³ e mais adiante, trepado a um poste na esquina da rua México com Santa Luzia, novamente, “Nada de provocação, ninguém quebra nada (...)” até que a polícia resolve provocar o pânico. Sirkis se impressionou pelo fato de que Vladimir, “apesar da barriga, saltou do poste com uma lepeidez impressionante e desapareceu na multidão que jogava as primeiras pedras na embaixada”⁶⁴. Tal testemunho contrasta com as deduções de Ventura, segundo o qual “Vladimir saltou do poste com a velocidade que é possível a alguém meio gordo e asmático”⁶⁵. Asmático como era também Che Guevara.

⁶¹ VENTURA, Zuenir. 1968: *O Ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. P.135

⁶² VENTURA, Zuenir. 1968: *O Ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. P. 136

⁶³ SIRKIS, Alfredo. *Os Carbonários*. Rio de Janeiro: Global, 1994. P.83

⁶⁴ SIRKIS, Alfredo. *Os Carbonários*. Rio de Janeiro: Global, 1994. P.84

Ficamos assim entre a admiração do liderado e a análise do jornalista. De qualquer forma, Vladimir completa que ainda tentou pedir calma mais uma vez, o que demonstra que sua fuga não foi tão imediata. De repente, quando se viu sozinho, desprotegido de seus seguranças, partiu para a fuga.

De acordo com Ventura, “foi quando apareceu um português desconhecido, que podia ser até um policial, e o levou até seu carro, estacionado na Presidente Vargas. (...) Às quatro horas da tarde, Vladimir já estava no Leblon, no restaurante Diagonal, que a liderança estudantil gostava de frequentar, esperando Franklin e Muniz”⁶⁶. Mais uma vez, Vladimir salvava sua vida, sua liberdade e ampliava a fama de sua capacidade de despistar a polícia, esperando seus amigos são e salvo enquanto o quebra-quebra na cidade iria se estender até às 22 horas. Saldo: 23 baleados, 4 mortos, 35 soldados feridos a pau e pedra, seis intoxicados e 15 espancados pela polícia⁶⁷.

Vladimir Palmeira já havia, então, mergulhado na clandestinidade. A violência dos distúrbios ocorridos entre a polícia e os estudantes no Rio de Janeiro ganha destaque no Brasil e mesmo no exterior. O Rio de Janeiro, ex-capital da República, que mantinha ainda boa parte da administração federal na cidade, cujo destino, previam, seria se manter como a “capital cultural” do país, núcleo formador da identidade nacional. Lá, segundo Vladimir Palmeira, concentrava-se a classe média progressista, numa cidade em crise consigo mesma. Através de um amplo acordo com o Governador Negrão de Lima, uma passeata foi autorizada para terça-feira, dia 26, desde que fosse aceito o itinerário prévio. Vladimir lembra que foi lançado um manifesto, “dizendo que íamos incendiar a cidade do Rio”, o que fez o governador ir à televisão pedindo: “Por favor, não toquem fogo na cidade!”⁶⁸. Depois da Passeata dos 100 mil, nem o movimento estudantil, nem Vladimir Palmeira seriam os mesmos.

⁶⁵ VENTURA, Zuenir. 1968: *O Ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. P.137

⁶⁶ VENTURA, Zuenir. 1968: *O Ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. P. 137

⁶⁷ VENTURA, Zuenir. 1968: *O Ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. P. 134

⁶⁸ TEORIA E DEBATE. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, n ° 20 Fev/Mar/Abr 1993. P.17

3.2. O Herói de cem mil

A passeata dos cem mil ganha a manchete de todos os jornais do país. Presente a classe média carioca. De acordo com Ventura, “grupos alegres, aos poucos, carregando cartazes com palavras de ordem que identificavam vários setores - professores, bancários, estudantes secundários e universitários, mães, garis, engenheiros, arquitetos, médicos, padres”⁶⁹. Sem falar nos artistas, como Gilberto Gil, Caetano Veloso, Chico Buarque, Tônia Carreiro, Paulo Autran, tantos e tantos nomes que, segundo Ventura, “é mais fácil fazer a lista dos ausentes do que a lista dos presentes”. Vários também foram os oradores. Estudantes, um trabalhador, professores, intelectuais, mães. Mas a maior estrela foi, sem dúvida, Vladimir.

Primeiro, demorou até ser reconhecido. Sirkis jamais esquecerá da roupa do presidente da União Metropolitana dos Estudantes, que na sua opinião foi à passeata “de terno azul-marinho, barbeado, penteado e com ar de gente-de-bem, pra não assustar as famílias”⁷⁰. Teria o presidente da UME usado terno e gravata para agradar as famílias a classe média? Ou, ao contrário, tratava-se apenas de um disfarce para despistar a polícia, como ele afirma até hoje?

O fato é que sua indumentária conseguiu este duplo efeito. Também José Carlos de Oliveira registra a dificuldade dos estudantes em reconhecer o próprio líder:

Um rapazola de olhos brilhantes dizia a uma guria de mini-saia: ‘Olha lá o Vladimir’. Então, nos olhos da garota aparecia também um brilho especial, e ela procurava, por cima de um chão de cabeças, os homens que estavam de pé numa das sacadas da Assembléia Legislativa, junto da escadaria.

- Ah, é aquele barbudo?

- Não - respondia o rapaz. - É o outro, ele está ao lado do barbudo. É aquele de terno azul-marinho e com o laço da gravata afrouxado.⁷¹

A riqueza deste detalhe não escapou a Zeunir Ventura⁷², que de acordo com o novo figurino, Vladimir ficara “irreconhecível”. O próprio Vladimir declarou: “Só quando

⁶⁹ VENTURA, Zuenir. *1968: O Ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. P.158

⁷⁰ SIRKIS, Alfredo. *Os Carbonários*. Rio de Janeiro: Global, 1994. P.89

⁷¹ OLIVEIRA, José Carlos. *Diário da Patetocracia*. Rio de Janeiro: Graphia, 1995. P.129

cheguei a dez metros, um cara lá de cima, vendo a minha dificuldade, gritou ‘É o Vladimir, deixem ele entrar’, havendo nesse instante uma ovação para o dono da festa.

Para um estudante secundarista como Sirkis, apenas a roupa de Vladimir era novidade - a dinâmica de seu discurso continuava a mesma (didática, coloquial, substituindo o “nós” por “a gente”). No entanto, foi essa sua capacidade de comunicar-se com clareza que chamou a atenção da imprensa e dos cronistas da época. Registra Carlinhos de Oliveira: “Sempre que queria falar, gritava: ‘Pessoal!’, enquanto com um gesto de mão impunha silêncio. E falava que ninguém estava ali apenas para bater palmas, e perguntava se todos prometiam marchar em ordem, sem cometer violências”⁷³.

Declarava Nelson Rodrigues:

Eu próprio só o vi na passeata. E fiz a fulminante constatação; - é, sim, um líder. Imaginem um jovem que sobe num pára-lama e, com um gesto, e antes da palavra, faz a unanimidade.(...) Dizia “vamos fazer isso, aquilo e aquilo outro”. Até pessoas que não tinham nada com a passeata, simples transeuntes, entravam na disciplina. Mesmo os inimigos da passeata eram tocados e convencidos.⁷⁴

E sob a ordem de Vladimir, todos se sentaram - na calçada, no meio fio, e até mesmo na rua. Este sem dúvida foi um dos gestos simbólicos mais significativos da passeata dos 100 mil, e não foi à toa que ambos os cronistas o registraram. “E todas aquelas dezenas de milhares de pessoas, para ouvi-lo melhor e mais longamente, começavam a sentar-se no asfalto e na calçada”⁷⁵, como conta Carlinhos de Oliveira. Bastante próximo do que diz Nelson Rodrigues: “E todos sentaram, como na passagem bíblica (não há tal passagem. Desculpem). Assim ficamos, sentados, como se estivéssemos de joelhos. Senhoras, mocinhas, intelectuais, estudantes, avós, cada qual se sentou no meio fio, no asfalto, na calçada. E foi um maravilhoso quadro plástico”⁷⁶.

⁷² VENTURA, Zuenir. *1968: O Ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. P. 156

⁷³ OLIVEIRA, José Carlos. *Diário da Patetocracia*. Rio de Janeiro: Graphia, 1995. P. 129

⁷⁴ RODRIGUES, Nelson. *O Óbvio ululante*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. P. 283

⁷⁵ OLIVEIRA, José Carlos. *Diário da Patetocracia*. Rio de Janeiro: Graphia, 1995. P.129

⁷⁶ RODRIGUES, Nelson. *O Óbvio ululante*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. P. 284

Zeunir Ventura registrou que Vladimir procura minimizar o gesto em questão: “Nunca me passou pela cabeça que isso fosse alguma coisa importante”⁷⁷, explicando que, sem a aparelhagem de som, o objetivo de seu gesto seria antes ser ouvido. Não lhe passou pela cabeça a dificuldade de tal gesto por parte das mães e moças de saias justas. Ao mesmo tempo - num ato falho - declarou que queria “demonstrar com o gesto as intenções pacíficas da manifestação”.

Talvez, entre os oradores, a que melhor tenha definido a dimensão simbólica do gesto tenha sido a representante das mães, Dona Irene Papi, que declarou: “O povo está na praça pública, logo está na sua casa. Este é um direito de propriedade que precisa ser respeitado”. Sentar-se é o gesto simbólico que melhor corresponde à demarcação de território, demonstrando intenção pacífica, um gesto de distensão, de estar à vontade. Estar à vontade na rua, como as crianças, um gesto que inspira acima de tudo “juventude”. A intensidade dessa experiência, seu significado político, deixou marcas profundas entre os participantes mais velhos.

Vladimir Palmeira conquistava a simpatia da classe média carioca. Um líder estudantil diferente, que levava aos manifestantes confiança e gestos de distensão, como a linguagem coloquial, a proposta de sentar sobre o asfalto da rua ou afrouxar a gravata. Aliás, o uso do terno e gravata foi um dos problemas que a comissão dos Cem Mil, aclamada durante a passeata, teve de enfrentar em sua ida ao Palácio do Planalto para dialogar com o governo. Vladimir Palmeira não havia se voluntariado para participar da comissão que dialogaria com o presidente Costa e Silva, e é provável que, se fosse até lá, não iria de terno e gravata. Também os dois estudantes que representaram este segmento na passeata - Franklin Martins e Marcos Medeiros - foram vestidos como dois jovens normais da época, de blusa de lã. E pretendiam ser aceitos para dialogar com o presidente naqueles trajes, obrigando-o a quebrar o protocolo do Palácio.

O impasse era satirizado por Nelson Rodrigues. Preocupado com a “Heróica resistência”, dizia que o brasileiro mata e morre por uma boa frase. E, como se não

⁷⁷ VENTURA, Zeunir. 1968: *O Ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. P.156

bastasse, sua resistência se dava naquela época por questões aparentemente ridículas para o autor:

Vejam como nada pode mudar a direção da História. De repente, os estudantes presos, o Calabouço, as reformas, tudo, tudo passou para um plano secundário ou nulo. Os dois estudantes faziam pé firme, esbanjavam uma formidável energia física mental contra o paletó e contra a gravata. O paletó e a gravata eram agora 'O Inimigo'. Vesti-los seria a abjeção suprema, a humilhação total, a derrota irreversível.⁷⁸

O terno e gravata tornavam-se um símbolo de conciliação, uma concessão inadmissível. Zuenir Ventura narra esse impasse detalhadamente. Franklin Martins, uma das principais lideranças estudantis do Rio de Janeiro, declarava que os embaixadores de outros países podiam ser recebidos em trajes típicos, e que aqueles eram os trajes típicos dos estudantes. Havia também a mordomia do Palácio com paletós e gravatas, onde provavelmente tampouco encontrariam algum do número de Franklin, que media 1,94m de altura. Para os estudantes, aquilo era uma maneira de provar que o governo não estava interessado em diálogo, pois este dispensaria as tais formalidades. O acessor de imprensa lembrou ao presidente que, pouco tempo antes, um grupo de operários dialogara na sala de ministros sem cumprir o referido protocolo, fato que foi recebido de forma muito simpática pela opinião pública brasileira. Aí estava a solução para a crise do protocolo⁷⁹.

Porém, essa “vitória” em nada amenizava os ânimos dos dois estudantes ali presentes, que não vinham para negociar, senão para exigir que os pontos da pauta de reivindicações fossem acatados, ou seja, a libertação dos estudantes presos, a reabertura do restaurante Calabouço, abolição da censura e a reforma universitária. Tudo o que conseguiam era uma promessa de que seria feito o possível no caso da libertação dos presos, em troca do fim das passeatas. Mas os estudantes ali presentes alegavam que não tinham poder para impedi-las. Foi o tom de ultimato em relação à libertação dos presos que o presidente encarou como desrespeito e encerrou-se assim definitivamente a conversa. Carlos Castello Branco assim avaliava o movimento:

⁷⁸ RODRIGUES, Nelson. *O Óbvio ululante*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. P.287

⁷⁹ VENTURA, Zuenir. *1968: O Ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. Capítulo “Cutucando a onça”, p. 167

O que resultou do episódio foi uma prova de transigência do governo e intransigência dos manifestantes. Desta vez, pelo menos, não coube ao presidente a responsabilidade pela ausência do diálogo, tão reclamado como instrumento adequado à convivência democrática e solução dos problemas. Os jovens se embaralharam em seu próprio sectarismo, em sua inexperiência e nas divisões internas da liderança.⁸⁰

Somente o fato do presidente receber a comissão era apontado pelo cronista como um enorme passo. O presidente reconhecia como interlocutores da sociedade membros de entidades proscritas pelo regime, indicados em uma passeata “no mínimo oposicionista”. Analisando retrospectivamente, aquele foi o momento de maior proximidade de diálogo entre o governo e a oposição política ao regime. A tese defendida pela tendência de Vladimir Palmeira era a de que era necessário declarar-se a favor do “diálogo” para mostrar que este não interessava à “ditadura”. O que se verificava era o contrário, pois eram os estudantes que não estavam dispostos a negociar, a barganhar politicamente, pois em alguns instantes o presidente estava disposto a soltar os estudantes presos por agitação política em troca do fim das passeatas. Da parte da comissão, tal compromisso poderia ser tomado falsamente, apenas para obter o que queriam, porém parece que eram demasiadamente corretos para traírem sua palavra, mesmo contra o inimigo.

Sem outra alternativa, foi feita outra passeata na semana seguinte, no dia 4 de julho, data da comemoração da independência dos Estados Unidos. Convocada pela Comissão dos Cem Mil para forçar o governo a libertar os estudantes presos, foi uma manifestação gigantesca, mas não tão grande quanto à anterior. É provável que muitos tenham ido a essa passeata para ver Vladimir Palmeira. Desta vez o líder não se apresentou de terno e gravata e sim de camiseta. Tendo ao fundo um pôster gigante de Édson Luís, e munido de um microfone, Vladimir agitava a massa com um discurso mais radical, que preparava para a violência: “A gente precisa ficar sabendo de uma vez por todas que eles sempre vão apelar para a violência. E aí de nós se nós não nos prepararmos para essa violência”⁸¹.

⁸⁰ CASTELLO BRANCO, Carlos. *Os Militares no poder. Vol. II*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978. P. 403

⁸¹ Documentário televisivo TROPICÁLIA - Música na sociedade de massas. Rio de Janeiro - “Projeto Memória”.

3.3. Os louros da fama

Como vimos, até mesmo Nelson Rodrigues, cronista do jornal O Globo ficou extasiado quando viu a desenvoltura do rapaz ao “trabalhar a multidão”. Refletindo sobre o comportamento coletivo dos homens enquanto “massas”, Rodrigues lembra em muito a análise da “Psicologia das massas e análise do Ego” de Freud, que a partir de Gustave Le Bon, criador da “Psicologia das Multidões”, procurara analisar o comportamento humano quando agregado em multidão desde as primeiras hordas⁸². Diz Rodrigues:

Há, porém, um momento em que a multidão se humaniza. Sim, em que a multidão se faz homem. É quando tem um líder. Acontece então o milagre: - aquilo que era uma massa pré-histórica assume forma, sentimento, coração de um homem. E, ao mesmo tempo, o medo que junta as multidões morre em nossas almas. Já não sentimos o medo, o velho, velhíssimo medo das primeiras hordas dos primeiros homens. O líder tem coragem por nós, e ama por nós, e sofre por nós, e traz a verdade tão sonhada. Mas há uma dessemelhança entre o líder e os que o seguem: - nós somos multidão e ele, nunca. Como no texto ibseniano, ele é o que está “mais só”. Todos os seus gestos, e palavras, e paixões, e sonhos, amadureceram na solidão. Entendam: - convive com os demais. Mas no meio de 1000 mil, e 200 mil, ele se preserva. Continua solitário, entre tantos, entre todos. Não será jamais multidão.⁸³

Ao indicar que a fabricação de um líder já era possível a partir da eficiência dos meios publicitários (ao conjugar rádio, televisão, jornais e cartazes), Nelson Rodrigues aponta para a particularidade de que Vladimir Palmeira conquistou a celebridade sem o auxílio de qualquer um desses meios. “Vladimir se fez famoso do dia para a noite e de graça”⁸⁴. No entanto, se a fama de Vladimir não dependia da imprensa, a imprensa não tardou a perceber que precisava da fama de Vladimir, que sua imagem se tornara uma mercadoria valiosa.

Quase um poema em homenagem a Vladimir Palmeira, esse texto recebeu o título “A Solidão do líder”, onde Rodrigues perseguia a tese de que o homem se humaniza na

⁸² Ver sobre o assunto RUDÉ, Georges. *A Multidão na História*. Rio de Janeiro. Campus. 1991, também “Psicologia de las masas e análisis del Yo”. In: FREUD, S. *Obras Completas*, op. Cit.

⁸³ RODRIGUES, Nelson. *O Óbvio ululante*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. P. 282

solidão. A multidão seria unida pelo medo, como nas primeiras hordas pré-históricas. O processo de humanização seria um processo solitário, que impunha a reflexão sobre a condição humana. Tal artigo mereceu a resposta de Carlinhos de Oliveira, no qual defende que “A solidão dos homens é um problema político”, onde endereçava claramente o seu recado: “E toda vez que ocorre um golpe de estado, a primeira providência dos novos poderosos é desentrelaçar a multidão, é o toque de recolher e a proibição de ajuntamento nas ruas, é a solidão obrigatória. E tudo isso é tão elementar, pobre Nelson Rodrigues!”⁸⁵ Nelson Rodrigues daria ainda o troco. Para começar, satirizava a frase de Carlinhos de Oliveira: “A solidão dos homens é um problema político”, afirmando tratava-se de um jogo de palavras que soava bem, mas que nem seu autor sabia exatamente o que queria dizer aquilo. Tratava-se de uma frase guardada na gaveta, que o autor esperava utilizá-la numa ocasião qualquer.

É verdade que a preocupação reinante com a projeção de Vladimir Palmeira não passou despercebida por José Carlos de Oliveira. A multidão estudantil, o “poder jovem”, tudo isso ganhava um rosto:

Tudo porque os jornais, e em seguida as pessoas, começaram a considerar interessante a personalidade de Vladimir Palmeira. Enquanto o cronista de um vespertino lhe dedicava um verdadeiro hino, os repórteres informavam que ele é apreciador da música popular moderna e que foi visto de mãos dadas com sua jovem esposa, na escadaria do Palácio Tiradentes. Ao mesmo tempo, um elemento da esquerda festiva me assegurava que a apresentação de Vladimir como indivíduo singular, excepcional, vinha de encontro ao desejo secreto de seus companheiros; Com seu nome e seu retrato publicados com destaque nos jornais, o Governo pensaria duas vezes antes de prendê-lo.⁸⁶

A partir de então, as revistas e os jornais brasileiros viam em Vladimir Palmeira uma importante imagem a ser vendida. Um verdadeiro achado de líder estudantil modelo, assim como Rudi Dutchke na Alemanha Ocidental e Daniel Cohn-Bendit na França. A preocupação de Vladimir com as vicissitudes da imprensa simbolizava a própria ambigüidade do movimento estudantil - por um lado, denunciava a “imprensa burguesa”, por outro, precisava dela para divulgar suas idéias e suas ações. É sobre isso que reflete

⁸⁴ RODRIGUES, Nelson. *O Óbvio ululante*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 283

⁸⁵ OLIVEIRA, José Carlos. *Diário da Patetocracia*. Rio de Janeiro: Graphia, 1995. P. 137

⁸⁶ OLIVEIRA, José Carlos. *Diário da Patetocracia*. Rio de Janeiro: Graphia, 1995. P. 134-135

Carlinhos de Oliveira, ao criticar os estudantes preocupados com o culto da personalidade de Vladimir - provavelmente seus adversários:

Dizem que nós da classe média, nós pequeno-burgueses, estamos sempre à procura de pessoas com as quais nos identificaremos. Está bem. No vocabulário da esquerda ortodoxa há acusações muito mais graves contra nós. Mas acontece que no caso presente a aparição de Vladimir serviu para exorcizar aquele monstro de quarenta mil cabeças cujo nome varia de acordo com nossas convicções e idiossincrasias: a Juventude, o Poder Jovem, os Baderneiros. Agora temos uma pessoa que é igual a quarenta mil, mas não há quarenta mil modos de afrouxar a gravata, e nem todo rapaz se casa aos 22 anos de idade com uma garota de 19. Se o pai de Vladimir Palmeira é Senador, e ainda por cima da Arena, muitos corações que viviam amedrontados com o monstro já se aproximarão dele com curiosidade e simpatia. Tranqüilizai-vos, consciências gentis: brevemente, talvez, a inquietação encontrará um caminho adequado, a garotada entrará nos eixos...⁸⁷

Enfim, se a exploração da personalidade de Vladimir Palmeira ajudou a exorcizar um monstro, acabou por criar um outro, sobre o qual nem ele já tinha controle - a avidez da imprensa sobre sua vida particular. Como conclui José Carlos de Oliveira, “Em plena voga do pôster, seria inútil e até mesmo inoportuna a tentativa de esconder esse rosto que surgiu espontaneamente de dentro da juventude”⁸⁸.

Tal projeção, sem dúvida, deve ter despertado pelo menos um certo desconforto em outras lideranças, como Luís Travassos, que era então o presidente da UNE e, além disso, adversário político de Vladimir dentro daquela entidade. Travassos havia sido capa da revista *Realidade* de julho de 1968, com o título: “Este moço comanda a agitação”⁸⁹. Travassos era descrito pela revista como um jovem estudante de direito da PUC de São Paulo, que trocou uma vida confortável - filho de um pequeno industrial - pela clandestinidade: “Luís mora em qualquer casa, veste qualquer roupa. Está sempre meio sujo, meio barbudo, só troca de camisa quando a noiva consegue achar alguém que vai encontrá-lo e manda uma. Dinheiro, está sempre sem nenhum”⁹⁰.

⁸⁷ OLIVEIRA, José Carlos. *Diário da Patetocracia*. Rio de Janeiro: Graphia, 1995. P. 135

⁸⁸ OLIVEIRA, José Carlos. *Diário da Patetocracia*. Rio de Janeiro: Graphia, 1995. P. 135

⁸⁹ REALIDADE, Ano III N ° 28. São Paulo: Abril Cultural, julho de 1968.

⁹⁰ REALIDADE, Ano III N ° 28. São Paulo: Abril Cultural, julho de 1968. P. 28

Além de Travassos, as únicas lideranças nacionais que mereceram uma descrição mais detalhada na reportagem da revista sobre o Conselho da UNE em Salvador foram Catarina Meloni e, é claro, Vladimir Palmeira, “um dos terrores do Conselho”. Catarina tinha 24 anos, era presidente de União dos Estadual dos Estudantes de São Paulo, da mesma tendência de Luís Travassos.

(...) moça alta, vistosa, do interior de São Paulo, voz fina mas firme, pediu que os conselheiros vetassem a intervenção dos seis diretores da UNE da *segunda posição* [defendida por Vladimir Palmeira]. Confusões gerais. Na votação final, Catarina venceria por um voto.⁹¹

Em outra ocasião, numa passeata de estudantes secundaristas em São Paulo, a líder falou em nome da UNE e venceu um oponente que foi vaiado ao chamá-la de oportunista. Ainda que afirmasse que não fazia nada além de política estudantil, declarava que sobrava tempo para namorar, numa das raras brechas que abriam os militantes estudantis em geral sobre sua vida particular⁹².

3.4. Uma personalidade política

Realizada pouco antes da Passeata dos Cem Mil, a reportagem da revista *Realidade* dedicava a Vladimir Palmeira uma pequena descrição: “Com uma condição de liderança inegável, é filho do Senador Rui Palmeira. Muito jovem, tem a habilidade de quem está na política há tempos.”⁹³ No mês seguinte, em agosto, a revista publica uma reportagem exclusivamente sobre ele, quem é, o que pensa, etc. Na verdade, tratava-se de uma entrevista coletiva com a imprensa, realizada no Diretório Central dos Estudantes da Universidade Católica do Rio de Janeiro. Sua preocupação central era divulgar o movimento, e não sua vida privada:

⁹¹ REALIDADE, Ano III N ° 28. São Paulo: Abril Cultural, julho de 1968. P. 35

⁹² REALIDADE, Ano III N ° 28. São Paulo: Abril Cultural, julho de 1968. P. 37

⁹³ REALIDADE, Ano III N ° 28. São Paulo: Abril Cultural, julho de 1968. P. 35

Meu negócio é política, rapaz. Se você veio aqui me procurar é porque eu tenho um certo tipo de atuação política. Não interessa então o homem Vladimir, a família do Vladimir, a mulher do Vladimir, o livro de poesias do Vladimir, a roupa que ele veste ou a comida que ele come, nem se ele é um moço triste ou um moço alegre. Interessa é a sua atuação política, como líder estudantil, sobre isso eu falo.⁹⁴

Os esforços de Vladimir Palmeira em afastar a imprensa de sua vida pessoal surtiram pouco efeito. Ainda que suas opiniões políticas tivessem algum destaque, uma vez que só admitia falar sobre isso, os repórteres procuravam vasculhar sua história pessoal, destacando que seu casamento com a bela loura Ana Maria na capela da reitoria da Universidade do Brasil (atual UFRJ), a relação cordial com o pai, ainda que este fosse um senador da ARENA, o partido do governo militar, sua maneira “alegre, espirituosa, aberta” de se comunicar, características que não escapavam ao registro da imprensa, interessada em vender a matéria. A revista apontava, no entanto, de maneira crítica, a participação da mãe de Vladimir num programa de televisão, onde só pode contar a sua relação com o filho, sendo cortada quando iniciou a falar da luta política de Vladimir.

Como constata Ventura,

Vladimir Palmeira tinha virado mito, competindo em popularidade com as estrelas do *show-biz*. Uma vez, por exemplo, depois de um comício-relâmpago na porta da fábrica Bangu, ele foi cercado por uma pequena massa e ficou feliz com o resultado imediato de suas palavras - pelo menos até perceber que não eram operários, mas moradores pedindo autógrafos. ‘Eu achava que estava fazendo um trabalho de classe operária, mas na verdade estava sendo tratado como artista de TV’. As tentativas de corrigir essa deformação de imagem não surtiam efeito. Quando dava uma entrevista advertindo para o perigo do estrelismo, as pessoas diziam: “Além de tudo, é modesto”.⁹⁵

Da mesma maneira, sua esquiva em candidatar-se à presidência da UNE era tomada como gesto de “humildade”, muitas vezes, uma vez que era sem sombra de dúvida o líder estudantil mais conhecido do país, e que portanto tinha as maiores chances de vencer a disputa com o candidato da corrente hegemônica da UNE até então. Na verdade, tinha consciência de que, com a projeção de sua figura na imprensa, poderia divulgar as

⁹⁴ REALIDADE, Ano III N ° 29. São Paulo: Abril Cultural, agosto de 1968. P. 65

⁹⁵ VENTURA, Zuenir. 1968: *O Ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. P.254

idéias que ele defendia dentro do movimento estudantil, atingindo assim um campo mais amplo:

Vladimir tem 23 anos. Sabe que seu tipo de atuação até aqui não lhe permite mais recuar porque ele tem conhecimento perfeito de que esta ação já ultrapassou não só os limites do Rio de Janeiro para chegar a um alcance nacional, como até mesmo a liderança estudantil, para se tornar um líder popular. Vladimir mereceu toda uma página da revista norte-americana *Time*, que ele desdenha tranqüilamente, sem vaidade:

- Nós não temos, por ora, qualquer interesse na divulgação internacional do nosso movimento.⁹⁶

A colocação da frase, enunciada em primeira pessoa do plural, evidencia quais eram suas reais preocupações: o movimento. E não deixa de enfatizar o objetivo deste movimento, que não era outro senão “a verdadeira revolução brasileira”, a “mudança da estrutura” que não viria imediatamente, mas pela qual trabalhava funcionando como mais uma peça nessa engrenagem, como a própria UNE:

- É um erro infantil pensar que os estudantes vão derrubar o governo - e da França nos veio o recente exemplo, excelente, de que estudante não derruba coisa alguma. Nós vamos fazer direitinho e modestamente o nosso papel, que é o de abrir caminhos. Depois visão os trabalhadores e aí sim, virá a nossa verdadeira revolução brasileira, que no meu modo de ver não tem jeito de ser pacífica, não. Acho que ela só virá mesmo pela violência. Não por nossa vontade, mas porque eles não vão querer entregar a “rapadura”.⁹⁷

E ainda que Vladimir Palmeira tivesse características próprias enquanto líder, na maneira de se expressar, essa peculiaridade era vista como algo de “novo” da própria dinâmica do movimento estudantil pós-64. Mesmo no seu estilo coloquial de dirigir-se ao público, sem a oratória rebuscada, porém ainda assim contundente:

Vladimir representa, nesse sentido, um novo tipo de líder estudantil surgido a partir de 1964: o líder que diz em três minutos tudo o que tem a dizer, o líder preparado para comícios relâmpago sobre um caixote improvisado, numa esquina, treinado para participar de uma assembléia o tanto quanto possível rápida, por ser sempre clandestina. Acabou-se o tempo em que era certo uma assembléia legal da UNE ou da UME começar às duas da tarde e acabar às quatro da manhã seguinte. Nela, entre os que se

⁹⁶ REALIDADE, Ano III N ° 29. São Paulo: Abril Cultural, agosto de 1968. P. 66

⁹⁷ REALIDADE, Ano III N ° 29. São Paulo: Abril Cultural, agosto de 1968. P. 66

apresentavam para falar, não poucos faziam largos exercícios de oratória, aproveitando a oportunidade para uma demonstração de dotes que hoje passaram a ser defeitos.⁹⁸

Na avaliação do dirigente trotskista da IV Internacional, J. Posadas, Vladimir Palmeira não era exatamente um tipo de líder que devia ser seguido, embora fossem de encontro com a retórica “posadista” as suas pregações de que o movimento estudantil não poderia ser mais do que uma “força auxiliar” do movimento operário.

Lemos as declarações de Palmeira e são declarações programáticas bastante lógicas, mas não são as de um organizador consciente, ele não é uma pessoa que defina a ação, está sempre hesitando, supondo, não fala como um organizador firme. Mas suas idéias são muito mais elevadas que no passado; ele coloca bem a necessidade do Partido, de ir às massas, que o movimento estudantil é um simples estímulo para o movimento operário. Ele toma quase tudo o que dizemos em nossos artigos, mas ainda não é um organizador, não é o organizador capaz de dizer: estas idéias são para isto, nós fazemos isto.⁹⁹

Em outras palavras, a liderança de Vladimir Palmeira não era comparável com a de Lênin, no sentido de conduzir um processo revolucionário, afirmando a “Verdade” do “Partido” e rechaçando todos os que a colocassem em dúvida. Mesmo assim, comparado a Travassos, qualificado como “ultra-esquerdista”, Palmeira ainda parecia um dirigente mais próximo à linha “posadista”. Era necessária uma aproximação com Vladimir e com seu grupo, pois J. Posadas não acreditava que ele estivesse sozinho¹⁰⁰.

A liderança de Vladimir, e mais do que isso, o destaque que a imprensa lhe dava, inquietava também aos militares. E sua popularidade não o manteve fora da prisão. Com a detenção de Vladimir, é sua mulher que vai se projetar na capa da revista *Veja*, intitulada “Por quem chora Ana Maria Palmeira?”¹⁰¹. Foram vários os pedidos de prisão preventiva contra o cumprimento do *habeas corpus* solicitado pelo advogado Marcelo Alencar, e concedido pelo Supremo Tribunal Federal. Ana Maria Palmeira também evitava dar declarações de sua vida privada e de seu envolvimento emocional com Vladimir:

⁹⁸ REALIDADE, Ano III N ° 29. São Paulo: Abril Cultural, agosto de 1968. P. 70

⁹⁹ POSADAS, J. *Brasil: do golpe de 64 à formação do PT*. São Paulo: ECCP, 1990. P. 244

¹⁰⁰ POSADAS, J. *Brasil: do golpe de 64 à formação do PT*. São Paulo: ECCP, 1990. P. 245

¹⁰¹ VEJA, Ano I N ° 3. São Paulo: Abril Cultural, 25/09/68

“Continuarei na luta geral do movimento estudantil. Não como uma mulher revoltada porque seu marido foi preso, mas como colega que também luta contra a ditadura.”¹⁰²

Evidentemente, houve manifestações em vários pontos do Brasil pedindo sua libertação. Uma vez livre, Vladimir Palmeira dava entrevistas em semi-clandestinidade, pois tinha sempre a prisão preventiva decretada contra ele. Nessas conversas com a imprensa ele contava que fora torturado apenas psicologicamente, com ameaças de morte.

Na edição seguinte, a revista *Veja* publica uma reportagem exclusiva de várias páginas, intitulada: “A Palavra de Vladimir”¹⁰³. Nela, ele conta mais detalhes de sua prisão, de como pensavam os militares, a situação geral do movimento estudantil, e descartando definitivamente a hipótese de candidatar-se à presidência da UNE, por dois motivos: em primeiro lugar, seu rosto era muito conhecido e isso atrapalharia seu deslocamento por todo o Brasil, o que era uma exigência para preencher o cargo; e em segundo lugar, porque era uma oportunidade de aproveitar sua projeção para divulgar as idéias do movimento junto a outros setores da sociedade.

Assim sendo, resolveu decididamente apoiar um outro nome vindo de São Paulo, e que começava a ganhar cada vez mais sua confiança: José Dirceu. Para ele, este estudante de Direito da PUC de São Paulo tinha desempenhado um grande trabalho enquanto presidente da União Estadual dos Estudantes daquele estado, e possuía as qualidades necessárias para a reestruturação da UNE:

Quando houve a divisão com o Travassos, São Paulo começou a ter um movimento autônomo. Isso se conseguiu com equipe, com trabalho de coordenação, mas também com as qualidades próprias da liderança que o Dirceu tem. É por isso que o nosso pessoal está levantando o nome dele. Ainda não é uma indicação da Guanabara. Mas ele vai chegar no Congresso e mostrar o que fez. E acho que com isso vai convencer os que ainda não se convenceram. Quanto ao tipo de organização que a UNE precisa, o 30º Congresso vai dizer isso melhor do que eu.¹⁰⁴

¹⁰² VEJA, Ano I N° 3. São Paulo: Abril Cultural, 25/09/68

¹⁰³ VEJA, Ano I N° 4. São Paulo: Abril Cultural, 02/10/68

¹⁰⁴ VEJA, Ano I N° 4. São Paulo: Abril Cultural, 02/10/68

Projetado pelo sucesso na ocupação da faculdade de Filosofia da USP, na rua Maria Antônia, José Dirceu se encarregaria também da organização do referido congresso, que acabou fracassando. Tanto ele quanto Palmeira e Travassos foram presos no Congresso de Ibiúna, e só seriam libertados em troca do embaixador norte-americano seqüestrado pelos guerrilheiros da esquerda armada, partindo para um exílio em Cuba.

4. Maria Antônia: o cenário da utopia

“Aprendendo e ensinando uma nova lição”

Se um movimento utópico tem em sua dinâmica a caracterização de símbolos, e a investitura de líderes, também alimenta a produção dos sentimentos políticos e da sacralização de determinados espaços, conferindo-lhes a uma aura de cenário de eventos de especial carga afetiva.

No correr do ano de 1968, o palco dos acontecimentos de maior difusão imagética foi, sem dúvida, a rua, onde se desencadeavam as passeatas e os conflitos com a polícia. A invasão das universidades teve também seu impacto, sobretudo as da Universidade de Brasília. Apesar disso, não houve um espaço tão inflacionado de utopias e, por isso mesmo, de fim tão trágico como o que ocorreu com a Faculdade de Filosofia da USP naquele ano.

“Maria Antônia”. Era esta a maneira carinhosa que os estudantes a chamavam, pelo nome da rua onde se encontrava a faculdade, mas que de acordo com as memórias se estendia para os bares, livrarias e outras faculdades próximos ao local. Este espaço adquiria uma personalidade própria, contaminada pela efervescência que tomava conta da faculdade, da participação ativa dos professores, que cedo haviam constituído no Brasil a primeira escola sociológica marxista, sob a iniciativa e orientação do professor Florestan Fernandes. São Paulo era o principal pólo econômico do Brasil, como conta o professor Arantes¹⁰⁵, a jovem faculdade procurava projetar-se como padrão de excelência. Desde cedo enfrentou problemas com os militares, com a perseguição e aposentadoria compulsória de professores, atingindo Mário Schenberg (Física), Nuno Fidelino Figueiredo (Economia), José Cruz Costa (Filosofia), o próprio Florestan Fernandes e o jovem Fernando Henrique Cardoso (Ciências Sociais), isso já a partir do golpe de 1964¹⁰⁶.

¹⁰⁵ ARANTES, Paulo. *Um Departamento Francês em Ultramar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

¹⁰⁶ ADUSP. *O Livro negro da USP*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

A jovem faculdade ainda passaria por outros conflitos, sofreria invasões dos estudantes da sua vizinha Universidade Mackenzie, estes tentando impedir as eleições para a clandestina União Estadual dos Estudantes de São Paulo em 67. E mesmo naquele ano de 1968, os estudantes paulistas se solidarizariam aos operários nas manifestações radicais do 1º de maio, impedindo o discurso do governador Abreu Sodré, atirando-lhe pedras e paus.

A Maria Antônia tornara-se um espaço estratégico do movimento estudantil brasileiro, formando lideranças paulistas que, ainda que não fossem estudantes da Faculdade, costumavam, pelo menos, freqüentá-la, às vezes com maior assiduidade do que alguns alunos. Luís Travassos, presidente da UNE em 68; José Dirceu, forte candidato ao cargo em 68; Catarina Meloni, a única mulher entre as grandes lideranças de nível nacional, presidiu a União Estadual dos Estudantes em São Paulo (UEE-SP). Era uma faculdade que contava com a grande participação feminina não só entre os estudantes como também em boa parte do quadro docente.

Nas palavras entusiasmadas de José Dirceu, Maria Antônia era o “símbolo das barricadas, símbolo da rebeldia, da revolução sexual, das idéias socialistas”¹⁰⁷, ou seja, a experiência mais avançada do espírito 68. Havia se formado uma escola brasileira de pensamento marxista, na tradição de Caio Prado Jr., contando com um corpo docente feminino de grande respeitabilidade como Ruth Cardoso, Paula Beiguelman, Maria Sílvia de Carvalho Franco entre outros.

A disputa entre as lideranças tornou-se verdadeiro problema em 1967. O presidente da UEE-SP, Luís Travassos, abandonara o cargo para assumir a presidência da UNE, assumindo Catarina Meloni. Em outubro houve novas eleições, vencendo José Dirceu, um jovem de cabelos compridos, estudante de Direito da PUC de São Paulo. O resultado foi contestado sob alegação de fraude, e principalmente a controvérsia sobre a queima de votos - justamente na Faculdade de Filosofia, após uma invasão dos estudantes de extrema-direita do Mackenzie. Composta em sua maioria por dissidências estudantis do PCB, a diretoria da UNE reconheceu a posse de José Dirceu, passando por cima da

¹⁰⁷ VENTURA, Zuenir. *1968: O Ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. P.223

autonomia da entidade estadual, de acordo com os argumentos de Travassos e Meloni, da Ação Popular¹⁰⁸.

A experiência universitária realizada na Faculdade de Filosofia da USP em 1968 não tem par. Porém, seu significado parece ter sido bem maior para os estudantes, que se reuniam em torno da proposta da “Universidade Crítica”, entre eles, Vladimir Palmeira, José Dirceu e Edson Soares - ou seja, os líderes das dissidências comunistas estudantis e da organização política operária. Pelo fato destes proporem mudanças no quadro do ensino, eram tomados pelos militantes da Ação Popular como “reformistas”, “revisonistas”, ou simplesmente lideranças que pretendiam desviar o movimento estudantil da sua luta política contra a ditadura em favor de questões específicas do ensino.

4.1. Rua sem saída

A experiência de ocupação de universidades como tática do movimento estudantil já havia sido experimentada em Curitiba, pela primeira vez com sucesso. O fechamento das ruas com barricadas, a preparação dos pontos estratégicos, a formação de verdadeiros grupos de choque no movimento estudantil para proteger as lideranças e combater a repressão nas passeatas, tudo isso foi sendo desenvolvido à medida em que o movimento ganhava a experiência de protesto ao correr dos primeiros anos do golpe. Esta visão pseudo-militarizada do movimento estudantil passa a ser ressaltada, à medida em que a repressão vai estreitando cada vez mais a possibilidade de protesto. “Segurança”, esta é a palavra utilizada para designar aqueles que tratam destes assuntos dentro do movimento, e que conseqüentemente passam a ganhar cada vez mais peso nas ações, à medida em que se dificulta a realização de encontros e manifestações de protesto.

A experiência de Curitiba não passou, no entanto, de uma experiência defensiva - a defesa da universidade pública e gratuita, contra o pagamento de anuidades. Não se tratava de subverter as estruturas hierárquicas do regime de cátedra vitalícia, por exemplo. A experiência de assembléia de professores e alunos no Teatro de Arena em junho de 68 é

¹⁰⁸ REALIDADE, Ano III n ° 28. São Paulo: Abril Cultural, julho de 1968. Reportagem: “Êles querem

apontada por lideranças como Vladimir Palmeira e Franklin Martins como sendo um marco deste processo. Nela, teria havido uma inversão de papéis, onde os professores foram obrigados a conceder aos estudantes reuniões mensais, um novo plano para a universidade e participação estudantil no Conselho Universitário¹⁰⁹.

As lideranças estudantis da UEE-SP se aproveitam das lições das duas experiências. Pelo lado de fora, as barricadas protegiam a experiência utópica que ocorria no interior. A imagem era a de uma verdadeira praça de guerra, e as barricadas da frente sustentavam uma faixa que denunciava: “Interventor Sodré faz repressão velada contra os estudantes”. Ao chamar então governador do Estado de “interventor”, os estudantes invocavam o passado, a ditadura de Vargas no Estado Novo, e com isso, procuravam despertar a velha tradição liberal paulista de oposição à centralização do poder republicano. Essa resistência existia como mito de fundação da USP, o ideal de Júlio de Mesquita Filho, que procurava, a partir da cultura, resgatar a hegemonia paulista perdida politicamente com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder¹¹⁰.

A preocupação com a “Segurança” do movimento não era pouca. Aliás, José Dirceu se notabilizaria dentro do movimento estudantil por sua ênfase neste aspecto. Na Maria Antônia, de acordo com a revista *Realidade*,

(...) formam, na estrutura da escola ocupada, um misto de polícia estudantil, encarregada da defesa do prédio e dos colegas, um grupo de choque nas passeatas. O número de inscritos atingiu 300 alunos. Trabalham revezando-se em turmas de cinquenta, trinta ou vinte, conforme a necessidade da ocasião. Durante uma passeata, eles vão em grupos maiores, ligando-se também a outros de outras escolas.¹¹¹

Da mesma forma, no interior da faculdade, havia salas de munição, com armas, rojões e molotovs para eventual confronto. Os feitos mais notáveis desta comissão de

derrubar o govêrno”.

¹⁰⁹ VENTURA, Zuenir. *1968: O Ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. P. 139-142. A esse respeito, ver ainda a entrevista de Vladimir Palmeira na revista TEORIA E DEBATE. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, n.º 20 Fev/Mar/Abr 1993.

¹¹⁰ A discussão das origens da fundação da USP está na Introdução do livro de FREITAS, Sônia Maria. *Reminiscências*. São Paulo: Maltese, 1993. Também em MOTA, C. G. *Ideologia da Cultura Brasileira*. São Paulo: Ática, 1990.

segurança paulista foi a prisão de policiais e agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), uma façanha que não encontra paralelo em outros lugares naquela época.

Porém, não só havia uma estrutura física preparada. Também o clima revolucionário era mantido com a própria organização do ambiente da ocupação. Paredes pichadas contra a ditadura, contra o acordo MEC-USAID, contra a prisão de colegas, contra o imperialismo e a Guerra do Vietnã. Até aí, nada de surpreendente, afinal, há outros exemplos muito mais criativos capazes de ilustrar a inflação de utopia que vivia a Maria Antônia naquele momento.

Vista como uma verdadeira entidade dotada de espírito, a Maria Antônia tinha um coração, um centro de circulação de todo o movimento - e portanto, centro de difusão imagética. Esse centro era o saguão central, donde partiam duas grandes escadarias para as salas de aula¹¹². No vão da escadaria, naqueles dias de ocupação, pendia um enorme pano vertical, trazendo em vermelho o desenho de um homem armado de uma baioneta: “A UNE luta, o povo luta”. Usada como símbolo das guerrilhas de libertação nacional, pelo menos desde a Guerra Civil espanhola, a imagem da baioneta é a própria imagem do “partisan”, do homem livre que se defende e defende seu povo. Ainda que parecesse um tanto anacrônico a utilização desta simbologia num tempo onde a tecnologia militar já havia desenvolvido há mais de vinte anos a bomba atômica, figuras como “Che” Guevara ou mesmo a guerrilha dos vietnamitas revitalizava a luta do pequeno contra o grande, do fuzil o contra tanque de guerra. Os limites desta metáfora eram bem claros para as lideranças, que declaravam que só desocupariam a faculdade em caso de intervenção militar, pois eles não estavam preparados para enfrentar tanques¹¹³.

O romantismo revolucionário não estava presente apenas nas imagens do saguão. Lá também havia um alto-falante, que além de servir para os avisos, tocava constantemente o hino “A Internacional”. Antes, o alto-falante ficava do lado de fora da faculdade, com o objetivo de esclarecer a população sobre os problemas estudantis.

¹¹¹ REALIDADE, Ano III N ° 29. São Paulo: Abril Cultural, agosto de 1968. P. 50-52

¹¹² Ver as memórias dos estudantes e professores da Maria Antônia em SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos (org.) *Maria Antônia: Uma Rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1988. Também outras memórias presentes em FREITAS, Sônia Maria. *Reminiscências*. São Paulo: Maltese, 1993.

Porém, as lideranças acabaram cedendo às pressões da vizinhança, que já não mais agüentava ouvir as reclamações estudantis o dia inteiro.

Entre os vizinhos da Maria Antônia, eram os donos dos bares os que pareciam mais satisfeitos com a ocupação, pois garantia o movimento comercial num período considerado normalmente fraco como o das férias de julho. Lá os estudantes bebiam, discutiam e cantavam principalmente sambas antigos “ou de Chico Buarque”¹¹⁴, o que para os padrões estéticos, de acordo com a produção musical do autor deste período, eram sambas que soavam também bastante antigos.

Dentro da faculdade, as regras eram não apenas claras como também justificadas nos avisos. Além das salas de aula com cursos programados, havia a “Sala do Ócio”, onde o estudante que não tivesse o que fazer poderia permanecer, ouvindo “palestras amenas, geralmente sobre arte”¹¹⁵. Interessante observar o papel relegado à arte neste caso: um mero lazer, destinado a preencher os espaços de tempo livre. Uma contradição em relação às concepções do “realismo socialista”, da “arte engajada”, que enfatizavam o papel político crucial que a arte poderia desempenhar nestes casos. Talvez porque essa convicção não fosse forte ou simplesmente não existisse entre os organizadores da ocupação.

Não há como negar que havia também, por parte dos estudantes, uma certa auto-ironia em relação ao romantismo revolucionário vivido na Maria Antônia aqueles dias. Na cozinha, por exemplo, o “Menu” era bastante sugestivo: “Consomê a Mao”, “Patê a Ho Chi Min”, “Bananas da Tropicália”. Na verdade, a realidade material impunha um cardápio mais modesto, mas a imaginação revolucionária era o que alimentava a criatividade na ocupação.

O tratamento dado à imprensa pelos organizadores da ocupação foi considerado pelos profissionais do jornalismo como discriminatório. As fotos das lideranças eram proibidas (determinação que alguns repórteres conseguiram burlar), e os jornalistas deveriam permanecer na “Sala de Imprensa”, recebendo informações dadas pelas

¹¹³ REALIDADE, Ano III N ° 29. São Paulo: Abril Cultural, agosto de 1968. p.50

¹¹⁴ REALIDADE, Ano III N ° 29. São Paulo: Abril Cultural, agosto de 1968. P. 54

lideranças. Há uma foto da sala onde aparece José Dirceu, tendo ao fundo o quadro negro da sala com os seguintes dizeres “Imprensa Burguesa: fique sentadinha nas cadeiras sem tirá-las do lugar”. O aviso soa algo propositadamente infantil, no sentido de ensinar à mal comportada “imprensa burguesa” a respeitar as condições impostas para sua permanência. Muitos jornalistas acusavam as lideranças de cercearem a “liberdade de imprensa” com suas condições, medida por sua vez justificada para “evitar distorções”.

Estas “distorções” eram apontadas nos recortes de jornal fixados num mural, onde se podia ler as notícias nacionais e internacionais com as devidas reparações da comissão de imprensa. Dividida entre a necessidade de dar publicidade à ocupação da faculdade e ao mesmo tempo impedir que ocorressem “distorções”, a imagem que ficava para os jornalistas era a de uma mini-ditadura dentro da faculdade, que desrespeitava o gabarito profissional dos trabalhadores da imprensa e restringia seu acesso às informações.

4.2. A Universidade Crítica

Nada no entanto explicita melhor quais as propostas do movimento “Universidade Crítica” quanto a experiência da Maria Antônia. A ambição era superar a experiência da Sorbonne. Em Paris, os estudantes ocuparam a universidade e nela realizaram assembléias quase permanentes. Já na Maria Antônia, um mês depois, o que se pretendia era ir além da experiência francesa, superar a metrópole criando um modelo revolucionário de universidade, estabelecendo uma relação entre professores e alunos diferente em forma e conteúdo. Em outras palavras, tratava-se de romper com a estrutura da universidade brasileira, com o regime de cátedra vitalícia, reivindicação que contava já com o apoio de boa parte do corpo docente desde o final dos anos 50¹¹⁶.

A primeira mudança foi acabar com as disciplinas curriculares. Ao invés destas haveria cursos livres, cabendo ao professor o papel de “coordenador” das leituras e do debate. Ficava dispensado o uso do tablado, o professor deveria sentar-se na carteira como os alunos, em condição de “igualdade”. Essa igualdade era estendida aos alunos que

¹¹⁵ REALIDADE, Ano III N° 29. São Paulo: Abril Cultural, agosto de 1968. P. 54

tivessem vontade de participar, não havendo nenhum critério de pré-requisito para inscrever-se. Escolhia-se um autor, por exemplo, e discutiam-se os seus textos. Não era o aluno, mas sim a “discussão” que era avaliada ao final da aula, para concluir o proveito tirado por todos.

Talvez hoje pareça ingênuo este tipo de experiência, mas ela se encontrava bem sintonizada com seu próprio tempo. Da leitura de textos e discussão coletiva eram debatidas as diferentes interpretações de forma mais democrática, pelo menos na aparência. Longe de constituir uma prática inovadora, ao contrário, remete-nos ao evangelismo protestante dos primeiros tempos da Reforma, com o direito à livre interpretação do texto sagrado feita pelos fiéis. Tal prática era considerada então subversiva, pois retirava do clero sua exclusividade ao acesso e interpretação do evangelho para o caminho da salvação. Da mesma maneira, a prática da discussão de textos marxistas retirava dos velhos militantes do Comitê Central do Partido Comunista o monopólio da linha política adequada para realizar a revolução socialista.

Essa experiência já havia sido realizada em São Paulo pelo grupo do “Seminário d’O Capital” liderados por José Arthur Gianotti no final dos anos 50. Naquela ocasião, tratava-se de uma reunião de amigos, todos jovens professores da Maria Antônia, que discutiam a obra de Marx para chegar a descobrir a chave de seu pensamento. Nos anos sessenta, proliferavam este tipo de grupos de estudo, à medida em que a linha do PCB era contestada. É certo que os estudantes queriam muito estudar Lênin, Rosa de Luxemburgo ou Mao, de acordo com Paulo Arantes¹¹⁷. Mas jamais se poderia imaginar que tal prática pudesse constituir uma nova forma de ensino universitário.

Para administrar essa experiência, cada curso organizou uma “comissão paritária”, composta igualmente por alunos e professores. O jovem Fernando Henrique Cardoso voltava da Universidade de Nanterre para retomar suas atividades na USP, depois de absolvido no Inquérito Policial Militar aberto contra ele em 1964. Ele ficou encarregado da presidência da comissão paritária de Ciências Sociais. Bento Prado Jr. assume a responsabilidade pela de Filosofia. Dizia o presidente do Grêmio de Filosofia da USP, o

¹¹⁶ FREITAS, Sônia Maria de. *Reminiscências*. São Paulo: Maltese, 1993.

estudante de Geologia Bernardino: “Os professores estão conosco e trabalham de graça”¹¹⁸.

Os resultados dos cursos-pilotos eram levados às respectivas “comissões paritárias”, no sentido de procurar aproveitar a experiência num projeto de reforma universitária. Cada curso tinha, em média, 150 alunos. Cerca de 2000 alunos freqüentaram a Maria Antônia naquelas férias. Isso tudo num prédio onde só haviam 1600 alunos matriculados. Para o repórter da Revista Realidade, parecia que a província superara a metrópole:

Por causa destes estudos, a ocupação da Maria Antônia foi até certo ponto mais importante que a da Sorbonne, na França. O professor Ruy Fausto, de Filosofia, concorda:

- Os cursos-pilotos são apenas uma experiência, mas parece que darão certo. Dois pontos importantes já foram conseguidos, pelo menos: as melhores relações entre alunos e professores e melhor disposição dos estudantes para certas matérias difíceis. Eles têm mostrado energia que nós mesmos não supúnhamos que tivessem. Um texto, como o de Heidegger e Marcuse, que sempre foi difícil para os alunos, está sendo estudado amplamente e com boa vontade.¹¹⁹

Findas as férias, as aulas retomam a normalidade curricular, porém as comissões paritárias continuavam. Segundo Arantes, estas paritárias foram palco de “tiradas lapidares, discursos inflamados, renúncias revogáveis comovidas, disputas dialéticas sobre princípios de contratação”, uma vez que, para os *gauchistes*, competência e firmeza ideológica andavam de mãos dadas¹²⁰. A disputa teria seu clímax no concurso para o provimento da cátedra de Ciência Política.

Já no final do mês de agosto, ocorre o odiado concurso. A faculdade, bem como a própria produção intelectual, estavam assentadas sobre o regime de cátedra. O “catedrático” era senhor absoluto de sua “Cadeira” - ou seja, o professor com tal título era dono da disciplina. Poderia escolher seus assistentes entre alunos ou ex-alunos mais destacados.

¹¹⁷ ARANTES, Paulo. *Um Departamento Francês em Ultramar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. p.55

¹¹⁸ REALIDADE. N.º 29. Ano III. São Paulo: Abril Cultural, agosto de 1968. P. 60

¹¹⁹ REALIDADE. N.º 29. Ano III. São Paulo: Abril Cultural, agosto de 1968. P. 60

Estes poderiam realizar seminários, explicar textos, indicar bibliografia, realizar coleta de materiais, colóquios de leitura e análise de textos, dar aulas ou até mesmo se encarregar de parte do curso. Eram demitíveis pelo catedrático a qualquer momento. Tinham a obrigação de doutorar-se em 2 anos, mesmo não tendo carreira, estabilidade ou aposentadoria. Os únicos direitos que possuíam eram o de realizar exame de livre-docência e concorrer à cátedra. E esta só ficava vaga em caso de desistência, pedido de aposentadoria ou falecimento do catedrático.

Quanto à administração da faculdade, esta ficava a cargo da Congregação, composta apenas pelos catedráticos ¹²¹. Com o passar do tempo, abriu-se a participação de um representante dos livre-docentes e um dos ex-alunos da Faculdade, cujo primeiro mandato foi exercido pelo então professor assistente Fernando Henrique Cardoso.

O regime de cátedra era, portanto, a antítese da Universidade Crítica que os militantes envolvidos com a ocupação da Maria Antônia propunham. O professor Fernando Henrique Cardoso era candidato à cátedra de Ciência Política, contrariando assim a proposta de boicote dos alunos, “traíndo” o compromisso que assumiu ao presidir a Paritária de Ciências Sociais durante as barricadas. Usando como argumento de que o concurso era inevitável, e que portanto era melhor que o escolhido fosse ele, conseguiu convencer os estudantes que haviam invadido a sala para tentar impedir a realização do concurso. E assim foi o laureado com o título.

¹²⁰ ARANTES, Paulo. *Um Departamento Francês em Ultramar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. P.55

¹²¹ Ver depoimento de Antônio Cândido de Mello e Souza in: FREITAS, Sônia Maria de. *Reminiscências*. São Paulo: Maltese, 1993.

4.3. Paixão e morte de Maria Antônia

Se a Maria Antônia foi o espaço da utopia da Universidade Crítica, também foi o palco da tragédia que demonstrou os limites desta proposta com o avanço da repressão. Em outubro, semanas antes do Congresso da UNE, os estudantes realizavam na rua um pedágio para arrecadar fundos para a entidade.

Ali começou um conflito que se estenderia por dois dias consecutivos, onde a rivalidade alimentada durante anos entre os estudantes da Filosofia e os do Mackenzie foram levados ao extremo.

De acordo com o que declarava José Dirceu:

É preciso que todos saibam que, na semana passada, nós ganhamos as eleições do Mackenzie. Isso prova que os estudantes do Mackenzie estão conosco e contra o CCC - [Comando de Caça aos Comunistas]. Eles não podem lutar politicamente com a gente.¹²²

Apesar do esforço do líder em separar os grupos de extrema-direita existentes naquela universidade do conjunto de seus alunos, é fato recorrente afirmar a colaboração passiva, quando não franco incentivo da direção daquele estabelecimento de ensino nas investidas dos grupos extremistas contra a faculdade de Filosofia.

Em 1964, o Mackenzie College foi o primeiro centro universitário a saudar o golpe militar. Havia entre os estudantes grupos veiculados às diferentes organizações de extrema-direita, como o já citado CCC, o MAC (Movimento Anti-Comunista), a TFP (Tradição, Família e Propriedade), conhecidos como a “Canalha do Mackenzie”, por terem uma atividade conjunta, a despeito de suas divergências.

Meses antes do conflito, a revista *Realidade* entrevistava Lincoln de Carvalho, presidente do Centro Acadêmico de Engenharia do Mackenzie. Ele declarava que era contra o emprego da expressão “ditadura” para qualificar o governo. Igualmente, estava de acordo com a proibição das entidades estudantis de nível estadual e nacional, a menos que fossem as “executivas”, divididas por cursos profissionais. Ele ainda concordava com

¹²² MANCHETE, n.º 861. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 19/10/1968

a política educacional do governo, declarando-se a favor do pagamento de anuidades nas universidades públicas e também da participação dos técnicos norte-americanos no planejamento da reorganização universitária. Enfim, em relação à linha política da UNE, não apoiava nenhuma tendência por considerar todas elas de esquerda, ainda que em termos de pragmatismo político, o “mais correto” era José Dirceu. “Ele pode até ser considerado de direita, dentro desses esquerdismos todos”, declarava Lincoln¹²³.

Ainda que fosse verdade de que os radicais de extrema-direita não contavam com o apoio da maioria dos estudantes, pode-se afirmar que trabalhavam com bastante tranqüilidade. A sede da TFP ficava ali perto, na mesma rua Maria Antônia. Ou seja, na mesma rua da “Faculdade maldita”, onde “até os diretores são comunistas”. Este ódio acumulou-se ao longo dos quatro primeiros anos do regime militar, até que os “gorilas” anticomunistas decidiram: “Não há lugar para duas escolas na rua Maria Antônia”¹²⁴.

Aquilo que começara como um simples pedágio irritava os estudantes que chegavam com seus carros ao Mackenzie. Foi quando alguém atirou um ovo nos organizadores do pedágio. O que começou com um ovo acabou deflagrando tiros. O combate foi se acirrando e, inferiorizados estrategicamente pela posição mais baixa no terreno, os estudantes da Filosofia ocuparam o telhado de uma churrascaria ao lado da faculdade. Lá, o estudante Josué Guimarães foi atingido na cabeça e tombou morto.

José Dirceu procurou conferir significado àquela morte. Da janela de um prédio da rua Maria Antônia, tomando a camisa ensangüentada do colega, ele discursava: “Jorge, o rapaz morto, é um segundo Édson Luís. Vamos às ruas!”¹²⁵. É certo que ninguém sabia direito o nome do garoto morto, pois não se tratava de uma liderança. Porém, a semelhança com Édson Luís acaba aí. Apesar da tentativa de criação de um novo mártir, da mesma empunhadura de camisa ensangüentada, a situação era absolutamente diferente. Comparado ao semblante sereno do cadáver de Édson Luís, o de Josué Guimarães refletia um terrível desespero. Ao contrário do que ocorreu na Guanabara, os estudantes paulistas

¹²³ REALIDADE. São Paulo: Abril Cultural. Ano III n ° 28 p. 39

¹²⁴ Ver revista VEJA, Ano I N ° 5. São Paulo: Abril Cultural, 09/10/1968. Também O CRUZEIRO, n ° 42 19/10/1968 ano XL.

¹²⁵ VEJA, Ano I n ° 5, São Paulo: Abril, 09/10/1968

não conseguiram impedir que o corpo fosse levado para o Instituto Médico Legal, e tampouco puderam realizar um cortejo fúnebre, pois o DOPS impediu que o velório fosse realizado na faculdade.

A Filosofia também não comportaria um velório. Depois da morte, a agressão dos direitistas aumentou ainda mais. Além de estarem situados estrategicamente num terreno mais alto, protegidos por muros e árvores, os grupos de extrema-direita portavam armas de fogo. Gritavam provocadores: “Guerrilheiros fajutos!” procurando ridicularizar os “guevaristas” da faculdade de Filosofia, violentos no discurso, porém inexperientes numa situação real de guerra; os estudantes da USP por sua vez respondiam: “Fascistas! Nazistas! Gorilas!”, o que provavelmente não era recebido como ofensa do outro lado do fronte. E certamente houve outras palavras mais agressivas que a imprensa da época não podia registrar.

À noite volta a tranquilidade, quando são realizadas assembléias nas duas faculdades para “preparar a defesa”. O dia seguinte amanhece calmo, os estudantes estendem nas colunas gregas da entrada da faculdade de Filosofia duas faixas. Uma delas conclamando à união: “Filosofia e Mackenzie contra a Ditadura”. A outra concluía: “CCC, FAC, MAC = REPRESSÃO”. Estes grupos não aceitam a provocação, descendo à rua Maria Antônia para arrancar as faixas, recomeçando a batalha - desta vez muito pior.

Como arsenal, são utilizados rojões, bombas, armas de fogo, tijolos e barras de ferro. Um repórter contou mais de mil coquetéis molotov, uma média de 70 a cada 20 minutos. Um deles explodiu um fio de alta tensão nos postes, provocando estalos e faíscas esverdeadas pela rua. Um correspondente estrangeiro exclamava: “C’est un Quartier Latin! C’est un Quartier Latin”.

Diante dessa situação, que fizeram as autoridades públicas? As ambulâncias atendiam apenas os alunos do Mackenzie, da mesma forma que a polícia lhes dava proteção sem interferir no conflito. José Dirceu declarava: “Não é possível mais mantermos militarmente a Faculdade”. A única saída era denunciar politicamente à população paulista a morte de Josué Guimarães, abandonando a faculdade e deixando “a polícia e o exército de Sodré que fiquem defendendo a fina flor do fascismo”.

Muitos se recusaram a abandonar a querida faculdade. As únicas autoridades públicas que vieram defendê-la foram os bombeiros, arriscando sua vida ao procurar isolar os vários focos de incêndio criados pelos constantes coquetéis molotov que vinham do Mackenzie. Aqueles que seguiram José Dirceu provocaram a passeata estudantil mais violenta que São Paulo já teve notícia. No centro da cidade, os estudantes tomaram uma viatura policial e a queimaram, enquanto os policiais fugiam. As cenas de violência provocaram o desmaio de uma mulher, que foi levada para a catedral da Sé. Outra gritava que era “o fim do mundo!”. Ao todo, foram 4 veículos incendiados, 2 depredados, além do apedrejamento da agência do CityBank. Enquanto isso, no Cemitério da Consolação, o Comando de Caça aos Comunistas dava seu aviso: “Esquerdista, aqui será sua morada”.

De acordo com os depoimentos organizados no chamado “Livro Branco da Maria Antônia”, publicado vinte anos depois, o professor Antônio Cândido daria às 11:00 horas um parecer ao vice-governador sobre o que ocorreu no dia anterior, quando foi informado de que estava havendo um conflito ainda mais grave do que aquele. Chegando à Maria Antônia, soube que os professores Fernando Henrique e Octávio Ianni se dirigiram à Cidade Universitária, onde haveria uma reunião da Congregação. Pediram ainda que todos os professores permanecessem na Maria Antônia para eventuais providências e ação conjunta.

Chegando à faculdade, os membros da Congregação junto ao diretor Eurípedes Simões de Paula, resolve-se fazer uma vistoria do prédio e pedir proteção à Secretaria de Segurança Pública. Lá, o diretor solicitou a evacuação da rua, com a condição de que não houvesse a ocupação policial do prédio da Filosofia, pois os estudantes estavam lá numa posição defensiva.

Enquanto isso, os professores situados à Maria Antônia dirigem-se para a Faculdade de Ciências Econômicas e Administração da USP, situada na rua Vila Nova, ao lado. O acesso só era possível pelos fundos, para não cruzar a “linha de fogo” provocada pelos mackenzistas. Decidiram os professores ir para a Cidade Universitária, para redigir um protesto contra a conivência das autoridades na depredação do patrimônio - mais do que isso, de um lugar afetivo para os intelectuais, como traspassa no depoimento de Antônio Cândido:

Mas quando saímos, lembrei que seria mau deixarmos a nossa casa abandonada, exposta a um bombardeio que visava nitidamente incendiá-la, destruindo as bibliotecas, os arquivos, o museu. Entendi que deveríamos ficar na hospitaleira Faculdade de Ciências Econômicas, perto dela, para pelo menos presenciar o que acontecia.¹²⁶

A total desocupação do prédio só foi conseguida por volta das 19 horas. O bombardeio continua sobre o prédio vazio, o que significava que “o ataque não se dirigia apenas aos estudantes, mas também contra a instituição que nesse momento era simbolizada pelo edifício n.º 294 da Rua Maria Antônia”¹²⁷. A tropa de choque invadiu o prédio as 21 horas, permitindo que os estudantes que estavam na ofensiva dessem vivas ao Brasil e ao Comando de Caça aos Comunistas. A comemoração da destruição da faculdade da Maria Antônia foi regada a chope, com os cumprimentos da reitoria do Mackenzie aos rapazes e direito a cantar o hino nacional.

Diante desse espetáculo macabro, conclui o filósofo José Arthur Gianotti que, tendo perdido o monopólio da violência, o Estado criava oportunidade para grupos fascistóides revolucionarem sua estrutura. A destruição da Maria Antônia evoca imagens de violência fascista, vinda de grupos estudantis de extrema direita, acobertados pela proteção policial. O vandalismo contra um estabelecimento público de ensino foi acobertado pelas forças da ordem¹²⁸.

Para Zuenir Ventura, “foi a primeira vez que a direita impôs com sucesso o seu estilo a um movimento que parecia até então só ter esquerda”¹²⁹. Aqui, procuramos demonstrar que foi muito mais do que isso. Esgotavam-se ali todas as propostas do movimento “Universidade Crítica”. Inviabilizava-se a “militarização” do movimento diante

¹²⁶ Depoimento de Antônio Cândido em: OS ACONTECIMENTOS DA RUA MARIA ANTÔNIA. São Paulo: FFLCH/USP. 1988. P. 36

¹²⁷ Depoimento de Antônio Cândido em: OS ACONTECIMENTOS DA RUA MARIA ANTÔNIA. São Paulo: FFLCH/USP, 1988.

¹²⁸ Depoimento de José Arthur Gianotti em: OS ACONTECIMENTOS DA RUA MARIA ANTÔNIA. São Paulo: FFLCH/USP. 1988. p. 65

¹²⁹ VENTURA, Zuenir. 1968: *O Ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. P.223

de uma repressão cada vez mais violenta, à qual mesmo os estudantes das comissões de segurança não tinham condições de reagir.

Quanto àqueles que defendiam o avanço das manifestações de massa, ainda que pacíficas, o regime respondia com a proibição dos direitos mais básicos de expressão pública, como o de organização de um velório e um cortejo fúnebre para o garoto Josué Guimarães. Ficam as palavras do irmão da vítima: “Filmem e fotografem à vontade. Talvez isso sirva para alguma coisa, algum dia”¹³⁰.

¹³⁰ O CRUZEIRO, n.º 42, ano XL, 19/10/1968

Caminhando e cantando: um hino revolucionário

*“Caminhando e cantando e seguindo a canção
Somos todos soldados, armados ou não”*

Dêem flores aos rebeldes fracassados, que acreditam nas flores vencendo o canhão. O sangue puro dos inocentes é sagrado, e seu sacrifício redimirá toda a sociedade. Da morte nasce a flor - uma nova vida, de num novo dia. O dia que virá. Como escreveu um jovem estudante francês ao seu pai, justificando o seu alistamento como voluntário para o exército da Revolução Francesa: “Só podemos assegurar nossa liberdade se lhermos por leito uma pilha de cadáveres [...] Concordo em ser um desses cadáveres”¹³¹.

A alegoria nos remete, mais do que à uma idéia, a um sentimento face às imagens que nos transmite. As idéias visam explicar com razoável objetividade a relação entre o homem e o mundo que o cerca. São conceitos frios, que só ganham vida através dos sentimentos difundidos da música, da palavra poética, das imagens. Enquanto no símbolo a forma e conteúdo são indissociáveis, na alegoria eles só podem ser conectados através do conjunto de representações comuns. É nesse sentido que podemos falar de uma “cultura utópica”, a cultura de uma “comunidade utópica”. Uma comunidade que recusa integralmente a sociedade existente, desejando sua destruição e almejando a construção de relações totalmente diferentes.

As manifestações populares, bem como as canções de conteúdo político existem bem antes da Revolução Francesa. Remontam à Idade Média, nas chamadas cantigas de escárnio e de mal-dizer, entoadas pelos trovadores provençais. As manifestações populares como os chamados motins eram acompanhados por gritos entoados pelas multidões, conforme atestam Thompson e Rudé¹³².

¹³¹ SCHAMA, Simon. *Cidadãos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. P.485-487

¹³² THOMPSON, Eduard P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. RUDÉ, Georges. *A Multidão na História*. Rio de Janeiro: Campus, 1981.

5.1. A Marselhesa: paradigma do hino revolucionário

Mas não é desta canção a que se pretende a análise. Trata-se do hino revolucionário, a partir das intenções de uma determinada vanguarda política, procurando expandir sua esfera de influência junto aos movimentos de massas, com o intento de derrubar o poder e construir algo absolutamente diferente. Neste sentido, é a Marselhesa que inaugura o paradigma da canção revolucionária no Ocidente contemporâneo, à medida em que seu poder simbólico se torna um mobilizador de energias, pelas forças das imagens que evoca.

O paradigma de canção revolucionária é inaugurado com a Marselhesa, o hino da Revolução Francesa. A importância dos hinos enquanto manifestação coletiva de louvor já vinha das religiões, como manifestação de fé ou transcendência, sobretudo paz de espírito e comunhão. Já os comandantes de exércitos parecem jamais haver duvidado de sua importância para agir nos espíritos dos soldados, a criação de vínculos afetivos capazes de lhes darem maior firmeza no seu estado de ânimos.

Rouget de Lisle não poderia prever que estava criando o hino revolucionário mais famoso do mundo quando compôs o “Canto de guerra para o exército do Reno”. O autor era um oficial de Engenharia que já havia vendido algumas de suas canções em Paris; com essa experiência enquanto compositor, procurou elaborar dentro do exército uma canção capaz de incentivar os soldados, lembrando-lhes de sua condição de “filhos da Pátria”. E a noção nova que o autor invoca é a obrigação dos cidadãos em defendê-la quando ameaçada pelo perigo do despotismo.

Sob o ponto de vista militar, o “Canto de Guerra para o Exército do Reno” começou fracassando na primeira batalha contra o Exército fiel ao rei absolutista Luís XVI. Sua popularização só viria a se dar com o aparecimento dos heróis de Marselha, que venceram a batalha das Tulherias ainda naquele mesmo ano de 1792. Surge assim o nome de “Marselhesa”, que nunca mais será modificado.

No início do século, o Brasil assistia às suas primeiras manifestações operárias, onde eram cantadas as mesmas valsas e marchas que inspiraram o movimento operário

européu, devido composição majoritariamente imigrante do movimento operário. Eram comuns os festivais operários, saraus e conferências com a presença de bandas de música que executavam a “A Internacional”.

A prática anarquista contribuiu para a constituição de uma nova esfera pública não estatal, a partir da qual se difundiram os valores da nova sociedade que estava por vir. Sua prática cultural era mais ativa do que a dos comunistas, bem como a ênfase que davam na educação. Porém, passaram a competir inicialmente com o cinematógrafo e posteriormente com o rádio, instrumentos de difusão cultural muito mais poderosos.

8.2. A Canção de protesto no Brasil: Cantando o dia que virá

No entanto, para que no Brasil houvesse uma produção própria de canções revolucionárias de esquerda, ou com fundo “conscientizador”, seria necessário esperar até os anos 60, quando o movimento estudantil não era apenas um público, como também produtor cultural através dos Centros Populares de Cultura (CPC’s) da União Nacional dos Estudantes (UNE). Coube aos CPC’s elaborarem uma política cultural de conscientização das massas excluídas, fosse no campo ou na cidade, através de uma produção teatral, cinematográfica e, vinculada a estas duas, uma produção poética e musical. A base desta última não era outra que não a crítica da bossa nova, tanto do seu aspecto formal quanto de seu conteúdo.

No plano formal, a incorporação excessiva do jazz era combatida com o retorno das raízes populares da música brasileira, fosse o samba do morro ou a moda de viola. Quanto ao conteúdo, procuravam distanciar-se da linha intimista da bossa nova, cujos temas eram em geral o amor, a flor, o barco e outras amenidades, vistas pelo movimento como alienadas dos problemas políticos e sociais do país. Um movimento que conseguiu atrair e artistas egressos da bossa nova, cujo exemplo mais radical talvez seja o de Carlos Lyra. Este compôs com Vinícius de Moraes o hino da UNE, que não teve popularidade suficiente para ser cantado em manifestações estudantis por ser talvez demasiado lírico. Porém, houve a canção “O Subdesenvolvido”, composta pelo mesmo Carlinhos Lyra com Francisco de Assis, cuja melodia ironicamente teimava em utilizar a expressão tida pelos

militares como subversiva para definir os países cuja orientação internacional era designá-los como “em vias de desenvolvimento”.

Na verdade, as canções produzidas pelos CPCs da UNE não conseguiram atingir seu principal objetivo: serem cantadas pelas massas exploradas. Seu circuito ficava restrito à massa crítica formada pelos intelectuais pequeno-burgueses. Com a ditadura militar implantada em 1964, os CPCs foram fechados, e alguns destes artistas e intelectuais partiram para um trabalho dentro do mercado, através de espetáculos teatrais, ensaios literários em revistas.

Assim, frustrados na sua precária tentativa de constituição de uma esfera pública não-oficial através dos CPCs, os estudantes passam a ocupar papel de destaque através de canções engajadas e conscientizadoras dentro dos grandes festivais de música da Televisão. Por seu lado, sendo a televisão um espaço que pretendia afirmar sua hegemonia cultural e fundamentar um mercado no Brasil, abrindo-se para uma demanda para novos artistas, e devido à sua influência, obrigou rádios e gravadoras a seguirem seu compasso. A televisão, ainda sendo artigo de classe média, tinha entretendo um raio de difusão mais amplo, porque não raro incluía a presença de vizinhos, amigos da comunidade, além da própria empregada doméstica, por exemplo.

Assim, o palco dos protestos passou a ser cada vez mais o recinto fechado dos teatros, a indústria fonográfica e o rádio, ao lado destes a televisão, que se afirmava como novo meio de difusão, ganhando popularidade e índices de audiência com festivais e programas musicais, não só competindo como também influenciando a própria produção musical, a linha comercial das rádios e gravadoras. Foi a partir deste momento que surgiram duas novas linhas distintas em disputa pelo mercado jovem: a Jovem Guarda e aquela que era chamada então de Moderna Música Popular Brasileira (MMPB).

A Jovem Guarda surgiu como um programa de televisão liderado pelo cantor Roberto Carlos, que começara cantando bossa nova, porém percebera a potencialidade de um novo ritmo que surgiu no final dos anos 50 nos Estados Unidos e que começava a dominar o mercado consumidor jovem: o rock, então chamado de iê-iê-iê, a partir do filme dos Beatles *A Hard Days Night*, traduzido no Brasil como “Os Reis do Iê-iê-iê”. O programa “Jovem Guarda” era apresentado todos os domingos pela TV Record, com o

“rei” e sua turma, diante de um auditório. Algumas canções eram de autoria própria, embora a maioria fosse versões de *rocks* já conhecidos em inglês. A temática das canções tinha alguns traços inovadores em relação à bossa nova, porque abordava preocupações da juventude urbana principalmente de São Paulo, como carros, garotas de comportamento avançado e novas modas escandalosas ao olhar conservador provinciano.

É difícil definir a faixa de mercado da Jovem Guarda, mas na época dizia-se que este criava raízes no colegial, não chegando à universidade, onde o padrão de comportamento “consciente” ou “engajado” tornava o público mais exigente em relação à qualidade dos arranjos e à profundidade do conteúdo das canções¹³³. Ainda que para José Dirceu parecesse ser um certo *aristocratismo*, pois ele constatava que, pelo menos em São Paulo, as músicas românticas eram muito bem aceitas, sem falar nos cabelos compridos e na moda que ele mesmo naquela época fazia questão de cultivar, o que faz parecer injusta a suspeita de Vladimir Palmeira de que José Dirceu teria vaiado Caetano Veloso¹³⁴. Mas embora isto fosse um estereótipo, não há como negar a influência que determinadas imagens possuem na definição dos comportamentos.

Pelo menos, esta era a idéia que pretendiam vender aqueles que exploravam o mercado daquilo que posteriormente se convencionaria chamar de MPB (Música Popular Brasileira), mas que então levava o prefixo de “Moderna” para diferenciá-la enquanto movimento de música “jovem” (renovadora, em determinado sentido), porém reconhecendo-se principalmente na trajetória da canção brasileira, desde a “velha guarda” recusada pela “jovem guarda” até mesmo pelo nome, passando pela bossa nova e pela Canção dos CPC’s, de acordo com a revista *Realidade*,¹³⁵ observando historicamente a

¹³³ REALIDADE. São Paulo: Abril Cultural Ano I n ° 2 maio de 1966. Declaração de um professor universitário sobre Roberto Carlos: “- Bem, se querem chamar isso de arte... Para mim, não é música, não tem valor nenhum, é mesmo para garotinhos. Mas tenho certeza de que aqui - faz um gesto largo mostrando a faculdade - ninguém liga”. P. 74

¹³⁴ Vladimir Palmeira em entrevista à revista TEORIA E DEBATE. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, n ° 20 Fev/Mar/Abr 1993 p.13. A polêmica é retomada em 1968: *A Paixão de uma utopia*, onde Vladimir Palmeira declara que a juventude no Rio era mais simpática ao Tropicalismo, enquanto José Dirceu afirmava a simpatia da juventude paulista pela Jovem Guarda, contra o preconceito elitista dos adeptos da Bossa Nova, que a encaravam como popularesca. Ver as duas entrevista em REIS F °, D. A. & MORAES, P. 1968: *A Paixão de uma Utopia*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. 2ª Edição revisada e ampliada.

¹³⁵ REALIDADE. São Paulo: Abril Cultural ano I n ° 8 novembro de 1967, p. 117.

“linha evolutiva”, expressão celebrizada esta por Caetano Veloso em artigo na revista *Civilização Brasileira* em polêmica com o tradicional historiador da música popular, José Ramos Tinhorão.

A diferença é que a Moderna MPB poderia ser considerada como um movimento de jovens compositores, todos eles universitários, que já se diferenciavam da produção do CPC por não abordarem apenas os problemas sociais como também as próprias experiências individuais, porém com maior profundidade de reflexão. Estes artistas, egressos de festivais, não raro eram convidados pelas emissoras de TV para apresentarem programas, dentre os quais o de maior êxito no que se refere à audiência foi *O Fino da Bossa*, apresentado pelos cantores Jair Rodrigues e Elis Regina, ambos revelados pelos festivais de música.

Dentro deste mesmo movimento, talvez mais por necessidade de integração de mercado do que por afinidades musicais, estavam Paulinho da Viola, Toquinho, Nara Leão, entre outros. Porém analisaremos aqui aqueles cuja carreira foi mais profundamente marcada pelas disputas políticas e estéticas que se desencadearam no decorrer daqueles anos, envolvendo o público estudantil presente na platéia. O acirramento dessa disputa se deu no I Festival Internacional da Canção da TV Globo em 1968, e teve como personagens centrais Chico Buarque, Caetano Veloso e Geraldo Vandré.

Tomando-se a biografia dos principais compositores revelados pelos festivais de televisão dos anos 60 e 70, revela-se com notável singularidade seu caráter universitário. Chico Buarque era estudante de Arquitetura, Caetano Veloso chegou a cursar Filosofia, e Geraldo Vandré formou-se em Direito. Mas as semelhanças param por aí. Chico Buarque era filho do renomado historiador Sérgio Buarque de Hollanda, um rapaz crescido no mundo da cultura erudita, dos livros e também da música popular, tendo desde cedo acompanhado as visitas que o poeta Vinícius de Moraes fazia a seu pai. Um moço prodigioso criado entre os grandes nomes da cultura brasileira, que cedo brilhou em meio aos elogios de Carlos Drummond de Andrade, ou fazendo parcerias com Tom Jobim e João Cabral de Mello Neto. Já Caetano Veloso era um baiano, filho de um funcionário de correios e telégrafos em Santo Amaro da Purificação, que acompanhou sua irmã Maria Betânia a Salvador e depois ao Rio de Janeiro, onde a moça começava a despertar atenção

por seu carisma como intérprete. Geraldo Vandré, por sua vez, era paraibano, filho de um médico comunista, e desde cedo pensava em ser cantor de rádio, mas que teve de terminar a faculdade por pressões maternas, porém levava à parte uma carreira musical iniciada nos padrões da bossa nova e posteriormente dos CPC's.

É interessante perceber que todos os três foram objeto privilegiado do trabalho de Valnice Galvão, num ensaio publicado em 1968 pela revista "aParte", do grupo da Universidade de São Paulo¹³⁶. Numa brilhante análise, a autora constata a recorrência de "seres imaginários" presentes nas canções de diversos autores da moderna MPB. Entre estes, o ente reificado de maior poder era justamente "O DIA que virá". Não podendo fazer nada a não ser cantar, a crítica social da MPB se esvaziava de propostas, apostando na fé de um novo dia onde haveria a revanche ao golpe militar de 1964.

No entanto, a elaboração desta mitologia d'O DIA ganham tratamento diferenciado nos três autores. É sobretudo Geraldo Vandré que apresentará esta metáfora de forma mais bem acabada, preocupado com o resgate folclórico dos ritmos nordestinos, procurando dar às suas canções um caráter coletivo, utilizando-se frequentemente de acompanhamentos corais, como em seu disco "Canto Geral". Já Caetano Veloso procurava ressaltar o aspecto individual de suas canções, onde o "eu" se sobrepõe ao coletivo, muito embora este mesmo "eu" possa representar a vontade de milhões. Porém é no caso de Chico Buarque que a autora percebia um caráter de "metacanção", onde o cancionista reflete sobre o seu próprio ofício, sobre o caráter fluido e temporal da canção. A música era a própria temática das canções, seu poder em criar novos estados de ânimo.

Em Vandré, a canção tinha o poder profético de anunciação do novo dia. Para Caetano, o dia da volta à sua terra, a saudade. Para Chico, tratava-se de criar num mundo estranho não um dia, mas um momento de felicidade através da canção consoladora. Essa leitura da autora percebia que Caetano Veloso operara em 1967 com a canção "Alegria, Alegria" uma "ruptura metropolitana", assumindo os valores e a beleza do mundo da tecnologia. Essa foi uma ruptura mesma com a própria moderna MPB, inaugurando o movimento tropicalista, que procurava incorporar à música brasileira os elementos da

¹³⁶ Ensaio publicado posteriormente na coletânea GALVÃO, Valnice. *Saco de Gatos*. São Paulo: Duas

música eletro-eletrônica, em detrimento daqueles que queriam salvar o samba, o baião ou o cateretê em sua forma “pura”. Ainda que sem fazer uma análise do Tropicalismo, a autora percebe é que a canção “Alegria, Alegria” foi a única a reconhecer num de seus versos o caráter passivo da moderna MPB: “uma canção me consola...”

5.3. A provocação estética de “É Proibido Proibir!”

Foi assim que no de 1968, depois que o movimento estudantil já havia feito suas maiores proezas, que surgiu seu “hino revolucionário”. Até então, a música que embalava as passeatas era o grito das palavras de ordem e, nas situações de perigo, o hino nacional. Sabe-se também que durante o enterro do estudante Édson Luís de Lima Souto, ainda em março daquele ano, foi assobiada a *Marseillaise*, o hino da revolução francesa. Além desses, sabe-se que na rua Maria Antônia, várias vezes houve na faculdade de Filosofia um alto-falante que tocava a internacional socialista, porém, ao contrário do que acontecia em Paris, não costumava a ser entoado pela massa que participava das grandes manifestações. A razão talvez seja o própria ruptura sofrida na trajetória da esquerda brasileira, o anacronismo das imagens evocadas na antiga versão do hino, feita pelo anarquista português Neno Vasco, ou ainda quem sabe uma omissão tática prevista pelas lideranças. Ou talvez todas estas razões juntas.

A relação entre o movimento estudantil e os artistas naquele ano de 1968 foi por vezes tensa. E seu maior momento de tensão se deu sobretudo nos festivais de música daquele ano, que transformaram-se em verdadeiro palco de disputa política. O que era puro entretenimento passava a ser encarado como esfera pública, sendo esse conceito levado à radicalização, questionando a própria autoridade das comissões julgadoras em definir padrões de qualidade. À medida em que se dava um progressivo fechamento do sistema político, eventos culturais como festivais de televisão foram transformados em tribuna política, que graças ao seu poder de difusão às massas, tornaram-se palco de disputa. Como afirma o professor José Luiz Werneck da Silva:

A juventude, que se via tolhida de diversas maneiras a participar pelos condutos normais, através de seus DCE's, dos seus centros acadêmicos, das próprias uniões metropolitanas, ou da União Nacional dos Estudantes, esse movimento estudantil caminhava na direção desses eventos culturais, e os festivais de música passavam a ser uma arma política extraordinária.¹³⁷

O protesto era, afinal, o grande *hit* no momento. O movimento estudantil foi o principal tema do ano de 1968. Provavelmente a música que ganharia o festival deveria ter correlação com o assunto. Todas elas teriam, portanto, que abordar o tema de alguma maneira. Deveriam, como aponta Nelson Rodrigues, criar frases que correspondessem ao gesto político demonstrado nas ruas. E foi o que aconteceu¹³⁸.

A escolha foi praticamente unânime, apesar de todas as divergências internas por que passavam as lideranças. A canção de Vandré, mais do que uma op o, praticamente tornara-se um fen meno religioso. Ao que tudo indica, o público estudantil era maioria nesses festivais, os militantes teriam organizado uma verdadeira "claque", um "batalhão de choque" para colocar a can o de Vandré na final do festival, para todo o Brasil.

Tal qual no teatro de Brecht, difundido pelos grupos de teatro universitário, também aqui o público teria de fazer uma op o: engajar-se. E em tempos de ditadura, a radicaliza o dos ânimos levou ao público a compreensão de que tratava-se de um "tribunal popular". O próprio júri foi desautorizado pela platéia várias vezes. A imprensa questionava até que ponto o público tinha o direito de vaiar artistas de qualidade tida como inquestionável por seus críticos.

Este comportamento, qualificado posteriormente como "patrulhamento ideológico", foi muitas vezes visto como intolerante, uma espécie de "fascismo de esquerda" para usar o termo de Habermas, um fen meno político patológico e equivocado cuja versão extrema foi a Revolu o Cultural Chinesa, que culminou com a destrui o de registros de tudo aquilo que era qualificado pela jovem "Guarda Vermelha" como "cultura burguesa".

¹³⁷ Entrevista para o documentário TROPICÁLIA - Música na sociedade de massas. Rio de Janeiro - "Projeto Memória".

¹³⁸ RODRIGUES, Nelson. *A Cabra vadia: novas confissões*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. P.249

O que se pretende aqui não é justificar o comportamento estudantil durante aquele festival, e sim buscar seu sentido à luz dos acontecimentos de sua própria época - e não rotulá-lo como até hoje foi feito. Quais teriam sido as razões deste engajamento tão devoto? Mais do que uma explicação, a canção revolucionária, tal como a canção militar, deve sensibilizar, provocar emoção, dar um significado aos sentimentos que ela emana - um sentimento de solidariedade. Por que o movimento estudantil no Brasil legou um hino revolucionário? Porque a mensagem de Vandré foi a mais eficaz, a mais rica de sentido, a mais pungente nos seus cora es, ao que parece.

Gilberto Gil e Caetano Veloso apresentaram-se no Teatro da Universidade Católica em São Paulo. Gilberto Gil foi desclassificado e vaiado. Caetano entrou desta vez preparado para a briga com a platéia. Sabia que os que queriam a classifica o de Vandré usariam tomates e ovos para conquistá-la. Ao desclassificar Gil, o júri estaria agindo sob pressão.

A can o de Caetano foi inscrita sem muita convic o, como ele conta. Seu empresário Guilherme Araújo dera a ele um jornal sobre os acontecimentos de maio de 68 em Paris, e ele tentou fazer uma can o a partir da frase pichada nos muros parisienses, e que ele achou muito bonita: "  Proibido Proibir!". Apesar do próprio Caetano não se empolgar muito com a can o, acabou se inscrevendo com ela no Festival Internacional da Can o da Globo, mais uma vez devido às pressões de seu empres rio¹³⁹. De fato, ainda que seja feita em compasso $\frac{3}{4}$, ela se parece mesmo assim com uma alegre marchinha de carnaval baiano, bastante distante do sentido raivoso que os *enrag s* parisienses a empregavam. Estes montavam suas barricadas ao som do *riff* violento da guitarra de Keith Richards em *Jumping Jack Flash*, dos *Rolling Stones*.

Para compensar a ingenuidade da melodia, Caetano Veloso resolveu radicalizar sua *performance*, acompanhado de acordes dissonantes elétricos dos Mutantes, utilizando roupas de plástico, e colocando um ator americano careca gritando início da música, valendo-se de um poema modernista de Fernando Pessoa. O público não gostou. No dia 28 de setembro de 1968, no Teatro da Universidade Católica (TUCA) de São Paulo,

¹³⁹ VELOSO, Caetano.   Proibido Proibir. In: *Verdade Tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Caetano explode num já clássico discurso inflamado, que se tornou mais famoso do que a canção, perguntando: “Então é essa a juventude que quer tomar o poder?”; ao que ele mesmo respondia: “Se vocês forem em política como são estética, estamos feitos!”.

Estava lançado mais uma vez o debate entre as “vanguardas estéticas” e as “vanguardas políticas”. Havia estudantes querendo policiar a Música Popular Brasileira, impedindo o uso de guitarras elétricas, símbolos do imperialismo norte-americano. Caetano constata que, no ano anterior, com “Alegria, alegria”, as coisas se passaram de forma diferente. Um ano depois, ele acusava o público de aplaudir um tipo de música que não teriam coragem de aplaudir no ano anterior - o ano de sua cosagração junto com Gilberto Gil.

Gilberto Gil não teria sido compreendido pelo júri. Caetano não o foi pelo público. Assim, o discurso de Caetano encaixa-se no do “gênio incompreendido”, um visionário que não cabia na sua própria época. Caetano Veloso voltava-se também contra o júri, chamando-o de “simpático mas incompetente”, por ter desclassificado Gilberto Gil, que subiu no palco em solidariedade ao amigo. Declarava ainda que não desconheciam o que fosse um festival. No entanto, a desclassificação de Gilberto Gil já havia aumentado a animosidade de Caetano, que disposto a radicalizar sua postura, o fez no sentido de provocar a fúria do público e do júri, rompendo com todas as normas de um festival. Antes dele, naquele mesmo dia, foi vaiado um compositor de insuspeito compromisso com a crítica à ditadura, Sérgio Ricardo. Após ter sido premiado no Festival da Canção de Protesto da Bulgária em agosto de 68 com a canção “Che Guevara não morreu”, Sérgio Ricardo voltava ao Brasil e recebia as vaias do público estudantil¹⁴⁰. O que fez com que ele quebrasse seu violão e o atirasse na platéia como prêmio.

Nem Caetano, nem Gil, nem Vandr e e nem ninguém entenderia mais que, desde que a corporação militar sentiu sua honra manchada pela canção de Vandr e, aquilo não era mais um festival, e sim uma grave ofensa ao regime. E quanto a isso, os estudantes estavam de acordo. Através do seu discurso, Caetano Veloso tornava-se um mártir da luta contra o “patrulhamento ideológico” - expressão que entraria na moda somente dez anos

¹⁴⁰ Informação da revista *Veja*, Ano I. N   5 São Paulo: Abril Cultural, 09/10/86 p.54

depois, e que marcou profundamente o resgate da memória do período. No entanto, tanto a canção de Gil quanto a de Caetano procuravam tematizar o comportamento estudantil, ainda que não dos estudantes brasileiros, e não foram aceitas pelo público. Geralmente, a canção de Caetano é apontada como um exemplo alegórico da distância que separava as ambições dos estudantes brasileiros e dos franceses. Porém, todos os documentos da UNE e outras entidades hipotecavam solidariedade aos estudantes franceses. As razões da desrazão da massa estudantil devem ser procuradas em outras particularidades.

De acordo com o cronista Sérgio Bittencourt, 3.000 pessoas receberam a apresentação em pé e viradas de costas para o palco. Era a sua forma de demonstrar sua rejeição à classificação da canção de Caetano, qualificada pelo cronista como palhaçada, deboche, discurso mal redigido e mal encenado, enfim, um golpe publicitário do “*hippie* de Santo Amaro da Purificação”¹⁴¹.

Discordando de que tais acusações justificassem o comportamento da platéia estudantil estavam os cronistas José Carlos de Oliveira e Nelson Rodrigues. Caetano era um artista que veio exhibir sua canção num festival, e deveria ser respeitado. O comportamento do público foi um ato de selvageria injustificável como resposta à provocação do artista.

O próprio Nelson Rodrigues, tido enquanto “reacionário”, via na canção “É Proibido Proibir” de Caetano Veloso “a flor que o nosso Vandrê quer expulsar do seu horrendo paraíso socialista”, comparando a postura da juventude universitária presente à guarda vermelha, que queimaria os poetas em praça pública. Comparado ao escritor francês Émile Zola, Caetano também teria sido “um momento da consciência humana”¹⁴².

Caetano na verdade aproveitou-se da vibração negativa da juventude universitária de São Paulo para fazer seu *happening*, como confessaria na sua posterior temporada na Boate Sucata. Para ele, os festivais de música já haviam se transformado num programa de TV como outro qualquer. De qualquer forma, o cronista Carlinhos de Oliveira apontava que, sendo o público dos festivais o mercado consumidor de discos, este deveria poder

¹⁴¹ Citado por OLIVEIRA, J. C. Op. Cit. P. 203. Caetano teria chamado os estudantes de fascistas.

¹⁴² RODRIGUES, Nelson. *A Cabra vadia: novas confissões*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. P. 249.

participar de alguma forma expondo suas preferências. Esta seria uma forma de evitar democraticamente a radicalização de seu comportamento durante as apresentações¹⁴³.

É interessante o debate que se estabeleceu a partir daí sobre o direito à vaia, e começava a circular o trocadilho “Festivaia”, devido ao fenômeno cada vez mais crescente de recusa do público. A revista VEJA publicaria mais tarde os resultados de um estudo francês publicado em livro: “L’applaudissement: une conduite sociale”, e declarava a resenha:

A vaia é uma manifestação social de desaprovação. É um comportamento de grupo, não de pessoas: não são indivíduos que aplaudem ou vaiam, mas sim o público. É uma manifestação convencionada por essa sociedade. Para existir a vaia é preciso que exista a pessoa a quem ela se endereça. Não vaiamos um disco, mas um cantor. A vaia tem um aspecto contagiante, leva as pessoas a participarem do ato. (...) Gesto simbólico, a vaia é uma linguagem, comunica algo.¹⁴⁴

O público de fato rejeitava a postura de Caetano Veloso, seu visual andrógino, sendo chamado de “bicha” em coro por uma parte da platéia. O público rejeitava a estética tropicalista por não tê-la compreendido, talvez. Ou mesmo rejeitava a postura anárquico-individualista de Caetano. Mais uma vez, o “eu” se sobrepunha ao “nós”: “Eu digo sim, eu digo não ao não, eu digo ‘É proibido proibir”.

O elemento do absurdo, o caos atonal, as roupas extravagantes e a atitude provocadora de Caetano ganhou a resposta da platéia. Roberto Schwartz já havia constatado no tropicalismo o elemento do absurdo como alma dos contrastes brasileiros:

A imagem tropicalista encerra o passado na forma de males ativos ou ressuscitáveis, e sugere que são nosso destino, razão pela qual não cansamos de olhá-la¹⁴⁵

Ao colocar o absurdo dos contrastes da realidade brasileira como elemento irradiador da criatividade nacional, o tropicalismo aparecia como um movimento

¹⁴³ OLIVEIRA, José Carlos. *Diário da patetocracia*. Rio de Janeiro: Graphia, 1995. p. 212

¹⁴⁴ VEJA, Ano I, N ° 5. São Paulo: Abril Cultural, 09/10/68

¹⁴⁵ SCHWARZ, Roberto. “Cultura e Política: 1964-1969” in: *O Pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

conformista. Sua radicalidade pouco tinha a ver com a eliminação destas contradições próprias dos países subdesenvolvidos, sua postura irônica não condizia com a indignação reinante nas passeatas daquele ano. O público estudantil teria compreendido a imagem tropicalista a seu modo: ela aparecia para como uma espécie de humor cínico diante da realidade catastrófica do subdesenvolvimento, que só deveria ser objeto de indignação.

Surgindo em 1967 sob aplausos do público e da crítica, o tropicalismo naufragava em meio às ruidosas vaias dos estudantes paulistas e às ofensas ao júri. A temporada na boate “Sucata”, a prisão e o exílio foi um epílogo. A alegoria tropicalista tentava convencer a “moçada” a não perder a alegria e o bom humor, através de piadas sofisticadas e inteligentes.

Mas o fechamento do regime estava se acelerando naquele final de 1968. Após o AI-5, o país já não teria mais graça nenhuma. A radicalização estética da vanguarda tropicalista e sua complexidade poética cerceava-lhe cada vez mais o público. Seu discurso ficara cada vez mais fechado e restrito, esgotando-se assim as condições que propiciaram seu surgimento. No exílio, o próprio Caetano Veloso cantaria apenas sua tristeza - a “Triste Bahia”, sobre o poema de Gregório de Matos.

Assim como na Semana da Arte Moderna em 1922, o público paulista vaiava mais uma vez o modernismo, pelo seu hermetismo, o que acabou resultando na radicalização de sua postura, provocando alheamento cada vez maior relação à realidade que se tornava ainda mais hostil. A vanguardismo estético e político aparecem, afinal, como duas faces de uma mesma alienação social, ocorrendo apenas em campos às vezes não muito distintos, mas que revelam sintomas de um mesmo tipo de fuga, de alienação em relação à realidade e, conseqüentemente, perda do sentido, elo fundamental do processo comunicativo. O único sentido passava a ser a agressão, a violência física ou simbólica, pura e simplesmente.

5.4. As flores de Vandré

A can o de Geraldo Vandré tinha um título comprido: “Pra não dizer que não falei das flores” - que pode ser entendido como uma crítica   temática alienada da bossa-nova dos anos 50, que usava e abusava dos barquinhos e flores nas letras de suas can oes. Se   para falar de flores, falemos de seu significado político. A flor   metáfora da morte, e naquele ano de 1968, houve morte de estudantes em confrontos com policiais praticamente no mundo inteiro.

A compara o com a Marselhesa foi praticamente imediata - a Marselhesa do movimento estudantil. Quando um amigo do cronista falava que não topara a “Marselhesa”, Nelson Rodrigues custou a entender que se tratava da música de Vandré. Porém, para Nelson, a can o era uma anti-Marselhesa, quase uma *berceuse*, um sedativo, que provocava mais um sentimento de consola o do que de ímpeto mobilizador. Haveria assim, uma incompatibilidade abismal entre letra e música na sua can o. Vandré não passaria de um “revolucionário de Festival”, um Che Guevara que trocou o fuzil pelo violão, um herói sem risco de matar ou morrer¹⁴⁶.

O título, sendo muito comprido, fez com que os estudantes batizassem a can o simplesmente como “Caminhando”. Ela serviria para todas as manifesta oes estudantis de rua daí em diante, os próprios militares o diziam. O impacto de sua poesia anti-militarista ecoou nas casernas, tocou a honra da corpora o. Nas palavras do general Luiz França de Oliveira, Secretário de Segurança da Guanabara, a can o era “atentatória   soberania do país, um achincalhe às Forças Armadas e não deveria nem mesmo ser inscrita”¹⁴⁷.

A can o de Vandré era uma provoca o política clara aos militares, que foram ridicularizados quando retratados na can o. Tanto Vandré quanto Caetano inscreveram can oes que eram verdadeiras provoca oes. Vandré provocava os militares, e Caetano, com sua performance, provocou a todos - inclusive ao júri e ao público.

¹⁴⁶ Revolucionário de Festival in: RODRIGUES, Nelson. *A Cabra vadia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. P. 254

¹⁴⁷ VENTURA, Zuenir. *Op. Cit.* P. 207

Como dizia Carlinhos de Oliveira, “o encanto de uma competição é justamente as emoções que ela suscita”¹⁴⁸. Vencer o festival seria uma questão de honra, um enfrentamento com a ditadura militar. É do sentimento de que a ditadura poderia interferir no julgamento que o movimento estudantil adotava uma postura revanchista. Um festival de música da televisão transformara-se assim em tribuna política. A tentativa era a de expandir uma esfera pública não-oficial num regime que caminhava para seu definitivo fechamento.

Uma batalha contra a censura, que fatalmente deviria vir sob a intervenção dos militares no resultado do festival, talvez até mesmo prendendo Vandr e no palco. Pelo menos, j a havia o precedente de Jim Morrison, do grupo *The Doors*, que em 1968 foi o primeiro m usico a ser detido em pleno *show*, nos Estados Unidos.

A grande final ssima do festival ocorreu em outubro de 1968, pr oxima ao primeiro aniversário da herói guerrilheiro de Che Guevara. Aproximava-se dentro de semanas a realiza o do XXX   Congresso da União Nacional dos Estudantes, que seria o seu fim, com a prisão de todos os participantes. Havia entre as finalistas a can o de Dorival Caymmi “Andança”. Os Mutantes ainda conseguiram classificar “Caminhante Noturno” e tiveram bastante êxito no Rio de Janeiro.   parte, há que frisar a participa o de um certo César Roldão Vieira, que com a can o “América, América” (talvez uma paródia do título “Alegria, Alegria”, consagrado um ano antes) dava um espetáculo guevarista ao estilo da Broadway.

Este último serviu de referência entre Geraldo Vandr e e Caetano Veloso por parte do maestro Júlio Medaglia, que trabalhou com os tropicalistas. Segundo ele, Caetano era o gênio criativo, que apontava para novas formas musicais. Vandr e era o compositor que empregava perfei o no trabalho da forma. Finalmente Roldão não seria mais que um “pilantra” que procurava se aproveitar da moda de protesto com uma estética de boutique.

A apresenta o da final do festival desenvolveu-se sob clima de festa. O Maracanãzinho lotava com cerca de 30.000 pessoas, divididas em torcidas organizadas que carregavam faixas como “Che Guevara   América, América”, “O Povo está com

¹⁴⁸ OLIVEIRA, José Carlos. *Diário da patetocracia*. Rio de Janeiro: Graphia, 1995. P.216

Vandré”. Havia ainda uma grande simpatia do público carioca pelos Mutantes e pela cantora Beth Carvalho que defendia “Andança” de Dorival Caymmi.

O júri se manifestou sob pressão. Os temores dos estudantes em relação à desclassificação da canção por motivos políticos não eram infundados. De fato, os militares chegaram a pressionar a TV Globo, de acordo com seu ex-diretor Walter Clark¹⁴⁹. Um gravador instalado na sala do júri pelo repórter da Folha da Tarde posteriormente comprovaria que foi uma decisão do júri não conceder o primeiro lugar a uma música que fizesse apologia da “guerrilha”. As flores de Vandré ficariam em segundo lugar, tendo Chico Buarque e Tom Jobim, interpretados pelas moças do Quarteto em Cy, recebido o primeiro prêmio - e representariam o Brasil na disputa da fase internacional do festival.

O público explodiu em vaias, gritando “É marmelada!”. Não tinha o privilégio de ver a imagem de vídeo, como Nelson Rodrigues. Nela, segundo ele, parecia nítido o rancor que refletia a “bela cara, jovem e crispada de Vandré”, expressão que ele faria questão de repetir incansavelmente. Na verdade, durante todo o mês de outubro o colunista retomaria o assunto da notoriedade de Vandré, procurando não apenas a canção como o cantor e compositor, chamando-o de “revolucionário de festival”. Para Nelson Rodrigues, o arrogante Vandré, “injustiçado”, não teria se conformado com um “reles segundo lugar”. Ao subir no palco para executar pela segunda vez a canção, resolveu fazer uma declaração - o que Nelson Rodrigues condenava como sendo um “comício”. Ou seja, Vandré profanava o palco como espaço sagrado, dessacralizava a sua arte ao transformar o festival numa tribuna política. E pior, elogiando (falsamente, na opinião de Nelson Rodrigues) a Tom Jobim e Chico Buarque, como profissionais da canção dignos de respeito¹⁵⁰.

A multidão revoltada somente recobrou sua tranquilidade com a promessa de que, lá fora, haveria a revanche nas ruas. Ao menos, esse parece ser o sentido da última frase

¹⁴⁹ Entrevista de Walter Clark ao documentário TROPICÁLIA - Música na sociedade de massas. Rio de Janeiro - “Projeto Memória”.

¹⁵⁰ RODRIGUES, Nelson. *A Cobra vadia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Ver principalmente “A Ira de Vandré”, “Revolucionário de Festival” e “O Massacre da Sabiá”.

de Vandré: “A vida não se resume em festivais”. Subentende-se aqui que haveria lutas mais importantes, que continuariam. Ao mesmo tempo, deslegitimava o reconhecimento do júri, senão do próprio festival, ciente do reconhecimento público que já obtivera da platéia.

A reapresentação de Geraldo Vandré no palco do Maracanãzinho foi um momento quase cívico. Infelizmente, não existem mais os *tapes* da TV. Restam apenas fotos e gravações de áudio, mas através dela podemos medir a reação da platéia ao longo da canção, marcando um crescendo, decrescendo e ressurgido ao fim. Para o maestro Gaya, a canção era “uma guarânia, ótima para representar o Paraguai”¹⁵¹. Para o próprio Vandré era mais uma “mistura de rasqueado de beira de praia com canção latino-americana”¹⁵². De fato, a gravação de estúdio soava assim, tocada num compasso 3/4. Mas, ao vivo, Vandré tocava sozinho, e as batidas de violão nas cordas graves davam um compasso 4/4 de marcha fúnebre, um verdadeiro *réquiem*, que se transforma no refrão em um grito de guerra de marcha militar. Basta lembrar que Vandré já havia feito um *Réquiem* para o filme “A hora e a vez de Augusto Matraga”.

A voz de Geraldo Vandré aumentava o efeito de *réquiem*, marcada por uma profunda melancolia no seu tom agudo, pungente e anasalado, acentuado ainda pelo sotaque nordestino - região que representa ainda hoje o latifúndio e a miséria da seca. Seu canto vibrava na introdução como um verdadeiro lamento, a tristeza da caminhada do retirante que já não tem mais nada a perder, e por mais que sofra, deve prosseguir na caminhada, alimentado pela fé numa vida melhor. Essa é a marca de seu disco “Canto Geral” de 1968.

A canção apresenta-se assim com a mesma estrutura básica de alguns panfletos e discursos das lideranças estudantis, como o de Vladimir Palmeira na época - introdução, que apresenta uma idéia, o desenvolvimento desencadado logicamente, identificação os pontos de apoio que fundamentam esta idéia, e, finalmente, a conclusão reafirma a idéia

¹⁵¹ VENTURA, Zuenir. 1968: *O Ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. P.206

¹⁵² VEJA, Ano I, N ° 5. São Paulo: Abril Cultural, 09/10/68 p. 54

inicial. Além disso, a melodia é estruturada de acordo com o ritmo das palavras-de-ordem das passeatas, a verdadeira canção das ruas:

Caminhando e cantando e seguindo a canção
Somos todos iguais, braços dados ou não
Nas escolas, nas ruas, campos, construções
caminhando e cantando e seguindo a canção

Acompanhada pela platéia, ainda parecia quase um sussuro. É sugestivo que, surpreendentemente um ano antes, a canção “Alegria, alegria” de Caetano Veloso começasse exatamente com a mesma palavra “Caminhando”, porém “contra o vento”, o que dava uma idéia de nadar contra a corrente. O que diferencia é justamente o caráter privado, individual da canção de Caetano - “Eu vou, por que não?”.

Já a canção de Vandr e   escrita na primeira pessoa do plural, onde o “eu” d  lugar ao “nós”,   participacão coletiva. Da mesma maneira, a igualdade se sobrepõe   fraternidade - “Somos todos iguais, braços dados ou não”. Iguais são aqueles que estão nas escolas (os estudantes), nas ruas, campos (camponeses) e constru es (operários). Segundo o próprio Vandr e: “A gente faz a can o porque vive e segue a can o, porque acredita nela (...) Estar junto ou separado não significa nada, a partir do momento em que se tem consciência de que a condi o humana   o que junta as pessoas”¹⁵³

A primeira evocac o do refrão ainda foi tímida:

Vem, vamos embora, que esperar não   saber
quem sabe faz a hora, não espera acontecer

Engajar-se, fazer “a hora”, sem dizer como e onde. Ao omitir, ela unificava todos os diferentes engajamentos de uma época marcada por vários “ismos”. Mais do que isso, respondia a Walnice Galvão, que reclamava que faltava uma verdadeira Marselhesa brasileira, pois até então a moderna MPB s  cantava “O DIA que virá”, enquanto que a Marselhesa já anunciava em seus primeiros versos que “*le jour de gloire est arrivé*”¹⁵⁴. No

¹⁵³ Geraldo Vandr e em entrevista para O CRUZEIRO, Ano XL n   43 26/10/68

¹⁵⁴ GALVÃO, Walnice. *Saco de Gatos*. São Paulo: Duas Cidades. P.119

entanto, a professora manteria sua opinião de que, mesmo “Caminhando” ainda era uma “evasão e consolação para pessoas intelectualmente sofisticadas”¹⁵⁵. O próprio Vandré se aproveitaria disso para afirmar que “se fala que   belicosa, mas não  .   de angústia, com o que vejo e gostaria que fosse diferente”¹⁵⁶. Porém, não foi esta a leitura dos militantes estudantis, tampouco dos militares no poder.

A miséria no interior dos latifúndios   apenas citada num verso - um tema que Vandré sempre explorou nos seus primeiros trabalhos. Posteriormente diria:

Eu sei que a fome existe e isso me deixa muito triste. Não sabe quem não quer saber ou quem se enriquece   custa da fome dos outros. A indecisão me parece que   uma condi o do momento, não são brasileiro, mas do mundo inteiro, principalmente da juventude que quer ir, mas não sabe para onde.¹⁵⁷

O autor se referia aos “indecisos cordões” que são usavam das flores:

Pelos campos a fome em grandes planta es
Pelas ruas marchando indecisos cordões
Ainda fazem da flor seu mais forte refrão
E acreditam nas flores vencendo o canhão

Desta vez, o que fica ressaltado   o papel dos “indecisos cordões” nas ruas da cidade, que são o sujeito da música. Ao colocar a dialética campo cidade na segunda estrofe, a fome das grandes planta es soava em como o e pena por parte dos indecisos cordões das cidades, Vandré contrapõe também as flores aos canhões - arrancando uma ova o generalizada da platéia, que entoava o refrão com mais energia.

As flores aparecem na can o como pura alegoria - foi o movimento contra a Guerra do Vietnã nos Estados Unidos que criou o slogan *flower power*, colocando flores nos fuzis dos soldados. No Brasil, as flores foram para o funeral do estudante Edson Luiz de Lima Souto, o garoto de 18 anos morto no Restaurante estudantil “Calabouço”, no Rio de Janeiro, transformado em mártir do movimento estudantil no início das aulas daquele

¹⁵⁵ VENTURA, Zuenir. 1968: *O Ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. P. 206

¹⁵⁶ O CRUZEIRO, Ano XL n   43 26/10/68.

ano. A imagem das flores vencendo o canhão é uma vitória sobretudo moral, um desmascaramento da ditadura, principal objetivo do movimento estudantil junto à opinião pública.

Sem dúvida, a estrofe mais polêmica era aquela essencialmente anti-militarista, que tocou no calo dos generais.

Há soldados armados, amados ou não
Quase todos perdidos de armas na mão
Nos quartéis lhes ensinam uma antiga lição
de morrer pela Pátria e viver sem razão

Aqui, a canção atinge o seu ápice, opondo mais uma vez o uso da razão contra o uso da força. O uso da força partiu dos militares, em 1964, cabendo à esquerda a hegemonia cultural do período. Aqui nesta estrofe, a mais anti-militarista, está melhor identificado o inimigo: a ditadura militar sustentada pelo imperialismo norte-americano, expressa na metáfora de que os militares aprendiam a “morrer pela pátria e viver sem razões”, ponto no qual a platéia ia ao delírio.

Esta mesma estrofe levou os militares à fúria, cuja expressão mais conhecida foi o artigo do general Otávio Costa, uma resposta movida pelo “espírito de classe”¹⁵⁸. Na sua opinião, a música era perfeita de acordo com sua forma, conteúdo e os fins que desejava: a subversão. A única injustiça, que o general sugere que ainda poderia ser reparada, foi aquela cometida pelo próprio Geraldo Vandré, ao dizer que os soldados viviam sem razão. Para o general: “Não vivem sem razões os que consagram sua vida a servir. Os que estão, neste momento, em pleno sertão, rasgando estradas, cavando poços, enquanto as patativas enriquecem na pompa dos festivais, cantando cânticos de subversão”¹⁵⁹. O recado é claro em direção a Vandré, chamado aqui de patativa, a ave cantadora do sertão nordestino.

Vandré se desculparia em sua entrevista, procurando relativizar um pouco a força dos versos, declarando:

¹⁵⁷ Vandré, O CRUZEIRO, Ano XL n ° 43 26/10/68.

¹⁵⁸ OS ANOS DE CHUMBO. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

¹⁵⁹ Citado por VENTURA, Z. 1968: *O Ano que não Terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. P.208

(...) como eu digo no próximo verso: somos todos soldados e não existe, pois, discriminação contra a condição dos soldados (...) Quando falo de soldados perdidos de armas na mão, falo precisamente dos que, não conhecendo o amor, se perdem. A antiga lição é a lição de não amar e se recusar à vida (...) Estou de pleno acordo quando me criticam dizendo que os soldados constroem estradas, garantem nossas fronteiras, etc. Quando, ao invés disso eles fazem o contrário, aí eles se colocam na minha canção.¹⁶⁰

A música se fecha relembrando as lições aprendidas na sua apresentação:

Nas escolas, nas ruas, campos, construções
Somos todos soldados, armados ou não
Caminhando e cantando e seguindo a canção
Somos todos iguais, braços dados ou não

Sem cantar o refrão, Geraldo Vandré emendava as duas estrofes, dando o efeito de continuidade entre introdução e conclusão:

Os amores na mente, as flores no chão
a certeza na frente, a história na mão
caminhando e cantando e seguindo a canção
aprendendo e ensinando uma nova lição

Curiosamente, Vandré termina vários versos em “ão” e não usa nenhuma vez a rima fácil da palavra “coração”. De acordo com o próprio Vandré:

A gente vive num mundo em que, desde pequeno, ensinam que ter é mais importante do que ser. Onde se confunde o amor com reduzir a pessoa amada à condição de objeto (...) Num mundo assim, o que se pode fazer é manter na mente a idéia de amor.¹⁶¹

Ele coloca os “amores na mente”, ocupando assim o lugar tradicional da razão. As flores que apareciam como refrão do movimento agora estão no chão - foram abandonadas, já não há mais utilidade para elas?

¹⁶⁰ O CRUZEIRO, Ano XL n ° 43 26/10/68

¹⁶¹ O CRUZEIRO, Ano XL n ° 43 26/10/68

Apesar de vivermos em um mundo onde as flores valem pouco, acredito que viveremos em um mundo onde tudo terá o encanto das flores. A maior prova de que o mundo caminha para isso foi a renegação de Hitler, Stalin, etc. (...) As flores no chão não significam a minha vontade de abandoná-las e atirá-las ao chão, mas deixar ali até poder colhê-las, ou simplesmente não colhê-las, pois no chão elas são muito mais bonitas.¹⁶²

As explicações de Vandré são pouco esclarecedoras. Por isso que, para Nelson Rodrigues, como já foi dito, mas vale a pena mais uma vez lembrar, a canção “É Proibido Proibir” de Caetano Veloso era exatamente a flor que Vandré queria banir do seu “horrendo paraíso socialista”. Abandonar ou atirar, ou mesmo pisar as flores no chão poderia muito bem equivaler a deixar de lado as posições conciliadoras e partir para ações armadas mais radicais. Ainda que esta não tivesse sido, talvez, a intenção de Vandré, seguramente foi uma leitura feita por grande parte do público que teria na canção seu hino de inspiração, como as organizações guerrilheiras, por exemplo.

O que move agora é a “certeza na frente”, a fé no novo dia - eis novamente a antiga alegoria socialista muito usada por Vandré.

A certeza é uma coisa que todo mundo põe na frente de sua vida. A história na mão não quer dizer que eu me considere dono da verdade. Quer dizer que está à nossa disposição, pra gente aprender e, aproveitando o exemplo, acertar mais daqui por diante e acreditar que amanhã haverá menos erros do que agora, e no passado.¹⁶³

Ou seja, a certeza ia na frente - e não a vanguarda. A certeza como fé, a história como razão. A razão não como ato reflexivo, e sim instrumento de transformação. Aqui, a concepção marxista da função da filosofia em converter-se em força material ao descer ao banco das praças. Isso numa época em que o “materialismo histórico” de Karl Marx era tido como garantia de que a revolução socialista era inevitável. Ora, uma vez que o Partido Comunista Brasileiro perdera quase totalmente sua influência no meio estudantil após 1964, a autoridade não provinha mais dos velhos militantes do Comitê Central, senão dos clássicos socialistas, da fé nas escrituras. A “história na mão” como um livro, alegoria que nos remete à imagem do estudante.

¹⁶² O CRUZEIRO, Ano XL n ° 43 26/10/68

¹⁶³ O CRUZEIRO, Ano XL n ° 43 26/10/68

De qualquer forma, todos eram soldados, “armados ou não”. Isso unificava o público militante estudantil, que dentro da UNE estava cindido entre os partidários da ação armada e os adeptos da organização das massas, contrários a ela. Somente no último verso revela-se ainda mais claramente quem era o sujeito da canção. A alegoria estudantil se encontra na forma da frase “aprendendo e ensinando uma nova lição”. Os estudantes, até então vistos como objeto da educação, passavam a sujeitos ativos, capazes de darem uma lição não apenas à sociedade, mas às gerações futuras, à própria História.

Foram portanto os discursos, os panfletos e as palavras-de-ordem das mobilizações estudantis que inspiraram Vandré no seu processo de criação. Mais do que uma canção, ele revelara uma dimensão estética própria das passeatas. E foi esta matéria-prima de beleza insuspeita que fez com que a canção tivesse uma “adesão empática” imediata, fadada a tornar-se um hino da luta do movimento estudantil.

A conclusão serena os ânimos e reafirma a idéia inicial de que somos todos iguais - somos todos soldados, armados ou não. Ou seja, a canção concorda com o verso *Tout est soldat pour vous combattre*, de uma estrofe da Marselhesa, porém chama a uma luta que não se define como armada - sua arma é a História na mão. Finalmente, a assinatura do “panfleto”: o movimento estudantil, que mais do que aprendendo, estava “ensinando uma nova lição” ao mundo. O último refrão foi cantado a plenos pulmões por 25.000 pessoas, entre gritos e lágrimas, muitos em pé, com o punho cerrado - saudação socialista usada tanto na Revolução Russa quanto na Guerra Civil Espanhola.

Terminada a apresentação, sob uma verdadeira histeria coletiva, Vandré oferece simbolicamente o seu violão ao público. Ele considerava o ato de compartilhar fundamental na sua arte, “exercício fundamental da existência e única razão de ser da propriedade”. Ali, naquele momento tão rico de significação, morria Geraldo Vandré e nascia o mito. Ele se desmaterializara na canção, que se tornara maior que ele e ganhara vida própria. Posteriormente ele diria: “Entreguei minha canção ao povo e ele a cantou”.

Porém, sobrou fôlego para as vaias dirigidas à primeira colocada, ainda que Vandré tenha permanecido no palco ao lado das intérpretes da canção “Sabiá”, Cynara e Cybele, duas integrantes do renomado grupo vocal da MPB, o quarteto em Cy. Esse comportamento foi reprovado por todos que, em nome do bom senso, acusavam a platéia

de selvageria por vaiar profissionais tão respeitadas. Ora, a vaia é uma manifestação em relação a alguém, e é difícil afirmar se foi dirigida às moças, ao júri ou mesmo à própria postura conciliadora de Vandré em elogiar os primeiros colocados e permanecer no palco junto com eles. Poderíamos dizer que foram todas estas razões e talvez ainda outras ocultas, o fato é que o público presente fez questão de manifestar sua recusa ao resultado com o único instrumento que lhe era facultado: a vaia.

Sendo aquele o primeiro festival internacional da canção, a primeira colocada da etapa nacional seria aquela que representaria o Brasil na etapa internacional - e daí a importância em impedir que o mundo inteiro assistisse a uma concorrente cuja tônica era francamente anti-militarista. A “Sabiá” era demasiado lírica, sutil ao abordar a questão do exílio, ou como declarava o próprio Tom Jobim, simplesmente não era música para festival¹⁶⁴.

Posteriormente, o próprio Chico Buarque faria uma auto-crítica, onde dá um tiro no “Sabiá” e corre pra não ver “Banda” passar, numa canção chamada “Agora, falando sério”. Nos anos 70, sob uma censura muito mais apertada, Chico Buarque assumiria a missão de Geraldo Vandré, tornando-se assim o maior compositor da “resistência”. Talvez por consciência culpada, Chico Buarque assumiu o violão de Vandré.

A honra aviltada dos militares foi o argumento para praticar a censura em relação à canção. Mesmo sua classificação em segundo lugar teve poderoso impacto sobre a opinião pública. As últimas passeatas estudantis ocorridas em 1968 pela libertação dos presos no Congresso de Ibiúna foram embaladas por esta canção. Catarina Meloni, a única mulher com liderança estudantil reconhecida dentro da UNE, teria, de dentro da prisão, mandado um bilhete para Vandré: “Venha cantar para mim” - o que o cantor não fez, por medo de tratar-se de uma emboscada policial.

É por isso que Walter Clark, então diretor da TV Globo, afirmou que a canção de Vandré foi o que provocou o AI-5. Pelo poder que conseguiu reunir a partir de uma canção, Geraldo Vandré tornara-se um homem “perigoso”, capaz de levar à euforia manifestantes contra o regime, proibido de executar a canção em público. Ao contrário do

¹⁶⁴ De acordo com as palavras de Paulo Cotrim, à revista VEJA, ano I n° 5 09/10/68 p.55

que dizia Nelson Rodrigues, o “revolucionário de festival” tinha algo a perder, e Vandré particularmente perdeu muito - há pelo menos o consenso de que com o exílio perdeu toda sua carreira.

Os discos de “Pra Não dizer que não falei das flores” foram apreendidos pelo DOPS em Niterói. O Secretário de Segurança temia que ela fosse usada como “arma de subversão”. O compacto com dois lados da canção (versão de estúdio e ao vivo) chegou a ficar em quarto lugar no IBOPE, perdendo longe para o primeiro lugar imbatível do rei Roberto Carlos.

Diante da dificuldade em continuar sua carreira, ameaçada de castração pelos militares, Vandré dava declarações que buscavam enfatizar sua ruptura com o CPC da UNE nos anos 60, como “Arte não é panfleto!”¹⁶⁵. Quando lhe perguntavam sobre as canções de protesto, defendia-se dizendo que “toda obra de arte é protesto, mesmo as de amor protestam por um amor maior. O amor parte de uma compreensão dos problemas coletivos, sem abolir o indivíduo”¹⁶⁶.

Toda a concepção musical de Vandré - o canto como voz coletiva, a partilha dos sentimentos como objetivo da canção, como vínculo de união daqueles revoltados com os problemas sociais e políticos do país, toda a trajetória de sua carreira ganha o ápice nessa canção “Pra não dizer que não falei das flores”.

A disputa das canções ganhava dimensão inédita. Dois anos antes, ainda era uma saudável discordância que parecia dividir o país, e se tratava curiosamente dos mesmos compositores: Chico Buarque e Geraldo Vandré, “A Banda” e a “Disparada”, respectivamente. Naquela ocasião eles dividiram o prêmio de primeiro lugar. Foi uma decisão do júri para agradar a todos.

Já no Festival da Globo, em 1968, ocorre justamente o contrário. A decisão do júri criava ali um novo mártir. E a repressão trataria de persegui-lo, por seu poder de evocação simbólica. Logo após o festival, inicia-se a censura da canção nas rádios, apreensão de discos e a proibição de sua execução mesmo nos shows de Vandré. Tal

¹⁶⁵ VEJA, n.º 5 Ano I 09/10/68 p. 54

¹⁶⁶ O CRUZEIRO, Ano XL n.º 43 26/10/68

medida levou militantes estudantis a imprimirem manifestos de protesto contra a medida, frisando na canção justamente a estrofe mais polêmica:

“O General Luís França, Secretário de Segurança da Guanabara, agindo de acordo com a estrutura vigente no país, o mesmo regime que oprime a classe trabalhadora em geral, estudantes e intelectuais, vem agora tirar do povo a liberdade a que tem direito, proibindo a execução da sua música preferida: Pra não dizer que não falei das flores. Música essa que conseguiu não só se comunicar com todo o público que lotava o Maracanãzinho, mas com toda a população do país. E o cantador foi proibido de cantar. No entanto, o povo guardará em si sua mensagem:

Nos quartéis lhes ensinam uma antiga lição
De morrer pela pátria e viver sem razão
Nas escolas, nas ruas, campos, construções
Somos todos soldados, armados ou não

E o povo, não tendo armas, vai para os quartéis, aprende coisas e coisas, mas, agora, sabe que esperar não é saber.”¹⁶⁷

Com o AI-5, o cantor cai praticamente na clandestinidade, e apenas o fato de possuir o disco da canção já era em determinada medida um ato subversivo. Geraldo Vandré partia para um exílio sem volta, ainda que hoje viva no Brasil. O exílio para ele significou sua morte, seu mito. Na verdade comprovou a falsidade da afirmação de Nelson Rodrigues, que o “revolucionário de festival” era um herói sem riscos, que não mata e não morre. Morreu Vandré, mas nasceu um mito, uma lenda, até mesmo um folclore. E antes de iniciar-se o exílio do cantor, Nelson Rodrigues já percebia que ele tomara o lugar afetivo do próprio “Che” nas casas das “grã-finas” da zona sul, as “solteironas de Neruda” ou simplesmente “La Pasionaria”, personagens da imaginação rodrigueana, mas com traços muito satíricos para não possuir qualquer vínculo com a realidade¹⁶⁸.

No meio dessas lendas, há a suspeita de que Geraldo Vandré tenha sido torturado e enlouquecido, assim que voltou do Chile em 1974. Dali por diante, o cantor passou a declarar-se francamente a favor das Forças Armadas. Nem seus amigos mais próximos, como Geraldo Azevedo ou Carlinhos Lyra, nunca admitiram que Vandré tenha sido torturado. É verdade que, assim que chegou ao Brasil, Vandré teve que prestar suas

¹⁶⁷ *Boletim Reservado* out/dez. 1968 BR 85/68 - GB DOPS-RJ

¹⁶⁸ RODRIGUES, N. *A Cabra vadia*. Ver principalmente o capítulo “Deus Fenecido” onde, numa imaginária galeria, a senhora comunista substitui o pôster do “Che” pelo de Vandré.

devidas contas aos militares sobre o que pretendia fazer permanecendo no país. Porém, se houve tortura é algo que nunca o autor, amigos ou mesmo investigadores jamais comprovaram. Há possibilidade de que Vandré tenha negociado sua permanência no Brasil abdicando da sua carreira profissional de cantor e compositor. É possível que sua vontade de permanecer no Brasil o tenha forçado a isso.

São hipóteses. O fato é que Geraldo Vandré, como cantor e compositor de sucesso jamais voltou. Talvez ele mesmo tenha mudado de opinião, como Glauber Rocha e suas polêmicas intervenções na televisão a favor do general Golberi do Couto e Silva. Ou talvez tenha procurado simplesmente alimentar o mito que cresceu em torno da figura de Vandré. O mártir da canção de protesto, perseguido e sem reconhecimento público, aquele que entrega seu talento a uma causa e sofre as conseqüências políticas por suas convicções.

A eficácia da canção não está na complexidade de sua harmonia, de seu ritmo ou de sua linha melódica. Está na comunicação que estabelece, nos sentimentos que consegue provocar. E sob esse ponto de vista, o próprio General Otávio Costa contestava o júri, admitindo que a canção de Vandré era “a melhor comunicação e artesanato no sentido de seus fins”. Mais do que uma canção, “Pra não dizer que não falei de flores” tornou-se um hino. E esta é uma das maiores consagrações que um artista pode receber num momento histórico delimitado. Caetano Veloso e Gilberto Gil estavam demasiadamente voltados para o futuro, enquanto que Chico Buarque ainda permanecia muito ligado ao passado. Num momento de rara inspiração, Vandré conseguiu sintetizar, ao nível do imaginário, o sentimento geral que havia nas ruas, de forma simples, mas sublime e grandiosa ao mesmo tempo. Ficou para sempre na memória da esquerda, foi invocada nas passeatas de protesto imediatas, e também nos movimentos que eclodiram dez anos depois, nas passeatas pela Anistia, contra a censura e a tortura, pelo direito de greve, e durante vários anos seguintes no processo de abertura, sendo invocada até hoje nas igrejas e comícios, até chegar à propaganda do próprio governo brasileiro hoje, com Fernando Henrique Cardoso. Porém, neste último caso, a conhecida melodia que povoa o inconsciente de todos os brasileiros associada ao protesto ganhou nova letra publicitária, que chegara um novo tempo que trazia “mais emprego e mais chances de crescer”, um atentado ideológico

gravíssimo em se tratando de reduzir a luta de várias gerações contra o autoritarismo militar ao mesquinho interesse imediato e arrivista.

Dai a importância do resgate dos sentidos da canção vistos à sua própria época. O artista Geraldo Vandré emergiu de uma necessidade histórica de expressar com precisão, esteticamente, aquilo que se passava nas ruas. Se ele o conseguiu, esta foi uma questão que, como vimos, dividiu muitos intelectuais e artistas daquela época, fossem eles de esquerda ou de direita. O único consenso reinante em torno de seu caráter subversivo e impulsionador de revolta era curiosamente apontado principalmente por estudantes e militares. Uma canção que passou a sintetizar em si as contradições de um tempo, e é assim se manifesta a natureza de um hino revolucionário. Seu poder reside em evocar um passado, um marco de início, um ponto de origem, com o fortalecimento dos laços de identidade.

Em março de 1968, alguns meses antes de sua consagração como cantor, Geraldo Vandré lançava seu LP “Canto Geral”, que na contracapa do disco citava Bertold Brecht:

“Desses tempos em que falar de árvores é quase um crime, pois implica silenciar sobre tantos erros - aos que virão depois de mim.”

Pode se dizer que esta frase resume a contradição que perseguia o título da canção de Vandré: falar das flores sem silenciar sobre os erros de seu tempo. E podemos dizer que ele soube muito bem apontá-los, obrigando todos a declararem-se sobre isso através de uma canção, e das paixões que esta suscitava.

6. Congresso de Ibiúna: o conclave proibido

“Vem vamos embora que esperar não é saber quem sabe faz a hora não espera acontecer”

Sob condições extremamente repressivas sob as quais o movimento estudantil ainda pretendia se manter ao final de 68, a realização do XXXº Congresso da UNE só pode ser explicada como sendo um “questão de honra” para as lideranças. As divergências que cercavam a organização deste congresso ia desde os pontos de pauta até o local - passando evidentemente pela questão da “Segurança”.

Não se trata aqui de realizar uma detalhada descrição da realização deste congresso. Muito mais importante dentro dos objetivos deste trabalho é o registro da imagem da derrota total do movimento estudantil, que muitos militantes ainda se recusavam a ver.

Como afirma Ansart, a tendência natural do movimento é a de fazer proliferar espontaneamente diferentes símbolos, cuja dinâmica de produção tende a independe de qualquer autoridade. Isso levava os grupos de vanguarda marxista-leninista, em luta por hegemonia dentro do movimento, ora em tentar quebrar a unidade do movimento, ora em tentar controlar o dinamismo do movimento em nível dos sentidos, na mutação das produções e na sistematização ideológica (tanto no sentido de radicalização quanto no sentido de abrandamento das energias).

6.1. A disputa ideológica: “esquerdismo infantil” contra “revisionismo”

Como vimos anteriormente, a Ação Popular perdera a hegemonia que detivera sobre o movimento estudantil ao longo de toda a década de 60. Mesmo assim, ainda possuía a simpatia de grandes bases radicais do movimento, detendo ainda o cargo da presidência da UNE na figura de Luís Travassos, contava com outros dois membros da direção da entidade - José Carlos Mata-Machado e Luís Raul Machado - e ainda se

projetava nacionalmente na figura de Catarina Meloni, que apesar de abandonar a presidência da UEE-SP derrotada pela oposição de José Dirceu, era muito conhecida e respeitada em nível nacional.

Como tendência da esquerda católica cada vez mais voltada para o maoísmo, a Ação Popular procurava continuar mobilizando os estudantes em torno de questões tradicionais do movimento estudantil no período populista. Tais manifestações, geralmente chamarizes da repressão policial, eram capitalizadas como “fato político”, que desgastava o governo frente a opinião pública e permitia ao movimento estudantil tornar mais radicais suas palavras de ordem. Assim, a discussão específica sobre os problemas do ensino nas universidades eram descartados, uma vez que os canais de pressão foram vedados pelo governo e a revolução parecia eminente. Não era hora de perder tempo com discussões teóricas.

Após três anos de clandestinidade e violentos embates com a polícia em 66, o XXIX ° Congresso da UNE em 67 já havia aprovado uma Carta Política da UNE que colocava em primeiro plano a “luta contra a ditadura e o imperialismo” que a sustentava. Na opinião de parte da diretoria, tal carta tomou uma posição que não podia sustentar em suas escolas. Representada por várias dissidências estudantis do PCB somados à minoritária organização Política Operária (POLOP), essa tendência pregava a reorganização do movimento estudantil sobre novas bases, em torno de uma política voltada para os problemas educacionais, em torno da bandeira da “Universidade Crítica”.

Em suma, a segunda posição dentro da UNE entendia que, com o recrudescimento da repressão, tornava-se necessária uma rearticulação dos estudantes dentro de suas entidades (Centros Acadêmicos, DCE's), procurando amarrar os problemas específicos da universidade com a conjuntura política mais ampla - nacional e internacional. Essa seria a forma de atrair os estudantes ainda não sensibilizados pelas lutas do movimento estudantil. E quanto ao governo, que na cerimônia de posse do general Costa e Silva acenava o “diálogo” para resolver a crise estudantil, participar do “diálogo” seria um meio de desmascarar definitivamente a ditadura com toda sua cruza, desmoralizando o governo perante a opinião pública.

O XXIX ° Congresso de UNE havia marcado ainda uma reformulação na diretoria da UNE, que abandona a antiga estrutura (secretários, tesoureiros) e passou a ser composta de um presidente e nove vices, estando assim melhor adequada as exigências de uma organização clandestina. Desfalcada de 3 diretores, dois que abandonaram a diretoria e um que havia sido preso numa manifestação em Belo Horizonte, a Ação Popular se tornava minoritária no interior da direção da UNE, o que iria influir decisivamente nos rumos para o XXX ° Congresso. Isso sem dúvida teve um papel decisivo na condução do debate político do movimento estudantil ao longo do ano de 1968, bem como do “racha” da UNE apontado pela imprensa, mas que na verdade não chegou a ocorrer.

A Ação Popular continuava primando pela apresentação de mártires, como o vice-presidente da UNE (ala travassista), assegurando que a ditadura só prendia os estudantes que pensavam como eles.¹⁶⁹ Para os estudantes da segunda posição, o vice-presidente preso numa manifestação de 1° de maio teria sido, no mínimo, imprudente. Segundo esta tese, as principais lideranças estudantis deveriam se render ao confinamento de seus quartos, para não caírem no das prisões. Quando saíam às ruas, possuíam seus guarda-costas recrutados no próprio meio estudantil para as passeatas, como dizia o seguinte panfleto “Normas para comícios, panfletagens e pixações durante o dia”:

1) É indispensável um mínimo de 30 elementos na ação que devem discutir suas funções. 2) Deve ser formado um grupo especial de defesa da ação que deve levar no mínimo porretes, correntes ou socos ingleses camuflados. 3) O corpo de segurança não pode brincar em serviço. Alguns segundos de hesitação podem comprometer a ação. 4) Em comícios relâmpagos é necessária uma segurança especial para o orador que não pode ser preso em hipótese alguma. Quando o orador começa a falar, os outros devem ficar bem próximos dos demais.¹⁷⁰

¹⁶⁹ Interessante o trecho do documento da AP no programa da chapa pró-posição ao DCE da UFMG: “um diretor incentivou o trabalho para a participação efetiva do movimento estudantil nas manifestações de solidariedade às lutas dos trabalhadores em 1° de maio contra o arrocho da ditadura. Este diretor foi preso na manifestação de 1° de maio; foi preso na rua, participando (sic) da luta junto aos trabalhadores. O outro diretor que aqui estava logo após o 1° de maio, trabalhou contra as manifestações de luta contra a repressão policial, contra a prisão de estudantes e operários - este diretor, na hora em que a ditadura pretendia intimidar e pretendia que nos calássemos, conciliou com a ditadura propondo o recuo do movimento estudantil alegando que era necessário primeiro organizar e discutir”. Pasta 2082 - DOPS/PR. pg. 64

¹⁷⁰ *Esquema de Segurança dos Estudantes*. Pasta 703 - DOPS/PR.

Uma vez que não havia mais unidade dentro da Diretoria, optou-se por convocar o Conselho Nacional de Estudantes, que era composto por todas as Uniões Estaduais de Estudantes. Neste conselho, realizado em Salvador, foi deliberada a pauta do Congresso, delegando-se a responsabilidade pela sua organização à escola organizadora. Os três diretores da Ação Popular se pronunciaram em documento contra as deliberações do Conselho por dois motivos: em primeiro lugar, reconhecendo as divergências com o restante da diretoria, afirmando que o XXXº Congresso da UNE deveria ser uma “luta ofensiva - a luta do movimento estudantil contra a ditadura”, e não apenas para se “travarem debates e se organizar o movimento estudantil desligado de um processo de luta”. Tal divergência se expressava na pauta de discussões do Congresso. Segundo eles, a melhor discussão se daria com a seguinte pauta:

1) Política internacional: avanço da luta dos povos contra o imperialismo; Vietnam, Movimento Estudantil no plano internacional.

2) Política nacional: avanço da luta do povo brasileiro pela derrubada da ditadura e do imperialismo; manifestações populares de abril, avanço da luta operária (greve de MG, 1º de maio em SP e MG). Manifestações concretas de opressão da ditadura sobre o povo (política econômica, arrocho, política externa de subserviência, repressão sobre o povo, em especial sobre o movimento estudantil).

3) Política educacional: análise das lutas do movimento estudantil (excedentes, anuidades, verbas).

4) Movimento estudantil: análise dos instrumentos do movimento estudantil em relação às lutas (organização de bases, comitês de luta, frentes de trabalho, entidades, imprensa, finanças, seminários, constituição da UNE).¹⁷¹

Vitorioso a proposta da “segunda posição”, que segundo o documento acima “não é em função das lutas do movimento estudantil” sendo “teórica e restrita aos problemas universitários e de organização do movimento estudantil”, apontava na seguinte direção:

2) Temário

a)1 - O que é a Universidade Brasileira?

2 - Porque devemos lutar? Quais as lutas?

3 - O que quer o Governo? Como ele age?

4 - Porque negar a Reforma Universitária do Governo? Que propor?

¹⁷¹ Textos para Preparação do Congresso da UNE. Pasta 2082 - DOPS-PR

- b)1 - O que é a política estudantil do governo? Como negá-la?
 2 - Porque o Governo reprime os estudantes? Que fazer?
- c)1 - Quais as formas de luta? Como usá-las? Quando usá-las?
- d)1 - Quais as formas de organização do ME?
 2 - Que são entidades estudantis?
 3 - Que são os GT's e os GE's?
 4 - O que tem sido a UNE?
 5 - Como deve ser a nova organização da UNE?¹⁷²

A segunda divergência se expressava na forma de preparação do Congresso, uma vez que entendiam que “tanto a preparação do Congresso como sua realização pertencem ao conjunto dos estudantes, que deve formar o verdadeiro nível de discussão e deliberação (...)” A proposta era de que o congresso fosse realizado “em Minas Gerais, na 1^a quinzena de setembro”.¹⁷³

A “segunda posição” propunha etapas para organização do Congresso, dentro de normas de segurança que, segundo a AP, visavam substituir o movimento estudantil por “comissões de especialistas”.

Exemplo desta preocupação com a segurança é o panfleto “Normas de Segurança para a realização do trabalho de propaganda e finanças para o 30^o Congresso da UNE”, apreendido pela polícia e distribuído pelo Departamento de Segurança Interna (DSI) a todos os ministérios e Secretarias de Segurança Pública de todos os estados. O panfleto previa normas extremamente detalhadas para a realização de pizações noturnas, o que nos dá uma boa idéia de como essa prática era considerada, de fato, um tipo de “ação revolucionária”:

- 1) deverão ser feitas entre 1 e 3 horas da madrugada. 2) Poderão ser feiras a pé (caso seja comum pessoas andando nos bairros nesse horário) ou de carro (caso não seja). 3) Os grupos deverão ter quatro pessoas. 4) Os grupos a pé deverão ser compostos de um casal que piza e 2 olheiros. O casal joga fora o *spray* com a chegada da repressão e simula um

¹⁷² Idem.

¹⁷³ Programa da Chapa Pró-Posição - ao DCE da UFMG, assinado por Travassos, Machado e Mata-Machado, com o seguinte adendo: “Estes textos devem ser discutidos em todas as escolas como parte da preparação do 30^o Congresso da UNE”. Compunha o caderno a nota dos três dirigentes, o programa da chapa Pró-Posição e uma nota da UEE-MG sobre o diálogo. Pasta 2082 - DOPS-PR.

namoro. Os olheiros não estão fazendo nada de mal, e por isso nada pode lhes acontecer, se conservarem a calma. 5) Levar documentos de identidade (especialmente carteira de trabalho) para evitar a prisão por vadiagem. 6) Ter uma desculpa para estar na rua aquela hora. De preferência uma desculpa não muito rebuscada. 7) Conservar a calma, se a repressão chegar. Se o esquema dos olheiros funcionar, a repressão será ludibriada. 8) Fazer bons levantamentos da região. 9) Os grupos a pé deverão ter zonas curtas e devem considerar 10 pixações como um bom índice. 10) É importantíssimo uma boa discussão política antes e depois da ação, pois dela, em grande parte, depende a segurança e a firmeza do grupo.¹⁷⁴

Apesar dos protestos do presidente Luís Travassos, o Conselho da UNE determinou que a UEE-SP deveria se encarregar dos preparativos do XXXº Congresso da UNE. Naquela ocasião, a experiência organizativa de José Dirceu e sua ênfase nesse aspecto da “Segurança” ainda não haviam sido postos em cheque pelos acontecimentos da rua Maria Antônia, que se deram apenas uma semana antes da data de realização do referido congresso.

Como vimos, a Ação Popular defendia a realização de amplas assembleias nas faculdades, culminando com um Congresso aberto. Tal idéia parecia loucura para os defensores da “Universidade Crítica”. Segundo o documento “UNIDADE”, da UNE região sul, “a concepção da minoria da UNE é que ele (o XXXº Congresso) continue, a ser fundamentalmente, um ‘fato político’, isto é, que sua preparação e realização agite a opinião pública, pois entendem como Congresso apenas a realização de uma Reunião nacional de delegados”. Ao apontar a validade da doutrina do “fato político” em momentos de descenso das massas, o documento afirmava apenas que já não se precisava criar ‘fatos políticos’ pois o “aguçamento das contradições entre as classes sociais tem geradores crise uma após outras, que por si só agitam o cenário político.”¹⁷⁵

A decisão se deu no sentido oposto: a organização de um congresso clandestino que recebesse quase mil de delegados do Brasil inteiro. O local: Sítio Murundu, localizado em Ibiúna, no interior de São Paulo.

¹⁷⁴ *Esquema de Segurança dos Estudantes*. Pasta 703 - DOPS/PR

¹⁷⁵ UNIDADE, *união nacional dos estudantes região sul*. p. 5. Pasta 2082 - DOPS/PR.

6.2. A Luta continua?

Como conta Zuenir Ventura, todas as precauções “inúteis” foram tomadas, como a camuflagem nos telhados dos galpões para impedir um reconhecimento aéreo ou o bloqueio de algumas vias de acesso. As preocupações da “Segurança” pareciam mais irrealistas do que os próprios defensores do congresso aberto. Ventura levanta ainda a possibilidade de um acordo estabelecido entre José Dirceu e o governador de São Paulo, Abreu Sodré, no sentido de evitar a repressão. Tal suspeita já havia sido levantada pelo dirigente trotskista J. Posadas:

Essa recente repressão da polícia aos estudantes, esse Congresso que ia ser realizado “a portas abertas” indica que existe uma mentalidade democratista entre os estudantes ou que foi feito um acordo entre eles e o governo no qual eles confiaram e o governo aproveitou para prender a todos.¹⁷⁶

Esta suspeita também foi levantada por Jean-Marc Von Der Weid, primo do governador por parte de mãe, que ouviu a história dentro da família. Ainda que José Dirceu rejeite indignado essa possibilidade, é estranha a segurança com que afirmava que não ocorreria repressão¹⁷⁷. Em entrevista publicada em *68: a paixão de uma utopia*, José Dirceu declara que havia a possibilidade de realizar um congresso com mais de mil pessoas, como foi o congresso da UEE-SP feito no Conjunto Residencial da USP (CRUSP): “Naquela época o Abreu Sodré manobrava, havia um certo equilíbrio de forças, daí que o congresso não foi reprimido.”¹⁷⁸ Contava José Dirceu com aquele “certo equilíbrio de forças”?

¹⁷⁶Carta de J. Posadas à Seção Brasileira da IV Internacional: “A repressão ao congresso da UNE coloca a necessidade da defesa do Programa do Partido Operário baseado nos Sindicatos por parte do Movimento Estudantil. 20 de outubro de 1968. In: POSADAS, J. *Brasil: do golpe de 64 à formação do PT*. São Paulo: ECCP, 1990. P. 243

¹⁷⁷ VENTURA, Z. 1968: *O Ano que não Terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. Capítulo “O Vale da Insensatez”.

¹⁷⁸ REIS F^o, D. A. & MORAES, P. *68: a Paixão de uma utopia*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. P.144.

O fato é que Ibiúna caiu, todos os congressistas presentes foram presos, entre eles as principais lideranças nacionais, como Vladimir Palmeira, Luís Travassos, José Dirceu, Catarina Meloni e Édson Soares, para citar os mais conhecidos pela polícia. Não houve resistência nenhuma à prisão. Todos foram obrigados a marchar até a cidade de Ibiúna. Essa marcha personificou a própria imagem da decadência que encerrava o movimento estudantil. Fome, sede, frio, cansaço, e os primeiros casos de doença. Curiosos perguntavam se tratava-se de uma romaria ou de uma revolução¹⁷⁹. Em Ibiúna, foram recolhidos por caminhões, ônibus e viaturas policiais. Aí, a ridícula tentativa de fuga de Vladimir Palmeira, capturado sem camisa, destruía a imagem do herói construída na passeata dos 100 mil¹⁸⁰. Tudo era tristeza e humilhação para o movimento estudantil naquele dia. Chegando a São Paulo, foram encarcerados no presídio Tiradentes.

A notícia varreu as redações da imprensa. Alguns jornalistas estavam presentes no congresso. Segundo o inquérito do DOPS-SP, os jornais teriam pago à UNE a quantia de mil cruzeiros novos para fazerem a “cobertura” do encontro. Os líderes evitaram declarações, e quando as fizeram, procuraram tranquilizar àqueles que depositavam grandes expectativas naquele evento. Ainda que não houvesse sido eleita a nova diretoria, apostavam ainda na vitória do movimento: “Temos confiança em nossas posições políticas e na vitória do Congresso que, afinal, se realizou parcialmente”. Mais do que isso, apostavam também na continuidade do movimento, a despeito da prisão das lideranças¹⁸¹. A revista *Veja* lançou matéria de capa com o título: “TODOS PRESOS: Assim terminou o XXXº Congresso da UNE”. A edição sofreu a apreensão da polícia nas bancas de revistas. Cabia portanto à polícia a hegemonia na elaboração dos fatos.

Enfatizava-se nas reportagens a precária infra-estrutura para atender às necessidades básicas dos participantes do encontro. Falta de higiene, dificuldades de atendimento médico e alimentação escassa. Tal descrição soava mais como um acampamento mal planejado do que propriamente tática de sobrevivência na selva. A idéia

¹⁷⁹ O CRUZEIRO, Ano XL n.º 43 26/10/68

¹⁸⁰ VENTURA, Zuenir. 1968: *O Ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

¹⁸¹ O CRUZEIRO, Ano XL n.º 43 26/10/68

da realização de um encontro clandestino, reunindo jovens do Brasil inteiro num sítio no interior de São Paulo incendiava a imaginação de muitos. A isso, somava-se a exibição das apreensões da polícia, lembrada por Fernando Gabeira:

“A polícia de São Paulo estava se preparando para montar um *show*. Uma exposição com as armas apreendidas e, naturalmente, anticoncepcionais, que eram os artigos mais procurados por eles. A idéia geral era atemorizar os pais e de estabelecer uma relação direta entre sexo e oposição. Algo assim como: olhem, se sua filha começa a se interessar pela política, dentro de alguns dias estará tomando pílulas anticoncepcionais e participando de congressos que, no fundo, não passam de uma promiscuidade”¹⁸².

Na verdade, associar os congressos da UNE a práticas comportamentais desviantes para os padrões da época, era algo que a polícia vinha tentando fazer desde os primeiros anos do regime militar. Sem sucesso, é verdade, pois os três congressos da UNE após 64 foram realizados em conventos ou casas de retiro sob a guarda da Igreja Católica, com a qual a Ação Popular mantinha importantes contatos. Sob este ponto de vista, o Congresso de Ibiúna foi a primeira tentativa de organização “laica”, e pagou o preço por isso. A extrema direita procurou explorar este assunto, antecipando com alguma imaginação alguns traços do que viria a ser festival de rock de *Woodstock* no ano seguinte. TFP, MAC e CCC, unidos em torno do MAU (Movimento Autêntico Universitário) divulgavam no Paraná um panfleto intitulado “A verdade nua e crua sobre o 30º Congresso da UNE”:

“712 estudantes subversivos, infringindo a Lei de Segurança Nacional, todos eles subintelectualizados ou semianalfabetos [sic] foram surpreendidos num sítio ermo, em promiscuidade total. Rapazes e moças dormiam nas mesmas barracas, nas mesmas pocilgas, nos mesmos currais. Tomavam banho juntos e defecavam no mato, em buracos escavados no chão ou no próprio riacho em que lavavam o rosto e as panelas”¹⁸³.

A imprensa noticiou amplamente a versão de que a polícia teria descoberto o local do congresso pela ocorrência de denúncias dos habitantes da cidade, assustados com o número de jovens urbanos que para lá afluíu nestes dias, e pelas volumosas compras que

¹⁸² GABEIRA, F. *O que é isso, companheiro?* Rio de Janeiro: Guanabara, 1988. P.76

¹⁸³ Manifesto do Comitê de Divulgação do Movimento Autêntico Universitário. Pasta 2082 - DOPS/PR

queriam realizar nas padarias e supermercados para suprir a necessidade dos participantes do encontro.

Talvez a própria polícia tivesse interesse em divulgar esta versão que não corresponde à realidade. No relatório “Operação Ibiúna - DOPS/SP”, declara o Serviço Secreto encarregado de reunir informações: “Já nos primeiros dias de outubro, sabíamos o local escolhido para a realização do Congresso proibido: Ibiúna, município da região policial de Sorocaba”, sem no entanto explicitar como conseguiram esta informação. Não só esta informação como também vários documentos que seriam discutidos no Congresso, onde se encontrava um conteúdo subversivo, cuja verdadeira finalidade era “agitar as massas, indispondo-as contra o governo e sua conseqüente derrubada”¹⁸⁴.

A segunda fase da operação foi a ação repressiva, organizada de maneira conjunta pelo DOPS, Força Pública de São Paulo e a Delegacia Regional de Sorocaba. A ação foi descrita como “rápida, sem violência, fulminante”. Pode-se dizer, como afirma Zuenir Ventura, que chegou a ser decepcionante a ausência de resistência por parte dos estudantes. Embarcados em vários ônibus e viaturas policiais, foram levados para o presídio Tiradentes, em São Paulo.

6.3. A UNE somos nós

O que teria acontecido no interior do presídio? Teria sido dada continuidade às discussões do Congresso? Teria sido eleita uma nova diretoria?

Essas eram algumas questões que incendiavam a imaginação dos militantes que estavam do lado de fora do presídio. De sua parte, couberam as manifestações de apoio ao Congresso, exigindo a libertação dos presos. O movimento estudantil não se resumia às lideranças mais expressivas à nível nacional, conseguira ao longo do ano de 68 difundir suas imagens e enraizar-se nas faculdades. Daí o surgimento do grito: “A UNE somos nós! Nossa força, nossa voz”¹⁸⁵

¹⁸⁴ Secretaria de Segurança Pública de São Paulo - Departamento Especial em Ordem Política. *Operação Ibiúna: XXXº Congresso da extinta UNE. 12/10/68. Pasta nº 2083 DOPS-PR*

Enquanto isso, pode-se afirmar que houveram pelo menos momentos de solidariedade entre os estudantes e os presos comuns no interior do presídio. Segundo Nilton Santos, estes

participavam da agitação diária, gritavam palavras de ordem, e foram inclusive companheiros que ensinaram para muitos de nós, canções revolucionárias de Guevara, da Revolução, etc. , que tinham aprendido com os presos políticos anteriores. Essas canções e músicas acompanharam as nossas manifestações diárias, às nove da manhã.¹⁸⁶

O fato é que dentro do presídio duas questões se impunham, e dividiam os militantes presos. A primeira se referia ao Congresso. Que tipo de medida tomar dali por diante? Tentar organizar um novo Congresso Nacional da UNE de forma clandestina? Convocar eleições diretas? Convocar o Conselho da UNE para eleger a nova diretoria? Ou ainda, organizar encontros regionais onde fosse votada a nova direção da entidade, somando depois os votos?

Foi aprovada a última solução, à qual se daria encaminhamento posteriormente. Porém, ainda havia uma decisão mais urgente a ser tomada, em relação ao inquérito a que responderiam os estudantes presos. Que tipo de resposta deveriam dar? Deveriam assumir que estavam num Congresso da UNE? Isso implicaria em reconhecer que participavam de um encontro ilegal, que realizavam uma atividade proibida pelo governo, que tentavam manter uma organização proscribida pela Lei de Segurança Nacional, o que poderia dar argumento jurídico para a manutenção das prisões. Seria um enfrentamento, no qual se contaria apenas com a projeção junto à opinião pública, ou seja, a velha doutrina de criar um “fato político”. A decisão tomada foi a de negar que se tratava do 30º Congresso da UNE, buscando assim a libertação da maioria dos participantes.¹⁸⁷

Nem todos a seguiram, é verdade. O inquérito foi “um dos mais volumosos que se tem notícia”. Foram oito volumes, com 693 indiciados, identificados, fotografados, além

¹⁸⁵ O surgimento desta palavra de ordem após o Congresso de Ibiúna é apontado por José Luís Guedes, presidente da UNE na gestão 66-67 e por Jean Marc Von der Weid, presidente na gestão 69. In: HISTÓRIA DA UNE. *Depoimentos de ex-dirigentes*. São Paulo: Livramento, 1980. P. 53 e 86 respectivamente.

¹⁸⁶ Depoimento de Nilton Santos, um dos vice-presidentes da UNE em 1969. In: HISTÓRIA DA UNE. *Depoimentos de ex-dirigentes*. São Paulo: Livramento, 1980. P. 64

¹⁸⁷ HISTÓRIA DA UNE. *Depoimentos de ex-dirigentes*. São Paulo: Livramento, 1980.

de 15 declarações (14 de jornalistas presentes no encontro), depoimentos de testemunhas e documentos “comprometedores”.

Os participantes do congresso foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional (13/03/67), art.36: “Fazer funcionar partido sem o respectivo registro, ou ainda Associação dissolvida legalmente, ou cujo funcionamento tenha sido suspenso”. No entanto, dentro do inquérito confundem-se as acusações. De um lado, registra-se um vínculo estreito entre a UNE e o Partido Comunista Brasileiro, que como sabemos hoje, pela vasta bibliografia publicada, nunca teve a hegemonia sobre o movimento estudantil, e após 64 passa a ter cada vez menor influência sobre os estudantes.

Exemplo disso é que o PCB apoiava a Frente Ampla, que a UNE sempre boicotou, além de outras medidas moderadas avessas ao radicalismo estudantil. Porém, para que a repressão tivesse argumentos, era necessário criar esse monstro imaginário gigantesco, que estivesse agarrando com seus tentáculos todos os setores da sociedade, fossem estudantes, padres, advogados, professores e até mesmo - por contraditório que pareça - empresários. A subversão se espalhava de maneira invisível para a sociedade, cabia aos militares no poder revelarem-se seus guardiões.

As provas dessa subversão, a exemplo do Congresso de Ibiúna, eram de três naturezas: 1) documentos apreendidos no local; 2) depoimentos de testemunhas; 3) confissões dos indiciados. Quanto aos primeiros, tratava-se das teses, panfletos e folhetins distribuídos entre os participantes. No segundo tipo, é interessante ressaltar o registro jurídico dado ao depoimento do senhor Porfirio Borges de Andrade: “altamente significativo, relatando cenas de verdadeira luxúria e orgias sexuais praticadas pelos estudantes e convencionais da UNE em IBIÚNA”, pois ainda que não fosse crime, é sugerido nesta frase como uma espécie de agravante. Quanto às confissões, não se tem notícia do uso de tortura para consegui-las neste caso. Trata-se de considerar como equivalentes as expressões “encontro”, “conclave” e “congresso”.

De fato, muitas lideranças eram a favor de declarar a verdade, ou seja, que tratava-se mesmo do Congresso da UNE, pois consideravam esta uma maneira de dar publicidade

ao evento. Pelas respostas dadas por grande parte dos indiciados, pode-se deduzir quais eram as dúvidas dos investigadores¹⁸⁸:

1) Se assumia que estava congresso da UNE:

Alguns assumiam, outros diziam que se tratava de um simples encontro de estudantes.

2) Qual era o objetivo do encontro:

Discutir a reforma do ensino, alguns chegando a declarar que tratava-se da legalização da UNE.

3) Se portava arma na ocasião:

Nenhum assumiu.

4) Se sabia quem havia confeccionado os panfletos:

Ninguém respondia afirmativamente.

5) se já havia participado de alguma passeata:

Alguns admitiam.

6) se conhecia Travassos, Catarina Meloni, José Dirceu, Vladimir Palmeira ou Édson Soares:

Os que o admitiam, diziam que todos estes eram conhecidos através da imprensa.

7) Se proferia ideologia política:

Alguns declaravam-se “democratas”, outros declaravam que não possuíam nenhuma.

8) Quem são os líderes do movimento estudantil:

O movimento não tinha líderes, esta era a resposta mais comum.

9) Quem presidia o encontro:

Alguns apontavam Luís Travassos.

10) Como chegou até Ibiúna:

A maioria chegava em São Paulo e procurava um “ponto”, um rapaz com uma determinada revista embaixo do braço que os levaria até um veículo qualquer.

¹⁸⁸ Inquérito com os participantes do Congresso de Ibiúna, realizado pelo DOPS/SP. Pasta 2081

11) Se já participou de outros congressos:

Poucos o admitiam.

12) Se viu no encontro alguma das lideranças apontadas acima:

Alguns declaravam que reconheceram algumas das lideranças

13) Se seguia alguma facção dentro do movimento:

Nenhum reconheceu isso.

14) Se conhecia algum esquema de segurança do congresso

Alguns reconheciam que havia, mas nada diziam sobre ele.

15) Se conhecia a Lei de Segurança Nacional

Muitos declaravam que não.

Enfim, de qualquer forma, todos os indiciados foram considerados culpados de crime contra a Lei de Segurança Nacional. Porém, apenas para as principais lideranças foi aplicada a prisão preventiva, sendo os demais libertados em seus respectivos estados de origem, para onde foram também suas fichas e inquéritos. Como relembra Luís Raul Machado, “o processo se arrastou nas auditorias militares. Poucos foram condenados (a seis e oito meses de prisão), alguns cumpriram a pena. Muitos foram julgados à revelia. Mas a maioria se beneficiou da prescrição da pena e suspensão do processo.”¹⁸⁹

A partir daí, organizaram-se mini-congressos regionais da UNE para eleição da nova diretoria. Venceu o candidato apoiado por Luís Travassos contra José Dirceu. O novo presidente da UNE era o carioca Jean Marc Von Der Weid, eleito por uma estreita margem de votos. Talvez, se o mini-congresso realizado no Paraná não tivesse caído nas mãos da Polícia, o resultado teria sido favorável ao paulista José Dirceu. Sem suas principais lideranças, sem a possibilidade de expressar suas reivindicações políticas, fosse em assembleias ou passeatas, o movimento estudantil, na forma como foi celebrizado em 68, acabava-se ali. A UNE continuaria, sem a representatividade ou as possibilidades mobilização de 68, mas sim apenas como um “fantasma” da resistência à ditadura, que

DOPS/PR. Tomou-se uma amostra de 23 membros da delegação paranaense presos neste congresso.

¹⁸⁹ Depoimento de Luís Raul Machado, um dos vice-presidentes da UNE em 1968. in: HISTÓRIA DA UNE. *Depoimentos de ex-dirigentes*. São Paulo: Livramento, 1980. P. 64

pelo simples fato de existir despertava ainda uma centelha de esperança. Com o aperto da clandestinidade, a morte de seu presidente Honestino Guimarães após sessões de tortura, os poucos dirigentes sobreviventes decidem por sua auto-dissolução em 1973.¹⁹⁰

¹⁹⁰ Depoimento de Newton Miranda Sobrinho, participante da última diretoria da UNE até 1973. In: HISTÓRIA DA UNE. *Depoimentos de ex-dirigentes*. São Paulo: Livramento, 1980. P. 109

7. Conclusão

Um dos principais pontos de discordância no interior do movimento estudantil naquele ano, já explicitado por tantos trabalhos, foi a questão do “diálogo” com as autoridades. Para a corrente da Ação Popular, tratava-se de uma tentativa reformista no interior do movimento, buscando frear os ímpetos revolucionários dos estudantes e reconhecer a legitimidade de um governo desde logo ditatorial. Para as dissidências comunistas, era uma maneira de desmascarar junto à opinião pública que o diálogo era desde o princípio impossível, devido à falta de vontade dos militares.

Na verdade, as duas posições representavam duas outras questões de fundo: priorizar as bandeiras políticas contra a ditadura ou os problemas específicos da educação. Ambas eram questões que mobilizavam conjuntamente a massa dos estudantes. É nítido, no entanto que, em termos de opinião pública, a segunda posição defendia avanços estratégicos ao invés de um rompimento generalizado com a grande imprensa. Esta, por sua vez, defendia maior liberalidade do regime no tratamento das demandas sociais, o que por sua vez lhe daria maior poder de influência política. Para alguns setores da grande imprensa, era a esperança de devolução do poder aos civis.

Para os militares, do outro lado, tampouco foi fácil lidar com este problema. Ao longo do ano de 1968, o regime foi perdendo espaço junto à opinião pública, e mesmo no seu próprio campo de forças houve divergências em como trabalhar com esta questão. Isso implicava uma aliança estratégica do movimento estudantil com os setores da oposição liberal do recém criado Movimento Democrático Brasileiro. Uma aliança que estava descartada de antemão pelas lideranças do movimento estudantil, e que sob este ponto estavam coesas, porque implicava no reconhecimento de um partido oficial criado pelos próprios militares, o que levava a renunciar a autonomia que o movimento conseguiu construir sob as difíceis condições de sua clandestinidade.

Como vimos aqui, a grande imprensa foi muitas vezes obrigada, a despeito de sua vontade, a tomar partido em favor dos estudantes contra o regime militar, seja por interesses de mercado, seja porque por vezes encontrou aí uma possibilidade de pressionar

uma abertura do regime. Ao contrário do que se esperava, o regime se fechou, e a imprensa sofreu com os reajustes da censura, que a obrigava a uma padronização prejudicial à sua própria autonomia informativa.

A possibilidade do diálogo, principal bandeira da grande imprensa, e de grande apelo junto à opinião pública, foi sendo descartada devido ao próprio desencadear do processo político: a radicalização dos conflitos de rua e a saída autoritária do governo cortando os últimos canais de expressão de descontentamento e sufocando a esfera pública, cujo golpe de misericórdia foi o Ato Institucional n.º 5 ao final do ano.

O esvaziamento da esfera pública, explícito pelo parágrafo 3.º do Artigo 5.º do AI-5 (proibição de atividade ou manifestação sobre assunto de natureza política) foi justificado pelo governo, em seus “considerandos”, devido a “atos nitidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais” ocorridos naquele ano. Nesses setores políticos e culturais, coube ao movimento estudantil o lugar mais destacado, ainda que este não seja citado nominalmente na redação do Ato.

Tal questão mereceu resposta em vários panfletos estudantis sobre o AI-5: enfim, a ditadura tirava a sua máscara. Como relembra José Genoíno:

É claro que nosso trabalho, enquanto membros da diretoria da UNE era marcado por aquela visão voluntarista, onde qualquer luta ou qualquer acontecimento era bastante exagerado e visto com lente de aumento, exatamente para justificar aquela nossa postura, aquela visão de que o AI-5 era uma “prova de fraqueza do regime”, que a gente tinha que “responder com o desenvolvimento da luta de massa”, que “o regime estava aprofundando sua crise e seu isolamento”. A gente precisava encontrar fatos que comprovassem aquela visão política.¹⁹¹

É necessário salientar que, quatro anos do golpe de 64, ainda havia grandes setores da opinião pública que procuravam relativizar o conceito de democracia, para que o regime político instaurado pelos militares coubesse dentro dele. Como uma farsa, era necessário desmascará-lo, ainda que houvesse divergências no campo da esquerda sobre a melhor maneira de fazê-lo. Com o AI-5, não havia mais dúvidas de que aquele se tratava de um governo ditatorial, porém não deixa de ser curiosa a maneira como algumas

¹⁹¹ Depoimento de José Genoíno Neto, participante da diretoria da UNE em 69. In: HISTÓRIA DA UNE. *Depoimentos de ex-dirigentes*. São Paulo: Livramento, 1980. P. 101

lideranças estudantis saúdam a edição do Ato como uma demonstração de “fraqueza” do regime - que ao contrário, passa a se caracterizar cada vez mais como um “regime de força”. A inversão ideológica que aí se operou talvez seja resultado do próprio desespero, quando a ideologia já não encontra nenhum anteparo na descrição da realidade, servindo apenas como auto-consolo.¹⁹²

Em todo o caso, em relação ao “desmascaramento da ditadura”, e apenas sob este ponto de vista, uma etapa de protesto estava concluída. Se a guerrilha não se desencadeou com o mesmo vigor, se o desmascaramento da ditadura não gerou uma maior conscientização do povo oprimido, como queriam os estudantes, isso fez parte das suas próprias limitações estratégicas. Não veio a revolução que estava prevista nos livros de Lênin.

À oposição não couberam muitas escolhas: a guerrilha urbana, com uma estrutura clandestina mantida financeiramente por assaltos a bancos e seqüestros de embaixadores em troca dos quais se exigia a libertação de companheiros presos; o movimento de proletarianização, com os estudantes indo trabalhar como operários ou bóias-frias, buscando conscientizar politicamente estes setores para seus problemas sociais, formando bases sociais de apoio; e finalmente a participação política na oposição legal dentro do Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

¹⁹² Ver, por exemplo, como o AI-5 é interpretado em dois panfletos que circularam em Curitiba. Um deles, lançado logo no dia seguinte ao ato, praticamente era uma profissão de fé, um artifício psicológico para reafirmar as próprias convicções, ainda que deixasse vaziar uma dúvida: “O movimento de libertação nacional é inexorável! A História caminha a passos largos e sua marcha através dos tempos é irreversível! Os meios de avançar poderão ser mais difíceis, mas não impossíveis!” (Ato Institucional n.º 5 - “O Golpe revogado”. Pasta n.º 2083 DOPS-PR). Em relação a outro, lançado na semana seguinte, há diferenças significativas: “O avanço das lutas populares este ano causou contradições muito grandes no seio do poder. O ato, parece, teria sido fruto do desespero do grupo do governo (...) Este ato de opressão sobre todo povo brasileiro vem a demonstrar nitidamente o enfraquecimento político da ditadura pró-ianque. (...) A ditadura lança uma pedra sobre os próprios pés. A guerra entre as forças populares e a ditadura forjada norte-americano está declarada dum modo mais intenso porque o povo já começa a compreender que somente na luta mudará a face do nosso tempo.” (Panfleto gentilmente doado pelo jornalista Jacques Brand). O fortalecimento do processo repressivo era um reflexo, na retórica destes panfletos, do próprio enfraquecimento político dos militares, à sua perda de controle sobre os outros poderes (Legislativo e Judiciário) e sobre outros setores influentes na opinião pública, como a Imprensa e o Clero. Ambos os panfletos coincidem ao apontar o caminho a ser seguido seria a luta pela libertação nacional, expressão que nos anos 60 era sinônimo de guerrilha.

Quanto ao fruto político destes tipos de atuação, há ainda uma lacuna bibliográfica que nos permita indicar quais foram suas conseqüências concretas. Sobre o movimento de guerrilha, apenas o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) conseguiu criar um foco guerrilheiro no campo, na região do Araguaia. Entre eles estava José Genoíno Neto, líder do movimento estudantil do Ceará que participou da diretoria da UNE em 1969. Entre os que morreram, Honestino Guimarães figura como o principal líder, estudante da Universidade de Brasília que participou das principais manifestações daquele ano, sendo igualmente eleito para a diretoria da UNE naquele mesmo ano, seqüestrado e morto pelas forças repressivas.

No movimento de proletarização, o sociólogo Herbert de Souza foi um de seus idealizadores e participantes, mas não teve uma experiência que considerasse positiva, sofrendo graves crises existenciais em sua vida de operário. Não se sabe até que ponto este movimento possa ter influenciado o surgimento do novo sindicalismo liderado por Luís Inácio Lula da Silva no final dos anos 70, tampouco sabemos afirmar com certeza se teve algum papel na organização camponesa do movimento dos sem-terra.

Quanto à participação na oposição oficial, esta parece ter sido a saída de alguns militantes ou mesmo de partidos inteiros, que passaram a atuar dentro do MDB, como foi o caso do PCdoB e do MR-8. Com a anistia aos presos políticos e exilados em 1979, vários antigos militantes estudantis de 68 voltam para o Brasil, como foi o caso de Vladimir Palmeira, ou simplesmente saem da clandestinidade em que viviam aqui dentro, assumindo sua verdadeira identidade, como o caso de José Dirceu. Luís Travassos manteve uma longa amizade com Vladimir Palmeira durante aqueles anos, até a chegada de sua morte num acidente de automóvel, uma morte banal para um jovem que vivia sob tantos riscos. Todos eles ajudaram na construção do Partido dos Trabalhadores, sendo Dirceu seu atual presidente.

A partir do AI-5, a imprensa ganhou censores trabalhando como empregados nas redações dos jornais. Enfim, os militares foram aos poucos procurando liberalizar o regime de cima para baixo, cientes da impossibilidade de perpetuarem-se no poder com novas manifestações de descontentamento. Anistiando presos e exilados e torturadores,

permitiram a reorganização partidária, até que, em 1985 entregaram para os civis, ainda que por eleição indireta, um Estado carregado de dívidas econômicas, sociais e políticas.

E o que sobrou das imagens do movimento estudantil de 1968? O dia 28 de março, data da morte do estudante Édson Luís de Lima Souto é ainda hoje o dia nacional de luta da UNE, uma tentativa dos dirigentes da entidade em manter sua história viva. Vladimir Palmeira, que provocou uma das mais sérias crises do PT quando lançou-se recentemente ao governo do Rio de Janeiro durante o Encontro Estadual do partido, contra o estabelecimento de um apoio ao candidato do PDT de Leonel Brizola, que de acordo com Lula comprometeria a política de alianças da frente de oposição ao governo federal. A “Maria Antônia”, hoje Centro Cultural da USP, onde são realizados as solenidades oficiais daquela universidade, funcionando também no mesmo prédio a sede nacional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). A canção “Pra não dizer que não falei das flores”, que após o movimento pelo *impeachment* acabou sendo substituída por “Alegria, alegria” como um símbolo mais simpático e irreverente do protesto dos anos 60. E finalmente Ibiúna, a cidadezinha que serviu como local escolhido para o 30 ° Congresso da UNE, quando todas as lideranças foram presas, é hoje noticiada como local onde fica a chácara em que o presidente da República, professor Fernando Henrique Cardoso, vai repousar quando tira férias.

Algumas personalidades influentes naquela época mudaram de lado, passando a atuar politicamente em alianças com seus antigos inimigos, os partidários do regime militar naquela época. É o caso de Fernando Henrique Cardoso, que para eleger-se presidente da República compactuou com os remanescentes da ARENA, atualmente agrupados em torno do Partido da Frente Liberal, ou com o Partido Liberal de Romeu Tuma, ex-delegado do DOPS-SP, um dos responsáveis pela “Operação Ibiúna” contra o 30 ° Congresso da UNE. Além dele, o advogado de Vladimir Palmeira em 68 e um dos componentes da comissão dos 100 mil, Marcelo Alencar, que enquanto prefeito do Rio nomeou o general Nilton Cerqueira, que teve uma participação ativa na perseguição e morte do capitão Carlos Lamarca, oficial desertor e líder guerrilheiro da Vanguarda Popular Revolucionária.

Hoje, quando as idéias neoliberais fortalecidas com a queda do muro de Berlim em 1989 buscam mostrar as utopias de 1968 como mais envelhecidas do que parecem seus 30 anos, buscamos aqui resgatar a sua riqueza de sentido à própria época. Não apenas seu sentido ético, como pretendeu Zuenir Ventura, senão também o seu sentido político. Hoje já se tornou lugar comum dizer que os movimentos contraculturais dos anos 60 não foram vitoriosos no campo político, porém acabaram prevalecendo no campo da cultura e dos costumes.

Resgatar o sentido político é resgatar suas preocupações com os problemas sociais, que até hoje não foram resolvidos adequadamente em nosso país. Tal passo só pode ser dado com a vontade política de superar a mentalidade colonial e construir uma estrutura que garanta participação e dignidade a todos os cidadãos. Tal é o aprendizado de 1968, após a tentativa vanguardista fracassada das guerrilhas, experiência cuja reflexão levou à democracia como valor universal, para utilizar a expressão do título do livro de Carlos Nelson Coutinho.

É impressionante constatar que, no Brasil, a maioria das lideranças estudantis nacionais daquela época mantiveram-se relativamente coerentes, fiéis aos princípios que norteavam as transformações que a esquerda naquela época considerava fundamentais, como a reforma agrária ou o investimento na produção tecnológica, através das universidades, que retiraria o Brasil de sua condição subalterna e dependente do capital estrangeiro. E eles continuam agrupados na oposição política, cuja história se confunde com a própria história da esquerda brasileira, que até hoje jamais chegou ao poder no Brasil, embora em alguns momentos participe dele em nível municipal e estadual ou que componha atualmente uma boa parcela do poder legislativo.

O capitalismo sobrou como o grande vitorioso da História. Os cortes dos benefícios sociais e a redução do papel do Estado na garantia do bem-estar social é atualmente uma política global que apresenta resistências no mundo todo. Entretanto, essa fórmula é apresentada como a ordem natural das coisas, ou seja, a velha “marcha inexorável da História” no processo da globalização. Enfim, um argumento autoritário que exclui qualquer possibilidade de contestação, mesmo quando a própria realidade parece o

contradizer, como recentemente ocorreu no sudeste asiático. E nesse sentido - e só nesse - se aproxima da retórica fatalista da esquerda estudantil dos anos 60, ironicamente.

8. Anexos

La Marseillaise

Allons enfants de la patrie
 Le jour de gloire est arrivé!
 Contre nous de la tyrannie
 L'étendard sanglant est levé! (bis)
 Entendez vous dans les campagnes,
 Mugir ces feroces soldats?
 Ils viennent jusque dans nos bras
 Egorger nos fils, nos compagnes!

AUX ARMES, CITOYENS!
 FORMEZ VOS BATAILLONS!
 MARCHONS! MARCHONS!
 Q'UN SANG IMPUR ABREUVE NOS SILLONS!

Que veut cette horde d'esclaves,
 de traîtres, de rois conjurés?
 Pour qui ces ignobles entraves,
 Ces fers des longtemps préparés? (bis)
 Français! Pour nous, ah! Quel outrage!
 Quels transports il doit exciter!
 C'est nous qu'on ose méditer
 De no rendre a l'antique esclavage!

Refrão

Quoi! Ces cohortes étrangères
 Feraient la loi dans nos foyers!
 Quoi! Ces phalanges mercenaires
 Terrasseraient nos fiers guerriers! (bis)
 Grand Dieu! Par des mains enchaînées
 Nos fronts sous le joug ploieraient!
 De vils despotes deviendraient
 Les maîtres de nos destinées!

Refrão

Tramblez tyrans! Et vous, perfides,
 L'opprobre de tous les partis,
 Tramblez! Vos projets parricides

Vont enfin recevoir leur prix! (bis)
 Tout est soldat pour vous combattre.
 S'ils tombent, nos jeunes héros,
 La France en produit de nouveaux,
 Contre vous tout prêts a se battre!

Refrão

Français, en guerriers magnanimes,
 Portez ou retenez vos coups!
 Epargnez ces tristes victimes,
 A regret s'armant contre nous. (bis)
 Mais ces despotes sanguinaires,
 Mais ces complices de Boullé,
 Tous ces tigres, qui, sans pitié,
 Dechirent le sein de leur mère.

Refrão

Amour sacre de la patrie,
 Conduis, soutiens nos bras vengeurs!
 Liberté, Liberté chérie,
 Combats avec tes défenseurs! (bis)
 Sous nos drapeaux, que la victoire
 Accoure a tes males accents!
 Que tes ennemis expirants
 Voient ton triomphe et notre gloire!

Refrão

Nous entrerons dans la carrière
 Quand nos aines n'y seront plus;
 Nous y trouverons leur poussière
 Et la trace de leurs vertus. (bis)
 Bien moins jaloux de leur survivre
 Que de partager leur cercueil,
 Nous aurons de sublime orgueil
 De les venger ou de les suivre

É Proibido Proibir (discurso) - Caetano Veloso

“E eu digo sim
 E eu digo não ao não
 E eu digo
 É proibido proibir!
 É proibido proibir!
 É proibido proibir!
 É proibido ...
 Mas é isso que é a juventude que diz que quer tomar o poder?
 Vocês têm coragem de aplaudir este ano uma música, um tipo de música
 que vocês não teriam coragem de aplaudir no ano passado!
 São a mesma juventude que vão sempre, sempre, matar amanhã o velhote
 inimigo que morreu ontem!
 Vocês não estão entendendo nada! Nada! Absolutamente NADA!
 Hoje não tem Fernando Pessoa!
 Hoje eu vim dizer aqui que quem teve a coragem de assumir a estrutura de
 festival, não com o medo que o senhor Chico de Assis pediu, mas com a
 coragem, quem teve essa coragem de assumir essa estrutura, e fazê-la
 explodir foi Gilberto Gil e fui eu!
 Não foi ninguém! Foi GILBERTO GIL E FUI EEEEEUUU!
 Vocês estão por fora!
 Vocês não têm o que dizer ...
 Mas que juventude é essa?!?! Que juventude é essa!
 Vocês jamais serão ninguém!
 Vocês são iguais sabe a quem?
 Vocês são iguais sabe a quem? Tem som no microfone?
 Vocês são iguais sabe a quem?
 Àqueles que foram na Roda Viva e espancaram os atores.
 Vocês não disfe... não diferem em nada deles. Vocês não diferem em nada.
 E por falar nisso, viva Cacilda Becker! VIVA CACILDA BECKER!
 Estou comprometido em dar este viva aqui, não tem nada a ver com vocês.
 O problema é o seguinte: vocês estão querendo policiar a música brasileira.
 Mas é americana !?
 Mas eu e o Gil já abrimos o caminho!
 O que é que vocês querem?
 Eu vim aqui pra acabar com isso.
 Eu quero dizer ao júri: ME DESCLASSIFIQUE!
 EU NÃO TENHO NAAAADA A VER COM ISSO! NADA A VER COM
 ISSO!
 GILBERTO GIL!

Gilberto Gil está aqui comigo pra nós acabarmos com o festival, e com toda a imbecilidade que reina no Brasil! Pra acabar com isso tudo de uma vez!

Nós só entramos no festival pra isso!

Não fingimos aqui que desconhecemos o que seja um festival, não!

Ninguém nunca me ouviu falar assim. Entendeu?

Eu só queria dizer isso, baby. Sabe como é?

Nós, eu e ele, tivemos coragem de entrar em todas as estruturas e sair de todas, e vocês?

E vocês? Se vocês forem ... se vocês em política forem como são em estética, estamos feitos!

ME DESCLASSIFIQUE JUNTO COM O GIL! JUNTO COM ELE! TÁ ENTENDENDO? E CONTRA VOCÊS! NESSA!

O júri é muito simpático, mas é incompetente!

Deus está solto!

Me dê um beijo meu amor

Eles estão nos esperando

Os automóveis ardem em chamas

Derrubar as prateleiras!

As estantes!

As estátuas!

As vidraças!

Louças, LIVROS, SIM!

E EU DIGO SIM!

E EU DIGO NÃO AO NÃO!

E eu digo "Proibido proibir" fora do tom! Sem melodia!

Como é júri? Não acertaram ... qualificaram a melodia do Gilberto Gil?

Tavam por fora! Gil fundiu a cuca de vocês, hein! É assim que eu quero ver!

Chega!"

PRA NÃO DIZER QUE NÃO FALEI DAS FLORES - GERALDO VANDRÉ

"Olha, vocês sabem o que eu acho?

Eu acho ... uma coisa só a mais!

Antônio Carlos Jobim e Chico Buarque de Holanda merecem o nosso respeito!

(vaías)

A nossa função é fazer canções. A função de julgar, nesse instante, é do júri que ali está!

(vaías)

Um momento !

(continuam as vaias)

Por favor! Por favor!

(mais vaias)

Tem mais uma coisa só! Pra vocês ... pra vocês que continuam pensado
que me apóiam vaiando ...

(É marmelada! É marmelada!)

Gente! Gente! Por favor!

(os gritos continuam ainda)

Olha! Tem uma coisa só (a platéia silencia):

A vida não se resume em festivais!

(Ovação geral)

Caminhando e cantando e seguindo a canção

Somos todos iguais, braços dados ou não

Nas escolas, nas ruas, campos, construções

Caminhando e cantando e seguindo a canção

REFRÃO:

**DEMOS VAMOS EMBORA QUE ESPERAR NÃO É SABER
QUEM SABE FAZ A HORA NÃO ESPERA ACONTECER**

Pelos campos a fome em grandes plantações

Pelas ruas marchando indecisos cordões

Ainda fazem da flor seu mais forte refrão

E acreditam nas flores vencendo o canhão

Refrão ...

Há soldados armados, amados ou não

Quase todos perdidos de armas na mão

Nos quartéis lhes ensinam uma antiga lição

de morrer pela pátria e viver sem razão

Refrão ...

Nas escolas, nas ruas, campos, construções

Somos todos soldados, armados ou não

Caminhando e cantando e seguindo a canção

Somos todos iguais, braços dados ou não

Os amores na mente, as flores no chão

A certeza na frente, a História na mão

Caminhando e cantando e seguindo a canção

Aprendendo e ensinando uma nova lição

9. BIBLIOGRAFIA

9.1. Obras de referência teórica

- ANSART, Pierre. *Ideologias, conflito e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- ANSART, Pierre. *La gestion des passions politiques*. Lousaine: L'age d'homme, 1983.
- BORDIEU, Pierre. *O Poder simbólico*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989.
- CASTIRIADIS, Cornelius. *A Experiência do movimento operário*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- DEBORD, Guy. *A Sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- EHRENREICH, B. *O medo da queda*. São Paulo: Scritta, 1994.
- ENZENSBERGER, H. M. *O Curto verão da anarquia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- FREUD, S. *Obras completas*. Madrid: Biblioteca Neuva, 1996.
- FOOTHARDMAN, F. *Nem Pátria, nem patrão: vida operária e cultura anarquista*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GRAMSCI, A. *Os Intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- HOBSBAWM, E. J. *Ecos da Marselhesa: dois séculos revêem a Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- HOBSBAWM, E. J. *A Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras: 1996.
- HOBSBAWM, E. J... [et al.] *História do marxismo*. Vol. 11: O Marxismo hoje. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.77
- HOBSBAWM, E. J. *Revolucionários*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- HOLLANDA, H. B. *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- KRANTZ, F. *A Outra História*. Rio de Janeiro. Zahar. 1990.
- LEVI, G. & SCHMITT, J. C. *História dos Jovens*. 2 vols. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- LÖWY, M. *Romantismo e Messianismo*. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- LUCKÁCS, G. *História e consciência de classe*. São Paulo. Martins Fontes. 1974.
- MARX, K. *O Capital*. São Paulo. Nova Abril Cultural. 1982.
- MARX, K. e ENGELS, F. *A Ideologia alemã*. São Paulo. Martins Fontes. 1980.
- MARX & ENGELS. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1983. Vol. 1.
- MERQUIOR, José Guilherme. *O Véu e a Máscara*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1997.
- PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: Operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

- PROKOP, Dieter. *Coleção Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo: Ática, 1988.
- REICH, Wilhelm. *Psicologia das massas do fascismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- RÉMOND, R (org.) *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- RUDÉ, Georges. *A Multidão na História*. Rio de Janeiro: Campus, 1981.
- SCHWARZ, Roberto. *O Pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

9.2. Obras de referência geral

- ADUSP. *O Livro negro da USP*. São Paulo: Brasiliense, 1979
- ALBUQUERQUE, J. A. *Classes médias no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- ALBUQUERQUE, J. A. *Movimento estudantil e consciência social na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ALVES, Júlia Falivene. *A Invasão Cultural norte-americana*. São Paulo: Moderna, 1988.
- ALVES, Márcio Moreira. *68 Mudou o mundo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- BERLINK, Manoel T. *O Centro Popular de Cultura da UNE*. Campinas SP: Papirus, 1984.
- BERQUÓ, Alberto. *O Sequestro dia a dia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- BRANDÃO, A. C. & DUARTE, M. F. *Movimentos culturais da juventude*. São Paulo: Moderna, 1990.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *As Revoluções utópicas*. Petrópolis RJ: Vozes, 1979.
- BRITTO, S. de (org.) *Sociologia da Juventude*. 4 vols. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- CAMPANA, Fábio. *O Guardador de fantasmas*. Curitiba: Travessa Editores, 1996.
- CAMPOS, Flávio de. *Anos Rebeldes*. Rio de Janeiro: Globo, 1992.
- CASTAÑEDA, J. *Utopia Desarmada: A Trajetória da esquerda latino-americana*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CHARRIÈRE, C. *Le printemps des enragés*. Paris: Fayard, 1968.
- COELHO, C. N. P. *Os Movimentos libertários em questão*. Petrópolis RJ: Vozes, 1987.
- COHN-BENDIT, Daniel. *O Grande Bazar*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- DEBRAY, Régis. *Revolução na revolução*. São Paulo: Centro Editorial Latino-americano. S/d.
- DESGRAUPES, Pierre & DUMAYET, Pierre (coord.) *Praga: Quando os tanques avançaram*. Rio de Janeiro: Ed. Expressão e Cultura, 1968.
- FÁVERO, Maria de Lourdes A. *A UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995.
- FREITAG, Bárbara. *A Teoria Crítica ontem e hoje*. São Paulo: Brasiliense, 1994. 4ª Edição.
- FORACCHI, M. *A Juventude na sociedade moderna*. São Paulo, Edusp, 1972.
- FORACCHI, M. *A Participação social dos excluídos*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- FORACCHI, M. *O Estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo. Companhia Editora Nacional. 1977. P239.
- GARAUDY, Roger. *Toda a verdade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- GOLDFEDER, S. *A Primavera de Praga*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

- GOMES, Flávio Alcaraz. *Rebelião dos Jovens: Paris, 1968*. Porto Alegre: Globo, 1968.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1987.
- GUEVARA, Ernesto. *El diario del Che en Bolivia*. La Habana: Ed. Política, 1988.
- HAMMOND, T. T. *Anatomia da Subversão*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- HARNECKER, M. *Estudiantes, cristianos e indigenas en la revolución*. México: Siglo Veintiuno, 1987.
- HOLLANDA, H. B. *Impressões de Viagem: CPC, vanguarda e desbunde*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- HOLLANDA, H. B. & PEREIRA, M. A. G. *Cultura e participação nos anos 60*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- HOLLANDA, H. B. & PEREIRA, C. A. M. *Patrulhas ideológicas*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- HUNT, R. N. C. *O Jargão comunista*. São Paulo: Dominus, 1964.
- HUTTON, J. B. *Os Subversivos*. Rio de Janeiro: Biblioex/Artenova, 1975.
- JACOBY, Russel. *Os Últimos intelectuais*. São Paulo: Trajetória Cultural/Edusp, 1990.
- JOANILHO, A. L. *Revoltas e rebeliões*. São Paulo: Contexto, 1989.
- JOYEUX, Maurice. *L'anarchie dans la société contemporaine*. Tournai: Casterman, 1977.
- LÊNIN, V.I. *Obras escolhidas*, vol.1. São Paulo. Alfa-Ômega, 1979.
- LEONI, B. H. *Fernando Henrique Cardoso: O Brasil do possível*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- L'HOMME ET LA SOCIÉTÉ. *A Irrupção: A Revolta dos jovens na sociedade industrial, causas e efeitos*. São Paulo: Ed. Documentos, 1968.
- MARCUSE, H. *Contra-revolução e revolta*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- MARCUSE, H. *Eros e civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- MARCUSE, H. *Ideologia da Sociedade Industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.
- MARCUSE, H ... [et al.] *Opções de esquerda*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- MARTINS F °, J. R. *Movimento estudantil e ditadura militar*. Campinas SP: Papyrus, 1988.
- MARTINS F °, J. R. *O Palácio e a caserna*. São Carlos SP: Ed. UFSCar, 1995.
- MARTINS F °, J. R. *A Rebelião estudantil*. Campinas: Mercado das Letras, 1996.
- MATOS, O. C. F. *Paris 1968: As Barricadas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MENDES Jr., A. *Movimento estudantil no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MORAES, João Quartim de. *História do marxismo no Brasil*. Vol. 1: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. Vol. 2: Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1995
- MURARO, V. F. *Juventude Operária Católica*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ORTIZ, Renato. *A Moderna tradição brasileira: Cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PAZ, Carlos Eugênio. *Viagem à luta armada*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- POENER, Artur José. *O Poder Jovem: História da participação política dos estudantes brasileiros*. São Paulo: CMJ, 1995. 4ª Edição.
- REIS F °. *A Revolução Faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- REIS F °. *68: A Paixão de uma utopia*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da revolução brasileira: raízes sociais das esquerdas armadas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1993.

- ROMAGNOLI, L. H. & GONÇALVES, T. *A volta da UNE - de Ibiúna a Salvador*. São Paulo, Alfa-Ômega: 1979.
- ROSZAK, Theodore. *A Contracultura*. Petrópolis RJ: Vozes, 1972.
- SADER, Emir. *O Poder, cadê o poder? Ensaio para uma nova esquerda*. São Paulo: Boitempo, 1997.
- SANFELICE, José Luís. *Movimento estudantil: A UNE na resistência ao golpe de 64*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.
- SCHAMA, Simon. *Cidadãos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SOUCHIER, Emmanuël. *Mai 68: Médias et l'événement*. La Documentation Française. 1988.
- THOMPSON, Eduard P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- TOURAINÉ, Alain. *Le Communisme utopique: le mouvement de mai 68*. Éditions du Seuil. 1980.
- VENTURA, Zuenir. *1968: O Ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- WERNECK DA SILVA, José Luís. *A Deformação da História*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

9.3. Fontes: livros

- ARANTES, Paulo. *Um Departamento Francês em Ultramar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- BROCHIER, Jean-Jacques & OELGART, Bernd. *L'Internationale Étudiante*. Paris: Julliard, 1968.
- CASTELLO BRANCO, Carlos. *Os Militares no poder Vol.II: O Ato 5*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.
- DILLON SOARES, G. A., ARAÚJO, M. C. & CASTRO, C. *Coleção Memória militar*. Vol 1: Visões do Golpe. Vol. 2: Os Anos de Chumbo. Vol. 3: A Abertura. Rio de Janeiro: Relume- Dumará, 1995.
- DINIZ, Josué. *O Cerco das trevas: Calabouço, 1968*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1988.
- FREITAS, Sônia Maria. *Reminiscências*. São Paulo: Maltese, 1993.
- GABEIRA, F. *O que é isso, Companheiro?* Rio de Janeiro: Guanabara, 1988. 35^a edição.
- GALVÃO, Walnice. *Saco de Gatos*. São Paulo: Duas Cidades.
- HISTÓRIA DA UNE. *Depoimentos de ex-dirigentes*. São Paulo: Livramento, 1980.
- OS ACONTECIMENTOS DA RUA MARIA ANTÔNIA. São Paulo: FFLCH/USP. 1988.
- OLIVEIRA, Hélio Lourenço de. *USP: 1968-1969*. São Paulo: Edusp, 1995.
- OLIVEIRA, José Carlos. *Diário da Patetocracia: Crônicas brasileiras, 1968*. Rio de Janeiro, Graphia: 1995.
- POSADAS, J. *Brasil: Do Golpe de 64 à formação do PT*. São Paulo: ECCP, 1990.

- PRÊMIO ESSO: *40 anos do melhor em Jornalismo*. Rio de Janeiro: Memória Brasil: Relume Dumará, 1995.
- REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. *Jogos da Política: Imagens, representações e práticas*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero/FAPESP, 1992.
- REVISTA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA n° 13. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, maio de 1967.
- REVISTA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA n° 14. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, julho de 1967.
- REVISTA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA n° 15. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, setembro de 1967.
- REVISTA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA. Caderno especial n° 1. *A Revolução Russa: Cinquenta anos de História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, novembro de 1967.
- REVISTA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA n° 16. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, novembro/dezembro de 1967.
- REVISTA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA n° 17. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, janeiro/fevereiro de 1968.
- REVISTA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA n° 18. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, março/abril de 1968.
- REVISTA PAZ E TERRA n° 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, julho de 1966
- RODRIGUES, N. *A Cabra vadia: Novas confissões*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RODRIGUES, N. *O Óbvio ululante: Primeiras confissões*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos (org.) *Maria Antônia: Uma Rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1988.
- SIRKIS, A. *Os Carbonários: Memórias da guerrilha perdida*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- VELOSO, Caetano. *Verdade Tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

9.4. Fontes: revistas

- MANCHETE. N° 832, Rio de Janeiro: Bloch Editores, 13/04/1968.
- MANCHETE, N° 861. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 19/10/1968
- O CRUZEIRO, Rio de Janeiro. 13/04/68 Ano XL N° 15.
- O CRUZEIRO, Rio de Janeiro. 19/10/68 Ano XL N° 42
- O CRUZEIRO, Rio de Janeiro. 26/10/68. Ano XL N° 43
- REALIDADE. São Paulo: Abril, julho de 1966, Ano I, n° 4.
- REALIDADE. São Paulo: Abril, agosto de 1966, Ano I, n° 5.
- REALIDADE. São Paulo: Abril, julho de 1968 Ano III, n° 28.
- REALIDADE. São Paulo: Abril, agosto de 1968 Ano III, n° 29.
- REALIDADE. São Paulo. Abril, setembro de 1969, Ano IV, n° 42.
- TEORIA E DEBATE. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, n° 20 Fev/Mar/Abr. 1993
- VEJA, Ano I N° 3. São Paulo: Abril Cultural, 25/09/1968
- VEJA, Ano I N° 4. São Paulo: Abril Cultural, 02/10/1968

VEJA, Ano I N° 5, São Paulo: Abril Cultural, 09/10/1968

VISÃO. n° 7 vol. 32, São Paulo, 12/04/1968.

VISÃO. n° 8 vol. 33, São Paulo, 20/04/1968

9.5. Fontes: documentos

Ato Institucional n° 5 - "O Golpe revogado". Pasta n° 2083 DOPS-PR

Boletim Reservado out/dez 1968 BR 85/68 - GB DOPS-RJ

Esquema de Segurança dos Estudantes. Pasta 703 - DOPS/PR.

Informe 31/67. Pasta 2096 - DOPS-PR

Informe n° 5 da UPE maio-68. Pasta 1340 - DOPS-PR

Inquérito com os participantes do Congresso de Ibiúna, DOPS/SP. Pasta 2081 DOPS/PR.

Manifesto do Comitê de Divulgação do Movimento Autêntico Universitário. Pasta 2082 - DOPS/PR

Protocolo n° 580 - ACT/SNI- 13/07/66. Pasta 1039 - DOPS-PR

Relatório do Congresso da UNE em Belo Horizonte, 28/05/66. Pasta 2085 - DOPS-PR.

Relatório de informante. Pasta 699 - DOPS-PR.

Relatório de informante "Marco Antônio". Pasta 2096 - DOPS-PR

Relatório n° 27/66= IDN, 24/09/66. Pasta 2096 - DOPS-PR

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE SÃO PAULO - Departamento Especial em Ordem Política. *Operação Ibiúna: XXX° Congresso da extinta UNE.* 12/10/68. Pasta n° 2083 DOPS-PR

Subsídios para o Seminário da Política Educacional do Governo. Pasta 1340 - DOPS-PR.

Transcrição da passeata realizada no dia 22/09/66. Pasta 1309 - DOPS-PR.

p.31

UNIDADE, união nacional dos estudantes região sul. p. 5. Pasta 2082 - DOPS/PR.